

Revista Formadores

Vivências e Estudos

VI Congresso Científico

Volume 12

Número 3

Maio 2019

ISSN: 2177-7780 • ONLINE

ISSN: 1806-5457 • IMPRESSA

Novas Trilhas Para Novos Rumos

EDITORIAL

VI CONGRESSO CIENTÍFICO

Tânia Moura Benevides



ARTIGOS

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ENDÓGENO: UM COMPARATIVO ENTRE OS MUNICÍPIOS BARADERO/BSA-AR E CACHOEIRA/BA-BR

Silvana de Oliveira Santos Marucci, Gretchen Micheli Silva de Mattos Lincerski e Leandro Oliveira de Menezes

O CONHECIMENTO CONTÁBIL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO: UM ESTUDO ENTRE MICROEMPRESAS DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA-BA

Valéria Nunes de Souza, Rarielle Ribeiro de Jesus, Taianan Alves Uzeda Luna, Sunamita de Almeida Dias e Lana Maynara Viana Silva

INTERVENÇÃO EMBASADA NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL I: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Fernanda da Silva, Luana Suellen Epifanio, Magda Pereira da Silva, Andresa da Cruz Leite, Elba Cahuana Quispe, Fabianno Andrade Lyra, Wilma Raquel Barbosa Ribeiro e Mariana Leonesy Barreto

LIBRAS E AS INTERVENÇÕES PSICOPEDAGÓGICAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO DEFICIENTE AUDITIVO

Naiana Magalhães Lago

A DIMENSÃO ECONÔMICA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: APROXIMAÇÕES DO IMPACTO ECONÔMICO DA EXPERIÊNCIA UFRB/CAHL EM CACHOEIRA.

Danilo Souza de Oliveira e Maurício Ferreira Silva.

O USO DO MODELO CFROI NA AVALIAÇÃO DAS EMPRESAS DO SETOR DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Mário Cezar Lopes Ferreira Filho

INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS: AS DIFICULDADES ENFRENTADAS POR UMA EMPRESA DE TINTAS DO BRASIL

Domingos Cândido Quifamessa e Reginaldo Raimundo Mauricio Mateque

Revista Formadores

Vivências e Estudos

VI CONGRESSO CIENTÍFICO

Volume 12

Número 3

Maio 2019

ISSN: 2177-7780 • ONLINE

ISSN: 1806-5457 • IMPRESSA

EDITORA-CHEFE

Profa. Dra. Tânia Moura Benevides

Faculdade Adventista da Bahia/Universidade Federal da Bahia/Universidade do Estado da Bahia

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Fabiano Leichsenring Silva

Faculdade Adventista da Bahia

Prof. Msc. Jezreel Santos de Melo

Faculdade Adventista da Bahia

Prof. Dr. Luiz Francisco Rocha e Silva

Faculdade Adventista da Bahia

REVISÃO E NORMALIZAÇÃO

Almerinda Andrea Pontes Silva Gomes

DIAGRAMAÇÃO

Elomar Xavier

Website

<http://www.seer-adventista.com.br/ojs/index.php/formadores>

Revista Formadores

Vivências e Estudos

VI CONGRESSO CIENTÍFICO

Volume 12

Número 3

Maio 2019

SUMÁRIO

EDITORIAL

VI CONGRESSO CIENTÍFICO

Tânia Moura Benevides

4

ARTIGOS:

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ENDÓGENO: UM COMPARATIVO ENTRE OS MUNICÍPIOS BARADERO/BSA-AR E CACHOEIRA/BA-BR

Silvana de Oliveira Santos Marucci, Gretchen Micheli Silva de Mattos Lincerski e Leandro Oliveira de Menezes

5

O CONHECIMENTO CONTÁBIL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO: UM ESTUDO ENTRE MICROEMPRESAS DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA-BA

Valéria Nunes de Souza, Rarielle Ribeiro de Jesus, Taianan Alves Uzeda Luna, Sunamita de Almeida Dias e Lana Maynara Viana Silva

24

INTERVENÇÃO EMBASADA NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL I: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Fernanda da Silva, Luana Suellen Epifanio, Magda Pereira da Silva, Andresa da Cruz Leite, Elba Cahuana Quispe, Fabianno Andrade Lyra, Wilma Raquel Barbosa Ribeiro e Mariana Leonesy Barreto

37

LIBRAS E AS INTERVENÇÕES PSICOPEDAGÓGICAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO DEFICIENTE AUDITIVO

Naiana Magalhães Lago

50

A DIMENSÃO ECONÔMICA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: APROXIMAÇÕES DO IMPACTO ECONÔMICO DA EXPERIÊNCIA UFRB/CAHL EM CACHOEIRA

Danilo Souza de Oliveira e Maurício Ferreira Silva

59

O USO DO MODELO CFROI NA AVALIAÇÃO DAS EMPRESAS DO SETOR DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Mário Cezar Lopes Ferreira Filho

76

INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS: AS DIFICULDADES ENFRENTADAS POR UMA EMPRESA DE TINTAS DO BRASIL

Domingos Cândido Quifamessa e Reginaldo Raimundo Mauricio Mateque

96

Revista Formadores

Vivências e Estudos

VI CONGRESSO CIENTÍFICO

EDITORIAL

O Caderno do VI Congresso Científico – Novas Trilhas para Novos Rumos – apresenta, nessa edição, sete artigos que tratam de diferentes dimensões do universo da gestão, educação e cultura.

O Congresso é um evento de natureza acadêmica que tem como objetivo interligar as diferentes áreas de conhecimento. Também objetiva tornar conhecidos os resultados das investigações acadêmicas, incentivando acadêmicos de Iniciação Científica e pesquisadores a continuarem a caminhada no aprofundamento das pesquisas. Os trabalhos publicados nos fazem refletir sobre a importância da pesquisa para a melhoria das condições de vida da sociedade nesse atual contexto econômico, político e social.

Boa Leitura!

Tânia Moura Benevides

Editora-chefe

RESUMO

Desenvolvimento Territorial Endógeno é um fenômeno que pressupõe que o desenvolvimento aconteça de dentro para fora, a partir dos potenciais de cada território, em seus diversos aspectos: culturais, ambientais, históricos, patrimoniais, entre outros. A partir deste conceito, abre-se um leque de variáveis que giram em torno dos ativos, pois cada local tem suas especificidades. Dessa forma, o presente artigo objetiva comparar as dimensões do Desenvolvimento Territorial Endógeno dos municípios de Baradero (Buenos Aires, Argentina) e Cachoeira (Bahia, Brasil). O estudo é uma pesquisa social descritiva, realizada a partir dos dados obtidos principalmente através do contato com secretários de diversos setores dos municípios. Foi possível, através deste estudo, identificar que ambos os municípios têm muito potencial a serem desenvolvidos, assim como ampliar a participação popular nas decisões do poder público.

PALAVRAS-CHAVE:

Desenvolvimento Territorial Endógeno. Ativos endógenos. Argentina. Brasil.

1. INTRODUÇÃO

Desenvolvimento Territorial Endógeno é um fenômeno que pressupõe que o desenvolvimento aconteça de dentro para fora, a partir dos potenciais de cada território, em seus diversos aspectos: culturais, ambientais, históricos, patrimoniais, entre outros. A partir deste

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 –
Capoeiruçu - CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

conceito, abre-se um leque de variáveis que giram em torno dos ativos, pois cada local tem suas especificidades.

Este tipo de proposta de desenvolvimento é uma estratégia a fim de mapear todos estes ativos e conectá-los de forma organizada, envolvendo os moradores locais nas decisões, usufruindo de suas potencialidades e levando-os a lograrem resultados eficientes, de forma viável e contínua. O desafio está em organizar todos os dados, definir as estratégias e aplicá-las de forma igualitária, motivadora, sustentável e que sempre esteja se potencializando, pois, quando se alcança um resultado positivo, deve-se novamente estabelecer as estratégias e continuar o ciclo, empoderando a comunidade continuamente.

Portanto, este artigo é um estudo sobre o desenvolvimento local, tendo como subtema os ativos e dimensões do Desenvolvimento Territorial Endógeno. Pensando sobre a aplicabilidade do tema na análise de municípios, surgiu a seguinte problemática: Quais as semelhanças e diferenças entre os municípios de Baradero (**Buenos Aires, Argentina**) e Cachoeira (**Bahia, Brasil**) no que se refere ao Desenvolvimento Territorial Endógeno?

Objetivou-se, desse modo, comparar as dimensões do Desenvolvimento Territorial Endógeno dos municípios de Baradero/BsA – AR e Cachoeira/BA – BR, bem como apresentar teoricamente o Desenvolvimento Territorial em seus aspectos conceituais, legais, econômicos, culturais e ambientais, caracterizar os municípios de Baradero/BsA – AR e Cachoeira/BA-BR e identificar quais estratégias vêm sendo utilizadas para o desenvolvimento endógeno em cada um dos municípios.

O estudo se constitui numa análise qualitativa a partir dos dados obtidos, principalmente, através de entrevistas realizadas com os secretários de diversos setores dos dois municípios. Portanto, o instrumento de coleta utilizado foram os formulários, que guiaram as entrevistas, e estas ocorreram nos locais indicados pelos entrevistados.

O presente estudo está dividido em cinco partes: inicialmente, através deste tópico, esclarece o leitor quanto ao problema, objetivos, metodologia e justificativa da pesquisa; em um segundo momento, aborda teoricamente o tema, destacando os aspectos que embasaram diretamente as análises; posteriormente, apresenta o perfil de desenvolvimento de cada um dos municípios; e, finalmente, nas considerações finais, compara os dois municípios quanto às dimensões do Desenvolvimento Territorial Endógeno.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ENDÓGENO

Desenvolvimento Territorial Endógeno é um tema que tem aparecido cada vez mais nos eventos e publicações acerca do desenvolvimento econômico. Este é um fenômeno que pressupõe que o desenvolvimento acontece de dentro para fora, a partir dos potenciais de cada território, em seus diversos aspectos: culturais, ambientais, históricos, patrimoniais, entre outros.

De acordo com Zapata (2007),

Desenvolvimento Territorial Endógeno trata-se de uma estratégia e de um processo intencional dos atores, [...] para, a partir de seus ativos, de suas potencialidades e vocações, construir um projeto de desenvolvimento com mais participação social, mais equidade e sustentabilidade (ZAPATA, 2007, p. 24).

Ademais, esta estratégia move-se pelo desejo comum de haver crescimento local, transformando a comunidade e sendo transformada por ela própria, de modo social e econômico, gerando, enfim, uma igualdade de possibilidades a todos, utilizando, para isto, seus recursos locais (ZAPATA, 2007).

A partir deste conceito, abre-se um leque de variáveis que giram em torno dos ativos, pois cada local tem suas especificidades. O Desenvolvimento Territorial Endógeno é uma estratégia que busca mapear os ativos existentes em determinada localidade, de algum modo, estreitar as relações entre eles, envolvendo a comunidade local nos processos decisórios, com a finalidade de que estes possam usufruir destas potencialidades enquanto sociedade/gerações.

As dificuldades são inúmeras e, de modo geral, esbarram na possibilidade dos sujeitos verem este modelo de desenvolvimento como viável. Por essa razão, se faz necessário definir com cautela as estratégias para que as ações estejam pautadas em valores caros ao modelo proposto, tais como equidade, democracia, motivação, sustentabilidade e melhoria contínua.

Muitas são as perguntas que se pode fazer quando o assunto é tornar viável o Desenvolvimento Territorial Endógeno, pois, a sua implementação nem sempre é fácil e interfere de modo sistêmico na gestão pública. O caminho mais apropriado para não ser tão taxativo e dizer que é o único, é o da implementação a partir da atuação dos sujeitos locais, que são incentivados a participar ativamente das decisões. Se a proposta é desenvolver um território a partir dos seus ativos locais, dos talentos pessoais, dos conhecimentos historicamente repassados entre os familiares, o caminho mais coerente é convidar os sujeitos envolvidos a pensar seus problemas, identificar prioridades, sugerir possibilidades e produzir em coletividade.

Apesar de toda dificuldade em se chegar a um consenso sobre território, dificuldade muito bem discutida e estudada por Haesbaert (2012), é possível compreender território como um local socialmente organizado (SANTOS, 2014 e ROLNIK, 2009), onde as pessoas estão interagindo com objetivos semelhantes, identidade social, cultural e histórica. Portanto, o território tem seus próprios atores locais, sendo eles formados por pessoas da comunidade, que são agentes de intervenção com capacidade de construir processos de melhorias sociais.

E essas pessoas, sendo elas donas da sua própria história, por terem objetivos iguais ou parecidos, trazem motivação para a localidade, sem precisar usar métodos pesados de hierarquização e uso de poder. A união da comunidade incentiva o seu protagonismo no processo, as práticas inovadoras e desenvolve um espírito de empreendedor, agregando valores aos seus produtos locais. Um modelo de desenvolvimento em que há a valorização dos participantes favorece a integração, amplia o sentimento de pertencimento e favorece uma melhoria da qualidade de vida (MENEZES, SANTOS e OLIVEIRA, 2017).

Esse envolvimento mexe com a economia local, pois o desenvolvimento territorial tem um amparo com novas perspectivas, trazendo consigo uma inovação através das participações ativas da sociedade, planejamentos e implementação de programas voltados com temáticas de monitoramento e de avaliação das estratégias usadas nas comunidades de desenvolvimento endógeno.

O modelo de gestão pública que se propõe ao desenvolvimento local endógeno deve abandonar o modelo tradicional de gestão, onde sempre há alguém falando pelos moradores, de forma representativa, para um modelo que amplie os espaços de participação social direta (MENEZES, SANTOS e OLIVEIRA, 2017). É possível planejar os meios para que aconteça esse desenvolvimento a partir da própria sociedade, dos seus agentes produtivos locais, organizados por grupos do próprio território, pescadores, agricultores, empresas de pequeno porte, costureiras de vestuários, jardineiros, entre outros.

2.1.1 ATIVOS E DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Compreende-se, neste trabalho, ativos endógenos como sendo os recursos locais, entretanto, este conceito simplificaria demasiadamente o princípio do desenvolvimento territorial. Assim, podemos minuciar estes ativos descrevendo-os como o patrimônio cultural local (música, gastronomia, trajes típicos, dialetos, palavras, ditados, artes, crenças, costumes, hábitos, etc.), ou seja, tudo aquilo que aproxima e diferencia o território dos demais, além das oportunidades locais, as vocações econômicas, os talentos das pessoas, as competências e criatividade, que, comumente, chamamos de capital humano, e todo o conjunto de capital social, que pode ser descrito como sendo as pessoas organizadas de forma cooperativa com um fim comum. Não deixando de esclarecer que, como sendo também um fenômeno humano, o desenvolvimento territorial envolve ainda os valores e os comportamentos dos participantes os quais impactam positiva ou negativamente as ações do processo (ZAPATA, 2007).

De acordo com ZAPATA (2007), sucintamente, podemos identificar sete dimensões estratégicas do desenvolvimento territorial e seus aspectos abrangentes. Seriam as dimensões econômica, desenvolvimento produtivo, sócio cultural, plano local, desenvolvimento comunitário, político institucional e ambiental.

À dimensão econômica interessam os resultados com eficiência, através do bom uso dos recursos aplicados. Tratando da dimensão sócio cultural, esta estratégia deve alavancar os elementos que identificam o local, a sua natureza, sua identidade e o que a caracteriza valorosamente. Ampliar suas crenças, valores, impactar os outros positivamente e, assim, ressaltar os comportamentos e atitudes benéficas a todos (ZAPATA, 2007).

No plano local, deve-se levar em conta o acesso à educação, saneamento, qualidade de vida, esporte, cultura e saúde. Estes aspectos influenciam diretamente e subjetivamente no desenvolvimento territorial, além de poderem beneficiar-se ou apoiar um projeto local. Em relação ao desenvolvimento comunitário, este se refere ao envolvimento comunitário em geral, ou seja, como se dá sua organização, envolvimento o maior número de atores, pessoas e suas

influências e habilidades variadas (ZAPATA, 2007).

A dimensão político institucional se dá através da construção de governanças democráticas e da gestão compartilhada do desenvolvimento, ocorrendo de forma organizada e com parcerias locais da sociedade, em todas suas etapas, enriquecendo, assim, o processo e os envolvidos (ZAPATA, 2007).

E, por fim, a ambiental considera os ambientes interno e externo, além de contemplar a importância do meio ambiente. Nesta dimensão, é fundamental a existência de solidariedade entre as gerações, ou seja, toda as consequências que trarão estes processos ao longo do tempo, e não pode haver negligência quanto ao uso dos recursos naturais.

3. METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa social descritiva, a qual responde a questões muito particulares sobre os locais da pesquisa. Uma pesquisa social descritiva pode ser compreendida como aquela que permite obter novos conhecimentos no campo da realidade social e levantamento de campo, através de um *survey*, através do qual, essencialmente, solicita-se informações de um grupo de pessoas sobre o problema estudado, para, posteriormente à análise, construir as conclusões dos dados coletados (GIL, 2008).

Este artigo tem por finalidade fazer uma comparação dos dados apresentados nos formulários que guiaram as entrevistas. Para isto, foi importante a utilização do método comparativo.

[...] com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades [...]. Sua ampla utilização nas ciências sociais deve-se ao fato de possibilitar o estudo comparativo de grandes grupamentos sociais, separados pelo espaço e pelo tempo. Assim é que podem ser realizados estudos comparando diferentes culturas [...] (GIL, 2008, p.16).

Do ponto de vista prático, foi elaborado um formulário baseado nas dimensões e ativos citados por Zapata (2007). O formulário continha 119 questões, abertas e fechadas, e foi dividido em nove sessões, sendo elas: I. Identificação do Local (questões 1 a 10); II. Análise Geral Sobre o Desenvolvimento Territorial do Município (questões 11 a 18); III. Iniciativas de Desenvolvimento Territorial (questões 19 a 26); IV. Dimensão Econômica e Desenvolvimento Produtivo (questões 27 a 47); V. Dimensão Sociocultural (questões 48 a 65); VI. Dimensão Social – Plano Local [Subdividida em Educação (questões 66 a 72), Transporte (questões 73 a 77), Esporte (questões 78 a 84), Saúde (questões 85 a 95), Capacitação e Empoderamento de Mão de Obra (questões 96 a 100)]; VII. Dimensão Político Institucional (questões 101 a 106); VIII. Dimensão Ambiental (questões 107 a 118) e, por fim, IX. Opinião (questão 119).

Em Baradero, as informações foram obtidas junto às Secretarias de Cultura, de Produção e

Desenvolvimento, de Ação social, de Direitos Humanos, de Meio ambiente e de Esporte e Lazer. Cada um dos Secretários dessas pastas contribuiu com as sessões de acordo com suas áreas de atuação. As Informações da sessão I de Baradero foram retiradas do Censo 2010 e sites do governo argentino.

Já em Cachoeira, as informações necessárias nos foram disponibilizadas pelos Secretários de Meio Ambiente e de Saúde. Cada um respondeu as sessões de acordo com sua área de atuação. Muitos dados tiveram que ser obtidos em outras fontes de informação, por não terem sido informados pelos entrevistados, a exemplo do site do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de revistas que circulam na cidade e de entrevistas com gestores que administram os setores da cidade citada.

A análise foi descritiva. Primeiramente, os dados selecionados foram organizados de forma a possibilitar a análise sistemática das semelhanças e diferenças e seu inter-relacionamento, depois, a comparação direta entre os mesmos e, por fim, a análise foi realizada.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 BARADERO, BUENOS AIRES, ARGENTINA

4.1.1 IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL

Santiago de Baradero localiza-se geograficamente em 33°48'25.1"S 59°30'08.0"W e tem data de emancipação política em 25 de julho de 1615. Completa este ano 403 anos de emancipação e é a cidade mais antiga da província de Buenos Aires. Possui 32.761 habitantes de acordo com o CENSO 2010 sendo, 16.193 homens e 16.568 mulheres. Com Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de 0,868, de acordo com o senso de 2004, está em 80° posição no estado de Buenos Aires.

4.1.2 ANÁLISE GERAL SOBRE O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO

A análise geral sobre o desenvolvimento territorial do município revelou que o mesmo está em desenvolvimento. Possui identidade cultural e está presente na comunidade, onde é valorizada pelos seus membros. No entanto, apesar de haver crescido, ainda não se sente totalmente valorizada pelo governo e faltam oportunidades de igualdade.

4.1.3 INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

As iniciativas estão em funcionamento, no entanto, ainda não em sua plenitude ou como se espera.

4.1.4 DIMENSÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

A dimensão econômica e desenvolvimento produtivo mostra que há 1.653 empresas registradas no município, entretanto, há muitas informais, e que não foram citadas numericamente.

As principais produções da comunidade se concentram no setor agroindustrial e metal-mecânico, ou seja, nos setores primário e secundário, cujos principais produtos são peças para automotores (em especial a Toyota) e derivados alimentícios. A matéria-prima usada no principal produto do município é produzida no próprio município em partes, já que depende de outros produtores e é transformada no município. Sendo assim, o setor secundário é aquele que impacta mais significativamente o nível de emprego e renda e a ele estão vinculadas doze empresas locais voltadas para a principal atividade e uma para produção de máquinas.

Baradero não possui agência de desenvolvimento e sua produção não é para exportação. Em geral, a qualidade dos produtos é boa e eles são reconhecidos culturalmente. As tecnologias incorporadas nos produtos e processos locais são atuais.

Os produtos regionais não possuem qualquer marca comum que os identifique como produtos do município, mas há envolvimento entre produtos locais e o local e, para isto, há propagandas e promoção na região.

4.1.5 DIMENSÃO SÓCIO-CULTURAL

Culturalmente, Baradero está bem estruturado. O município possui 3 Bibliotecas, 1 Casa de Folclore ou de Cultura Tradicional, 5 Centros Culturais privados, 4 Centros Culturais públicos (sendo um em Baradero e os outros nas localidades distritais do município), 2 Centros de Exposições, 2 Centros de Informações (um no porto e outro sendo inaugurado na entrada da cidade), 5 Centros de Tradições, 2 Centros de Pesquisas, 1 Cinema, 4 Companhias de Teatro, 5 Escola de Artes, em torno de 10 Escolas de Idiomas (privadas), 1 Galeria de Arte, mais 10 Igrejas diversas, 2 Catedrais, 1 Jardim Botânico (Parque Sarmiento). Conta também com mais de 10 locais históricos, 6 Lojas de Doces (artigos regionais), 2 Museus, 1 Museu de Tecnologia (Clube Social de Inovação), 8 Parques (e diversos Campings públicos e privados em toda orla do rio). Ainda possui Planetário, 2 Salas de chá privadas e comerciais e 3 Teatros (Colón, Casa Suiza, Anfiteatro ao ar livre).

O município possui festas tradicionais. As principais são: o Pré Festival em janeiro e fevereiro. O Festival de Música Popular em fevereiro, que já faz parte do calendário nacional e é um dos maiores festivais de música do país (43ª Edição, com início em 1967-1976 e de 1985 até hoje). Em 1 de maio, no distrito de Colona, a Fiesta de Mondongo e Torta Frita. Dia 25 de maio, no distrito de Portela, a Fiesta del Guiso Carrero e Pastel. Dia 9 de julho, no distrito de Alsina, a Fiesta del Logro e Empanadas. Dia 25 de Julho, a Fiesta del Municipio. Fiesta de la Primavera em setembro. E, em outubro, a Fiesta del Mate (reconhecida em nível estadual). A principal tradição do município é o Festival de Música Popular.

Em se tratando de identidade cultural, um dos principais símbolos que representam o município é

o Condor da Praça Mitre, uma grande estátua de uma ave na praça central da cidade. Há também figuras ilustres que representam o município culturalmente, entre os quais está Frederico Jean Maire que é um escritor conhecido nacionalmente e autor de mais de vinte livros.

A religiosidade está ligada ao patrimônio cultural do município e as tradições locais estão vinculadas à religiosidade/crenças da comunidade. As festas religiosas impactam a economia do município, principalmente na Semana Santa. No entanto, as festas típicas impactam muito mais na economia do município

Os registros históricos conservados são de fácil acesso à comunidade e se encontram no museu local. Assim, se preserva a memória dos seus fundadores. E para potencializar o conhecimento histórico local, o município também investe em turismo local histórico através de visitas guiadas aos patrimônios, com uma agenda estabelecida e oferecidas as escolas.

Em se tratando de lazer, Baradero investe em turismo de lazer e entretenimento e oferece Balneário municipal, atividades culturais, praças de lazer, etc. Enfim, políticas giram em torno de oficinas gratuitas e eventos culturais. O turismo impacta significativamente na economia local e os eventos e festas destacados acima atraem o público local e de fora.

O Centro Cultural Municipal é a instituição pública responsável pelo planejamento, mas também participam outras repartições do município e parcerias privadas. O apoio ou ações que se desenvolvem em prol do desenvolvimento das estratégias de desenvolvimento cultural no município são, em geral, investimentos municipais, estatais e parcerias com empresas privadas.

4.1.6 DIMENSÃO SOCIAL – PLANO LOCAL

4.1.6.1 EDUCAÇÃO

Na Dimensão Social, plano local, em relação à educação, Baradero possui instituições em todos os níveis. Segue abaixo uma tabela formada com as quantidades de instituições educativas presentes no município, incluindo distritos e escolas na ilha fluvial:

Nível	Públicas		Privadas
	Municipais	Estaduais	
Séries Iniciais / Jardim	5	14	4
Primário (1º ao 6º ano)		24	3
Secundário (7º ao 12º)		12	5
Terciário (técnicos e agrários que possuem um ano a mais que o secundário)		2	
Terciário Universitário		2	
Outras		15	

Quadro 1 – Instituições educativas em Baradero/AR
Fonte: Elaboração própria do autor.

Os cursos oferecidos em nível universitário pela ISFD n° 115 são Matemática, Língua Espanhola, Literatura, Geografia, História, Mestrado em Nível inicial. E na ISPT n° 192 são oferecidos Terapia Ocupacional, Recursos Humanos, Enfermagem e Analista de Qualidade de Alimentos.

Existem outros centros educativos especiais e profissionais, sendo 3 CFP (Centro de Formação Profissional, com qualificações em Carpintaria, cabeleireiro, cozinha e outras), 1 ANPAD (Associação Pró Auxílio à Infância Desamparada), 1 CIIE (Centros de Formação, Informação e Investigação). Educacional), 1 CEF (Centro de Educação Física), 1 EEE (Escola Estadual Especial), 1 CEAT (Centro de Educação Infantil), 1 CEC (Centro de Educação Complementar) e 6 CEA (Centro de Ensino de Adultos).

Outra observação é que a mesma escola (edifício) pode ser contada mais de uma vez, porque o jardim conta como uma escola, a primária como outra e a secundária como outra, entretanto, usam o mesmo edifício. Há também escolas privadas, mas subsidiadas, isto é, o governo paga os custos dos professores. O governo regula constantemente a qualidade de todas as escolas, públicas ou privadas. De acordo com o Ministério do Interior e dados do último censo, o índice de analfabetismo (para maiores de 10 anos) do município é de 1,97%, sendo o estadual de 1,37% e nacional de 2,04%. Sendo assim e de acordo com a representante regional de educação, o nível educacional da população local se qualifica como bom.

4.1.6.2 TRANSPORTE

Ainda na mesma dimensão, a respeito de transportes, para se locomover em Baradero, se utiliza principalmente veículos automotores, seguido de motocicletas e bicicletas. Não há transporte público local. As vias são adequadas, mas não possuem ciclovias. As vias disponíveis são: um aeroclube de pequeno porte, estradas de terra, ruas asfaltadas, rodovias estaduais e nacionais, além de uma Estação Rodoviária e em revitalização, com um investimento estatal de 26 milhões de pesos (hoje, a antiga estação ferroviária, a qual voltará a transportar pessoas, já que, atualmente, são utilizadas as linhas férreas, mas sem parada no município. Isto atrairá mais público e será mais uma opção de transporte em nível estadual e interestadual.

4.1.6.3 ESPORTE

Focando agora na parte esportiva, dentro da dimensão local, pudemos identificar que o esporte mais praticado no município é o Vôlei. Na escola municipal de esportes, o Centro Poliesportivo, estão matriculados e praticam o esporte 220 alunos permanentemente. Há um Centro poliesportivo municipal e outros clubes privados. De acordo com o secretário, as três principais atividades esportivas oferecidas pelo município são, nesta ordem, Vôlei, Atletismo e Handebol.

Também se pratica Canoagem, mas esta é sazonal devido ao clima, sendo que no verão supera o número de praticantes de vôlei, mas no inverno tem poucos alunos. O município é reconhecido pelas modalidades de Vôlei e Atletismo e os esportistas em destaque estaduais e nacionais são Augustino Rios em Atletismo e Gonzalo Carrera em Canoagem.

Além do centro poliesportivo, há seis academias ao ar livre para a comunidade, sendo uma em cada bairro e também academias de ginástica e escolas de danças privadas. E as modalidades esportivas e/ou, de lazer de preferência da comunidade local são Zumba, Campings, Passeios ao ar livre, Feiras de produtos artesanais e regionais, festas típicas e religiosas, shows e esportes.

4.1.6.4 SAÚDE

Em relação à saúde, Baradero possui um hospital público e uma clínica particular com capacidade de internamentos e procedimentos cirúrgicos. Ambos possuem maternidade e ambos não possuem UTI nem UTI neonatal, e, a depender da cirurgia, os pacientes são enviados a capital que distancia cerca de 140km. Quanto a unidades de saúde são 9. Clínicas privadas uma e há acesso a exames clínicos públicos e privados para a comunidade. Há apenas uma farmácia pública no município e localiza-se dentro do hospital municipal.

4.1.6.5 CAPACITAÇÃO E EMPODERAMENTO DE MÃO DE OBRA

Finalizando a Dimensão local, referente a Capacitação e Empoderamento de Mão de Obra, identificamos que a mão de obra local é qualificada através das escolas técnicas e das empresas diretamente. Também existem programas de desenvolvimento tecnológico e/ou de capital humano relacionados a atividade produtiva do município, sendo um deles através do Club de inovação tecnológica, em áreas de robótica e programação. Existem organizações de trabalhadores no local bem variadas, sendo as principais: ATE, SOEMB, SOERM, DE LA CARNE, UOCRA, ALIAMENTACIÓN, QUÍMICAS. No entanto, de acordo com a secretaria de desenvolvimento, elas não exercem atividades em prol do desenvolvimento territorial.

4.1.7 DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL

Quanto a Dimensão Político Institucional o município não realiza Fóruns Sociais para debates. A comunidade possui gestores apenas em alguns bairros e os líderes destes ou associações não participam ativamente das decisões sociais do município, o que pode refletir o nível de participação da comunidade na gestão indicado em 4, numa escala de a 1 (não participa) a 10 (participa ativamente). Ainda, de acordo com a secretaria de ação social, no item sobre se a comunidade é convidada para discutir políticas, programas e projetos de interesse público, a resposta foi talvez, o que não deixa claro uma participação social expressiva. Também, sobre desenvolvimento de políticas, fica indicado que o município possui Centros de Capacitação e Centros de Capacitação de Recursos Humanos e instituto tecnológico, mas ainda busca instalar incubadoras e agencias de desenvolvimento, sendo estes ainda em discussão no município.

4.1.8 DIMENSÃO AMBIENTAL

Enfim, na Dimensão Ambiental, a qual vai além de meio ambiente no sentido ecológico, aborda

aspectos sociais, pois se inerem no ambiente, o secretário de Direitos Humanos, citou que há projetos que proporcionam diálogo sobre gênero, no município e que em geral são através de palestras nas escolas. Entretanto, nas privadas com um pouco mais de dificuldade de acesso devido a posições confessionais.

As ações municipais garantem os direitos humanos e o direito da criança no município são Leis e locais como Serviço local, que faz as intervenções. Desenvolvimento Social, Políticas familiares, Centro de Proteção a Vícios, Promoção dos direitos humanos nas escolas.

E, focando mais no impacto ambiental, Baradero dispõe de projetos ou leis que estão diretamente ligadas a questões ambientais locais. O município promove capacitação, dialogo, ações sobre uso adequado dos recursos naturais? Se sim, quais formas através de palestras nas escolas. Também faz distribuição de bolsas reutilizáveis. Lei de proibição de distribuição de bolsas plásticas em quaisquer estabelecimentos comerciais em todo o município. Quanto a separação de lixo, o município não o faz e também não há empresas de reciclagem de resíduos no município.

As quatro ações que são executadas para manter os recursos naturais no município são: 1. Reserva Ecológica, 2. Campanha ecológica de reciclagem de aparelhos eletrônicos, 3. Projeto de Biocombustível e 4. Proibição de uso de bolsas plásticas, já citado anteriormente.

A comunidade tem acesso as informações sobre a conscientização de manter sustentavelmente tais recursos naturais somente nas escolas. O que influi sobre grau que a comunidade em geral está consciente da preservação dos recursos naturais, sendo 1 (não possui consciência) e 10 (Consciente e engajada na preservação), o assistente declarou ser 4. Mostrando também, na questão que indica que a comunidade não sabe separar o lixo.

Talvez, por isto também não há projetos de lei que obrigam a separação do lixo em locais públicos e/ou privados no município, apenas normas municipais, e a depender do tipo de cada empresa se aplicam. E falando em empresas, menos de 10 possuem ISO 14000.

4.1.9 OPINIÃO

Não quiseram manifestar nada por escrito, pois na entrevista já haviam citado mais detalhes oralmente.

4.2 CACHOEIRA, BAHIA, BRASIL

4.2.1 IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL

Cachoeira é um município do estado da Bahia, no Brasil, localiza-se às margens do Rio Paraguaçu, e está distante 120 km da capital do estado, Salvador. Demograficamente, de acordo com Instituto Brasileiro de Geográfica e Estatística - IBGE, no ano de 2013 sua população era estimada em 34.244 habitantes. Completa este ano 181 anos de emancipação, preservando assim sua

identidade cultural com a imponência do seu casario barroco, suas igrejas e museus, levando a cidade a alcançar o status de cidade monumento nacional por sua participação decisiva na luta pela independência do Brasil.

Sua população está distribuída do seguinte modo: a população masculina representa 15.453 (48.25%), enquanto a população feminina é de 16.573 habitantes (51.75%).

4.2.2 ANÁLISE GERAL SOBRE O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO

O trabalho continua as informações pela qual foi pesquisada teve dados relevantes que conseguimos visualizar de forma estruturada, em diversos serviços principalmente, desenvolvimento no processo de justiça e desigualdade social.

4.2.3 INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Os próximos passos aqui apresentados pelo gestor público e político foi as dimensões de estratégias planejadas para realizações e posto policial, aquisições de ambulâncias, calçadas nas ruas, construção de campo de futebol, e reformas de praças e revitalização de jardins, construção da casa de farinha na comunidade de Nova Brasília, essa agenda de programação está disponível na revista local da cidade de cachoeira, onde toda a comunidade tem acesso para lê e acompanha as demandas que será apresentada com obras a serem realizadas, o processo de desenvolvimento territorial está em fase de execução e entrega de algum trabalhos que já foram feitos pelo mesmos.

4.2.4 DIMENSÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

Os próximos passos aqui apresentados pelo gestor público e político foram as dimensões de estratégias planejadas para realizações e posto policial, aquisições de ambulâncias, calçadas nas ruas, construção de campo de futebol, e reformas de praças e revitalização de jardins, construção da casa de farinha na comunidade de Nova Brasília, essa agenda de programação está disponível na revista local da cidade de cachoeira, onde toda a comunidade tem acesso para lê e acompanha as demandas que será apresentada com obras a serem realizadas, o processo de desenvolvimento territorial está em fase de execução e entrega de algum trabalhos que já foram feitos pelo mesmos.

4.2.5 DIMENSÃO SÓCIO-CULTURAL

Possui identidade cultural e está presente na comunidade, onde é valorizada pelos mesmos, no entanto, apesar de haver crescido, a mesma ainda não sente-se totalmente valorizada.

A prefeitura vem realizando intervenções, eventos como a festa de Iemanjá, o 13 de março, o festival de jazz, o São João, Feira do Porto, a Flica, a Festa da Ostra. A Flica, uma das festas de

melhor rendimento para o setor de hotelaria, corre um grande risco de ser transferida para outra cidade, por motivo de descompromisso da gestão passada, mas, com uma atitude corajosa do novo governo municipal em investir e buscar parcerias, a festa foi mantida e se consolidará como um dos maiores eventos de Cachoeira.

Os registros e arquivos público Histórico e Artístico Nacional, realizou a mudança do arquivo público para seu antigo prédio a secret, e 7 poaria de cultura e turismo conservados e de fácil acesso a comunidade se encontram em parceria com a Fundação e o Instituto do Patrimônio assim se preserva a memória dos seus fundadores. E para potencializar o conhecimento histórico local, o município também investe em turismo local histórico através visitas guiadas aos patrimônios com uma agenda estabelecida e oferecidas as escolas.

Em se tratando de lazer, Cachoeira investe em turismo de lazer e entretenimento e oferece atividades culturais, praças de lazer, etc. Enfim, políticas giram em torno de oficinas gratuitas e eventos culturais. O turismo impacta em muito a economia local e os eventos e festas destacados acima atraem o público local e de fora.

O Centro Cultural Municipal é a instituição pública responsável pelo planejamento, mas também participam outras repartições do município e parcerias privadas. O apoio ou ações que se desenvolvem em prol do desenvolvimento das estratégias de desenvolvimento cultural no município são em geral investimentos municipais, estatais e parcerias com empresas privadas.

A Revista de História da Biblioteca Nacional traz relatos sobre terreiros de candomblé de Cachoeira, os quais são um dos destaques culturais pelo qual as pessoas são atraídas para contemplar 'segredos' religiosos e, ao mesmo tempo, terem-no como objeto de estudo científico é a essência do turismo que destaca ainda a atuação de dois Cachoeiranos que se dedicam aos estudos desse tema: o historiador e antropólogo Cacau Nascimento, o maior estudioso do candomblé na religião, e Lu Cachoeira, coordenador do Ponto de Cultura Rede de Terreiro Cultural.

4.2.6 DIMENSÃO SOCIAL – PLANO LOCAL

4.2.6.1 EDUCAÇÃO

Na Dimensão Social, plano local, em relação a educação, Cachoeira possui instituições em todos os níveis, incluindo distritos e escolas na reforma da ponte e estação de trem, a empresa Valor da Logística Integrada (VLI) a reforma da estação Ferroviária de Cachoeira e a ponte Dom Pedro II.

Matriculas realizadas no ensino fundamental em 2012 5.798, ensino médio 1.635 matrículas, o número de população residente que frequenta creche ou escola 11.374. de acordo com o senso de 2010.

Cachoeira possui 10 escolas reformadas nos municípios esses últimos anos, na zona rural e sede. As obras alocam no espaço inclusões ainda em andamento. Como SAMU, Guarda Municipal, Corpo

de bombeiro, Polícia militar, Centro de formação por assistentes, Centro Jurídico de Solução Consensual de Conflitos. Contam também com o CEJUSC, o qual é parceria com o tribunal de justiça do estado da Bahia e a Faculdade Anísio Teixeira.

Os cursos oferecidos a nível universitário pela UFRB- Universidade federal do Recôncavo da Bahia, artes visuais, ciências sociais, cinema e audiovisual, comunicação social, licenciatura em história, museologia, serviço social, tecnologia em gestão pública.

Localizada no bairro de Capoeiruçu fica a 4 km do centro da cidade de Cachoeira, a FADBA- Faculdade Adventista da Bahia-é uma instituição de educação e ensino ligada a rede mundial de educação adventista que está presente em mais de 150 pais e isso vem se configurando para a um grande desempenho na implementação do ensino superior, hoje oferecem mais de 9 cursos oferecidos, tem programa de pós-graduação, e ensino fundamenta, totalizando mais de 4.000 alunos, esse movimento transformou a localização em desenvolvimento rural trazendo consigo os desafios para uma vida de estudantes, e familiares, agregados que ficam nessa comunidade.

4.2.6.2 TRANSPORTE

Ainda na mesma dimensão, a respeito de transportes, para se locomover em Cachoeira se utilizam principalmente veículos automotores, seguido de motocicletas e bicicletas. Não há transporte público local. As vias são adequadas, mas não possuem ciclovias. As vias disponíveis são estaduais e nacionais, além de uma estação rodoviária o transporte têm ganhado novas aquisições, pois os agentes de trânsito possuem viaturas da Transcachoeira, a qual passa pelas ruas no centro da cidade fazendo rondas, no serviço de alertar a população para novas condutas de trânsito. O município recebeu do governo uma frota de 40 veículos, isso demonstrou responsabilidade com os recursos públicos, de acordo com o entrevistado.

4.2.6.3 ESPORTE

Na parte esportiva, pudemos identificar que os esportes mais praticados em Cachoeira são o futebol, basquete e futebol de salão. Não existe centro poliesportivo público, existe um centro poliesportivo municipal e clubes privados.

Além do centro poliesportivo tem academias ao ar livre para a comunidade, sendo uma em cada bairro, e também academias de ginastica e escolas de danças privadas. E as modalidades de esportivas e ou de lazer de preferência da comunidade local, são Aulas de Zumba duas vezes por semana em uma das praças da cidade, Passeios ao ar livre, Feiras de produtos artesanais e regionais, Festas típicas e religiosas, Shows e Futebol entre amigos.

4.2.6.4 SAÚDE

Em relação a saúde, Cachoeira possui dois hospitais públicos e uma clínica particular com capacidade de internamentos e procedimentos cirúrgicos. Ambos possuem maternidade e

ambos não possuem UTI nem UTI neonatal, e a depender da cirurgia os pacientes são enviados a capital Salvador que distancia cerca de 140km.

Quanto a unidades de saúde são 10 em média. O município possui 24 estabelecimentos de saúde SUS, 1 clínica privada e há acesso a exames clínicos públicos e privados para a comunidade.

4.2.6.5 CAPACITAÇÃO E EMPODERAMENTO DE MÃO DE OBRA

Cursos de capacitação gratuitos estão sendo oferecidos para a comunidade, através da secretaria de assistência social, no centro de referência do programa Bolsa família, qualificação nas áreas de artesanato geral, trufas, biscuit, bordados à mão e auxiliar administrativo para os povos de matrizes africanas foi oferecida com o objetivo de capacitar a todos os inscritos para o mundo do trabalho e incentivar a geração de renda.

A comunidade não tem programas de tecnologia voltada para o desenvolvimento dos mesmos.

4.2.7 DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL

Uma nova Cachoeira realiza fóruns sociais para debates, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos sociais, comemorar a elevação de cachoeira à categoria de cidade é um orgulho que enche a comunidade de muita alegria. Saber que esse município está trilhando o caminho do progresso com responsabilidades social, financeira e cultural nos deixa confiantes sobre o nosso presente e otimista em um futuro prospero, após quatro anos sem muitas perspectivas de crescimento, cachoeira retoma o rumo com autoestima, da justiça social, dados relevantes da revista estão reunidas algumas das principais informações e ações do desenvolvimento cultural e político da cidade, trazendo com esses gestores coerência e compromisso com o povo cachoeirano.

4.2.8 DIMENSÃO AMBIENTAL

Os próximos passos apresentados pelo gestor referem-se a instalação do sistema de água nas comunidades Embira, Capianga, na comunidade de Maria Preta e melhorias no tratamento de extensão do sistema de água.

As quatro ações que são executadas para manter os recursos naturais no município são: 1. Recuperação de águas, nascentes e reflorestamento, 2. Palestras de educação ambiental, currículo de meio ambiente nas escolas 3. Implementação do conselho de meio ambiente no município e 4. Palestras informativas sobre educação ambiental.

Os próximos passos apresentados pelo gestor referem-se a instalação do sistema de água nas comunidades Embira, Capianga, na comunidade de Maria Preta e melhorias no tratamento de extensão do sistema de água.

As quatro ações que são executadas para manter os recursos naturais no município são: 1.

Recuperação de águas, nascentes e reflorestamento, 2. Palestras de educação ambiental, currículo de meio ambiente nas escolas 3. Implementação do conselho de meio ambiente no município e 4. Palestras informativas sobre educação ambiental.

4.2.9 OPINIÃO

Os entrevistados contribuíram oralmente com informações extras, opinando sobre aspectos relevantes ao DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ENDÓGENO.

O gestor de assistência social nos mostrou dados relevantes em relação a parcerias com organizações não governamentais, associações de pais e amigos dos excepcionais e a casa dos velhos, e isto vem trazendo uma forma de convênios para a população ser melhor atendida. Existe um programa que se chama Criança feliz, um projeto do governo federal no qual são contempladas 150 famílias acompanhadas pela assistente social, que promovem e orienta a cuidar melhor das crianças, o que é número baixo para uma população que tem números relevantes no índice de carência em proteção à saúde, mas tem feito a diferença.

Outra observação importante sobre Cachoeira que esse serviços de convivência e fortalecimento social vem sendo identificados e está em busca de melhores desempenho para a comunidade, em 2016 o número de inscritos no serviço foram 344, já no ano passado foi de 417, que reflete no comprometimento da gestão pública e política de desenvolvimento local, o número de pessoas que se beneficiadas em 2016 pelo programa de bolsa família foi de 5.846, já em 2017 esse indicador aumentou para 6.068.

4.3 COMPARAÇÃO ENTRE BARADERO/BSA-AR E CACHOEIRA/BA-BR

Zapata (2007) deixa claro que para que haja desenvolvimento local endógeno, muitas dimensões e ativos precisam estar desenvolvidos. A presente pesquisa identificou que em ambos municípios estes ativos estão se desenvolvendo, mas ainda em fase de implementação.

Na Identificação do Local percebe-se que ambos são municípios antigos e possuem similar quantidade de população (apenas cerca de dois mil de diferença, enquanto Baradero possui mais mulheres).

Na Análise Geral Sobre o Desenvolvimento Territorial do Município faltaram muitas respostas de Cachoeira, o que compromete uma análise mais assertiva, mas pode-se inferir que falta reconhecimento local das pessoas, falta de igualdade de oportunidades implica em outras dimensões também. Em Iniciativas de Desenvolvimento Territorial Baradero está mais adiantado, já que a maioria das respostas estão em implantação ou desenvolvendo razoavelmente, porém em ambas precisam melhorar.

Sobre a Dimensão Econômica e Desenvolvimento Produtivo ficou claro que Cachoeira está no setor primário e sem tecnologias, já Baradero avança na indústria. Porém ambas não possuem

marcas para seus produtos locais e políticas que valorizem atividades referentes a artesanato ou microempreendedores. O desenvolvimento produtivo local de ambos os territórios permanece ligado a grandes indústrias. O que deixa claro a inexistência de agências de desenvolvimento e incubadoras nos dois municípios.

A respeito da Dimensão Sociocultural foi surpreendente, pois tínhamos a hipótese de que Cachoeira evidenciava melhor a cultura, mas as respostas vazias dos formulários, ou a real inexistência, declaram que Baradero está melhor estruturado culturalmente. Percebe-se que Cachoeira tem a religiosidade mais relacionada ao turismo e cultura, festas locais, e em Baradero está mais ligada ao setor musical e alimentício. Ambas preservam sua história através de visitas guiadas pelos patrimônios, valorando assim suas origens, o que subjetivamente reconhece uma identidade a ser explorada e evidenciada em ambos.

Tratando-se da Dimensão Social – Plano Local, os dados foram bem divergentes. Na educação Baradero possui mais escolas de nível inicial e primário e Cachoeira tem universidades de porte e reconhecidas. Entretanto, Baradero possui muitos outros centros de educação, ampliando o desenvolvimento escolar e com um padrão mais fiscalizado por políticas públicas.

O transporte é muito similar quanto aos meios, mas as vias são distintas, pois em Baradero há mais asfalto. Contudo ambas não possuem ciclovias, o que em cidades modernas, é um meio sustentável e que traz qualidade de vida. E apesar de ambas possuírem linhas férreas, em Cachoeira é destinada a produção e em Baradero se reimplantarão o transporte de pessoas, que já é usado no país e na própria via que cruza o município, porém a estação está desativada no momento. Em ambos o automóvel é o principal meio. E o formulário não revelou muito coerentemente os dados, o que pode ser aprofundado em ambas.

Os esportes divergem nas modalidades. Apesar do Argentino amar futebol, no centro poliesportivo municipal não há escola, só nos clubes privados, o que é um ramo comercial local também, mas em Cachoeira o futebol é destacado, seguido de basquete e futebol de salão. Já em Baradero é o vôlei, atletismo e handebol. O município é reconhecido em algumas atividades; possui esportistas renomados e oferece todas as modalidades de lazer e esportivas apresentadas no formulário, o que é bem diferente em Cachoeira, onde faltam opções a comunidade.

A saúde foi a dimensão que mais se assimilou entre os dois territórios, infelizmente negativamente. Ambos não possuem Unidade de Terapia Intensiva nem Neonatal. O número de hospitais é reduzido e farmácias públicas também.

A Capacitação e Empoderamento de Mão de Obra foi totalmente divergente. Cachoeira carece de capacitação e desenvolvimento de capital humano, quanto em Baradero há a preocupação por parte das instituições de ensino e das empresas.

Sobre a Dimensão Político Institucional, ambos territórios não oferecem fóruns sociais e não tem a participação expressiva da comunidade na política, o que evidencia uma política centralizadora nos dois locais. Faltam fomento e instituições para desenvolver a comunidade, como incubadoras e agências de desenvolvimento, entre outras também.

Comparando a Dimensão Ambiental, os resultados foram inversos aos esperados. Cachoeira não

possui debates sobre gênero e Baradero sim, e quanto aos direitos humanos em geral, faltaram dados de Cachoeira para a análise. Levando em conta o aspecto ecológico, ambas não tratam o lixo, não fazem separação e a comunidade não o tem conhecimento expressivo, pois em ambas isto está no nível de palestras e apresentações em escolas, o que reduz em muito a informação a comunidade em geral. Menos de dez empresas em cada local possui ISO1400 (que trata de questões ambientais) e com certeza é um campo a desenvolver estrategicamente.

O que pudemos perceber é que em todas as dimensões do desenvolvimento territorial, os ativos, ou seja recursos locais, em ambos os municípios carecem de estratégias voltadas as pessoas. Pode ser que Baradero esteja mais desenvolvido, seja por ser mais antigo ou pelos dados positivos em maior quantidade identificados, mas isto não significa que um município com quase cento e cinquenta anos de história se desculpe em seu desenvolvimento local. Cachoeira possui muito potencial cultural, mas carece de recursos e oportunidades que viabilizem a comunidade a se desenvolver. Ficou muito claro a necessidade de estratégias políticas específicas em cada dimensão. Enquanto Baradero apresenta necessidades de melhorias, Cachoeira apresenta ainda a necessidade de muitas implantações e avanços.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o Desenvolvimento Territorial Endógeno é imergir no cotidiano de uma sociedade. É, em primeira instância, conhecer o ambiente e suas relações, construídas através da história. Cada território é dotado de suas características próprias e nunca existirá um território igual a outro, pois os sujeitos são únicos. Comparar, além de cidades, regiões e países diferentes, com culturas totalmente distintas, influenciadas por colonizações diferentes, épocas diferentes e políticas sociais também diferentes é de grande enriquecimento científico para os pesquisadores e aporta para uma segunda instância que é desafiar os atores a atuarem no planejamento estratégico local a fim de provocarem o desenvolvimento em si.

Importante ressaltar que tivemos dificuldade em relação à coleta dos dados, especificamente em marcar um horário para que os entrevistados pudessem nos receber, no entanto, houve recompensa de informações porque cada pergunta fluiu com mais dados do que se pedia. Outra dificuldade, que já era prevista, foi a tradução do Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE – e do formulário de entrevista para o idioma espanhol argentino. Este último facilitou o levantamento das informações, já que com ele foi mais simples explicar as perguntas do que através da utilização de um questionário, que poderia gerar dúvidas devido à tradução. Portanto, usamos o TCLE e o Questionário em dois idiomas, sendo em português para Cachoeira e em espanhol para Baradero.

Com certeza este artigo abre oportunidades para se explorar de forma mais profunda cada dimensão do Desenvolvimento Territorial Endógeno, de maneira que cada uma das áreas possa gerar estudos separados, já que são complexas e subjetivas. Outra sugestão é coletar dados com

a população, o que permite uma maior percepção do desenvolvimento a ser analisada também, já que neste estudo foram utilizados apenas dados informados pelos responsáveis de cada setor do município.

Em síntese, esperamos que a prática de cada um dos recursos e ativos identificados seja estrategicamente organizada, podendo, assim, resultar em melhorias reais e significativas para estes dois territórios, que em tantas diversidades e cujo potencial mais belo são pessoas.

REFERÊNCIA

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 6ª ed., 2008.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 7ª ed., 2012.

MENEZES, Leandro Oliveira de; SANTOS, Maykon de Jesus; e OLIVEIRA, Victor Henrique Martins de. Vale do Paraguaçu: quatro municípios baianos e a validação de um novo território. **Revista Formadores - Vivências e Estudos**, Cachoeira - Bahia, v. 10, n. 6, nov. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf>. Acesso em 27 de septiembre de 2018, 16:01.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 3ª ed., 2009.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: USP, 6ª ed., 2ª reimp., 2014.

ZAPATA, Tânia. Desenvolvimento Territorial Endógeno: conceitos, dimensões e estratégias. In: ZAPATA, Tânia; AMORIM, Mônica e ARNS, Paulo Cesar. **Desenvolvimento territorial**. Florianópolis: SEaD/UFSC, 2007.

Valéria Nunes de Souza
Rarielle Ribeiro de Jesus
Taianan Alves Uzeda Luna
Sunamita de Almeida Dias
Lana Maynara Viana Silva

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 –
Capoeiruçu - CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

Revista Formadores
VI Congresso Científico
Novas Trilhas Para Novos Rumos

O CONHECIMENTO CONTÁBIL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO: UM ESTUDO ENTRE MICROEMPRESAS DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA-BA

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo investigar o conhecimento contábil dos gestores das micro e pequenas empresas (MPEs) da cidade de Cachoeira – BA. Foi desenvolvida uma pesquisa de campo, com abordagem descritiva e natureza qualitativa, através da qual foram coletados dados através de aplicação de questionários junto a 18 empresários/gestores de micro e pequenas empresas localizadas no centro da cidade de Cachoeira – BA. Os resultados do trabalho demonstram que, dentre as empresas pesquisadas, a maioria é do ramo comercial e está presente no mercado com até cinco anos de funcionamento. Dentre elas, mais de 50% realizam sua contabilidade internamente e indicaram que as informações da Contabilidade Gerencial é a mais útil. Conclui-se, portanto, que nessas MPEs os empresários/gestores pouco utilizam da Contabilidade para a tomada de decisão, sendo ainda optantes pelo entendimento e experiências particulares do gestor.

PALAVRAS-CHAVE:

Contabilidade Gerencial, Conhecimento contábil, Gestão.

1. INTRODUÇÃO

No mundo empresarial, a Contabilidade é vista como a linguagem dos negócios. Este papel está relacionado com o objetivo da Ciência Contábil, que é o de controlar e fornecer informações a respeito do patrimônio. Sendo assim, entende-se que a continuidade de uma empresa

SOUZA, Vléria Nunes de.; JESUS, Rarielle Ribeiro de Mattos.; LUNA, Taianan Alves Uzeda.; DIAS, Sunamita de Almeida.; SILVA, Lana Maynara Viana. O Conhecimento Contábil Como Ferramenta de Gestão: Um estudo entre microempresas do município de Cachoeira-Ba. Revista Formadores - Vivências e Estudos, Cachoeira - Bahia, v. 12, n. 3, p. 24 - 36, mai, 2019.

perpassa pela utilização de tais informações pelo gestor para a tomada de decisão. Martins, Cardoso e Melo (2015) afirmam que a contabilidade, para além das obrigações fiscais, auxilia significativamente o processo de gestão das entidades.

Tendo em vista que o uso do conhecimento contábil possibilita às empresas o aumento de sua expectativa de vida, e que no Brasil as micro e pequenas empresas (MPEs) tendem a fechar nos primeiros anos de existência, pode-se pressupor que estas não lançam mão desta importante ferramenta de gestão. Dados da pesquisa realizada pelo SEBRAE (2017) mostram que 99% das empresas no país são constituídas por MPEs e estas foram responsáveis 53,9% dos empregos não agrícolas no período. Nesse contexto, fica evidente a importância desses estabelecimentos para economia brasileira.

A taxa média de sobrevivência das MPEs aumentou entre 2008 e 2012, subindo de 54,2% para 76,6%, respectivamente. O percentual foi alavancado pela expansão dos Microempreendedores Individuais (MEI) e pelo aumento do PIB (SEBRAE, 2016), porém devido à grande relevância desses negócios, esse percentual ainda não é o desejável. Bohn et al (2018) afirmam que as micro e pequenas empresas ganharam destaque no ambiente econômico mundial porque possibilitam o desenvolvimento das regiões e abrem novos postos de trabalho.

Com base nessas informações, onde as MPEs contribuem fortemente para o crescimento financeiro em vários níveis regionais e que estas tem elevada taxa de mortalidade, é que se formulou a seguinte questão de pesquisa: **Qual o nível de conhecimento contábil como ferramenta de gestão dos gestores de MPEs do município de Cachoeira-Ba?** O propósito desta investigação foi verificar o quanto os proprietários e/ou administradores das micro e pequenas empresas dessa importante cidade do recôncavo baiano utilizam das ferramentas contábeis para a gestão dos negócios e para a tomada de decisão.

Esforços de pesquisas já foram empreendidos analisando esses seguimentos empresariais em várias regiões brasileiras. (BOHN ET AL, 2018; LAMBIASE, OYADOMARI E ALVES, 2017; ANJOS ET AL, 2012; SILVA ET AL, 2010). Dessa forma, o presente estudo buscou contribuir com o debate acerca do tema ao analisar os empresários de uma importante cidade do recôncavo da Bahia a fim de realizar uma análise comparativa. Sendo a ausência de controle gerencial e de planejamento por parte dos empresários são, segundo Lambiase, Oyadomari e Alves (2017), alguns dos fatores explicativos para o alto índice de mortalidade das MPEs, buscamos identificar se estes também se aplicam a realidade do município estudado.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Conhecimento contábil e gestão de Micro e Pequenas Empresas

Periodicamente, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) realiza pesquisas a respeito, dentre outras questões, das empresas brasileiras enquadradas neste seguimento e o contexto econômico nacional. Os relatórios gerados dessas pesquisas evidenciam a grande importância desses empreendimentos para a estrutura econômica brasileira e para a geração de empregos. Em 2015 o segmento representava em torno de 6,8 milhões de estabelecimentos, responsáveis por 17,2 milhões de empregos formais. Mesmos em cenários de crise econômica as micro e pequenas empresas geraram milhões de empregos (SEBRAE, 2017).

Apesar de contribuírem fortemente para a economia, as MPEs passam por muitos percalços, desde a sua concepção, passando pelo planejamento e por fim a consolidação no mercado (MARTINS, CARDOSO e MELO, 2015). Essas dificuldades fazem com que muitas encerrem suas atividades nos primeiros anos de vida. A taxa de sobrevivência das empresas aumentou entre os anos de 2008 e 2010 de 54,2% para 76,2%, isso se deu, basicamente, pelo aquecimento da economia no período e a criação dos Microempreendedores Individuais (MEI) (SEBRAE, 2016). Contudo, ainda é uma taxa elevada dado o grau de relevância das MPEs.

Nesse sentido, Anjos et al (2012) afirmam que o fortalecimento das micro e pequenas empresas, para além de ser representativo para o crescimento econômico e social, é uma possibilidade real de um novo mercado para as instituições financeiras. É uma fonte de novo mercado para diversos ramos e por isso se faz necessário aumentar a atenção para as MPEs com o propósito de identificar e corrigir falhas que levam a sua extinção. Faria, Azevedo e Oliveira (2012), apontam que as principais causas da mortalidade dessas empresas estão relacionadas com a maneira que os gestores e/ou proprietários conduzem o negócio.

Em 2016, o Sebrae realizou uma pesquisa com 2.006 micro e pequenas empresas e identificou quatro fatores globais que contribuem para a sobrevivência ou mortalidade das empresas: Situação antes da abertura (Tipo de ocupação do empresário; Experiência no ramo; Motivação para abrir o negócio); Planejamento do negócio; Gestão do negócio; Capacitação dos donos em gestão empresarial. Pode-se constatar que o conhecimento contábil está presente em dois desses fatores, já que o mesmo possui conteúdo para dar suporte tanto no planejamento, quanto na gestão do negócio. Conclui-se que a aplicação da contabilidade por parte dos donos desses empreendimentos contribui fortemente para aumentar a probabilidade de sua continuidade, pois, conforme resultado da referida pesquisa, esses dois fatores em conjunto representam mais de 50% para o sucesso da empresa.

2.1 Estudos Anteriores

Esforços de pesquisas foram empregados para avaliar o conhecimento contábil e sua aplicação nas empresas. Nessa sessão serão apresentados os trabalhos que se aproximam com o objetivo da presente investigação.

Com o objetivo de identificar os fatores que influenciam a mortalidade precoce de empresas de pequeno porte, sob o ponto de vista dos empresários, Bohn et al (2018) realizaram uma pesquisa no litoral de Santa Catarina. Para tanto, foi aplicado questionário a ex-empreeendedores de 36 empresas da região, no período de 2014 a 2016. Através da aplicação de um modelo de regressão logística binária, ou autores concluíram que os principais fatores do encerramento das atividades das empresas de pequeno porte até o terceiro ano foram o baixo nível de conhecimento gerencial por parte dos donos do negócio e da carga tributária.

A partir de uma intervenção realizada em uma pequena indústria, Lambiase et al (2017) buscaram implementar e aprimorar o controle financeiro da organização estudada. Foram realizados *workshops* para difusão de conhecimento, com foco no controle de caixa e estruturação de fluxo de caixa pelo método direto. Após a fase de treinamento foram realizadas algumas intervenções com o propósito de identificar o impacto desses suportes no desempenho e capacidade de análise da empresa como um todo. Resultados positivos foram gerados pois foi percebido uma melhora nos controles financeiros da empresa, proporcionando aos gestores melhorias na tomada de decisão.

Oliveira (2016) investigou a relação dos artefatos contábeis e o desempenho das MPE's na região metropolitana de Belo Horizonte-MG. Definiu-se e dividiu-se os artefatos contábeis em três categorias: Planejamento e Controle, Gestão de Custos e Demonstrações Contábeis, relacionando-as com o desempenho das organizações. A amostra foi composta por 233 empresas e o instrumento de coleta de dados foi questionário respondido por gestores e donos das empresas. Os dados foram analisados através de estatísticas descritivas e a técnica de Modelagem de Equações Estruturais. Através dos resultados pode-se afirmar existir uma relação positiva entre o uso dos instrumentos contábeis e o desempenho da empresa, sob o ponto de vista dos respondentes. Adicionalmente identificou-se que o controle de contas a pagar, contas a receber e o fluxo de caixa são os instrumentos mais utilizados por essas empresas, em detrimento de outros instrumentos, como orçamento, margem de contribuição e indicadores financeiros, apesar de os gestores reconhecerem sua importância.

Tendo como alvo o setor de Materiais de Construção do Município de Feira de Santana-Ba, Oliveira, Azevedo e Faria (2016) intencionaram aferir o uso da informação contábil como ferramenta de apoio à gestão nas MPE's do setor definido. A amostra contou com 59 empresas, sendo a quantidade definida após aplicação de calculo em cima da população. Os achados evidenciaram uma subutilização das ferramentas por parte dos pesquisados, situação esta derivada da falta de conhecimento ou do não convencimento da utilidade da contabilidade no processo de gestão.

Também buscando captar a percepção dos gestores e proprietários das MPE's, Martins, Melo e Cardoso (2015) investigaram o setor de transportes da cidade de Uberlândia-MG. Foram respondidos 40 questionários com 21 quesitos, sendo esta a composição da amostra. Os autores puderam concluir que dentre as demonstrações, relatórios e demais documentos fornecidos pela

contabilidade os que são mais utilizados pelos pesquisados são as de cunho fiscal e financeiro, com destaque para o fluxo de caixa. As informações gerenciais são pouco utilizadas, ou seja, a contabilidade é de pouca utilidade para prestar informações de custo, evidenciando que ainda há muito mais serviços e informações contábeis a serem demandadas e exploradas pelos gestores e donos das MPE's.

Em uma perspectiva que difere das demais, Riva e Salotti (2015) examinaram a relação entre a adoção do padrão contábil internacional pelas pequenas e médias empresas no Brasil e o custo de crédito concedido pelas instituições financeiras, tendo em vista que se pressupõe que tal adoção reduz o custo em questão. Foram analisadas 179 empresas submetidas ao Pronunciamento Técnico - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC-PME). Realizando análises estatísticas de dados extraídos das Demonstrações Contábeis dos anos de 2009 a 2011 as evidências indicaram uma baixa influência das informações contábeis no custo de crédito bancário para segmento analisado. Os autores apontam, dentre outras justificativas, que a adoção do CPC-PME está em fase inicial de adoção.

Diante do cenário apresentado, a presente pesquisa contribui para a discussão sobre relevância da informação contábil para as organizações, em especial para as Micro e Pequenas. Tendo em vista o papel relevante destas para a economia e desenvolvimento nacional, este estudo traz à tona a perspectiva dos gestores e proprietários de empreendimentos localizados no município de Cachoeira-Ba, um dos mais importantes para a região do Recôncavo da Bahia para realizar uma análise comparativa com os demais estudos feitos neste tema.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento desse artigo, foi feita, inicialmente, uma revisão bibliográfica baseada em artigos, dissertações e livros, que serviu de fundamento para a realização do questionário aplicado nas micro e pequenas empresas do município de Cachoeira- BA.

Quanto aos fins, essa pesquisa se constitui em um estudo de campo, classificado como descritiva, pois, segundo Gil (2010), tem por finalidade a descrição das características de certa população. Quanto à natureza dos dados, a pesquisa é classificada como qualitativa.

A coleta de dados deu-se por meio de aplicação de questionários. Ao todo foram aplicados 18 (dezoito) questionários. As questões foram divididas em duas partes, cada uma contendo 9 (nove) perguntas. O nível de perguntas foi basicamente sobre a estrutura das microempresas, conhecimento contábil dos microempreendedores e sobre a parte financeira da empresa.

Para verificar os conhecimentos dos gestores sobre as informações contábeis e sua utilização na gestão da empresa, foram feitas 9 (nove) afirmativas, utilizando-se da escala *Likert* para medir o grau de concordância, discordância e indiferença dos respondentes.

4. ANÁLISE DE DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Perfil das Empresas

Dentre as empresas pesquisadas, a maioria é do setor comercial, correspondendo a 67%, conforme ilustra o gráfico 1. As demais empresas são prestadoras de serviços, não havendo na amostra nenhuma empresa industrial, tendo em vista o porte dos negócios. Nenhuma delas atua em mais de um ramo.

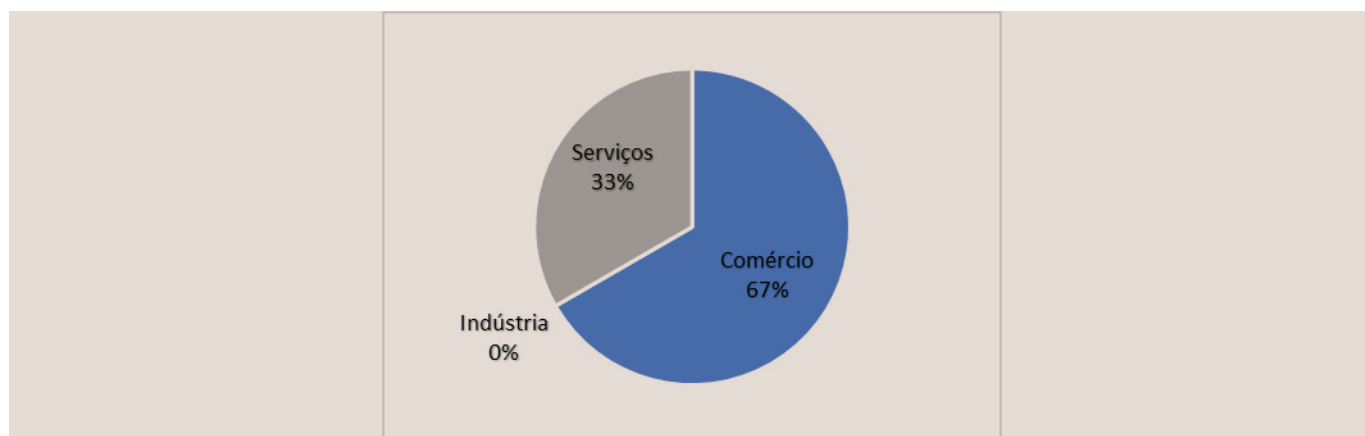


Gráfico 1 – Ramo de Atividade das Empresas

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

No tocante ao tempo em que o negócio está em operação, a maioria das empresas participantes é recente, tendo entre um e cinco anos de atividade (63%), conforme demonstra o gráfico 2. Este percentual está alinhado com as pesquisas realizadas pelo Sebrae, que indicam uma alta mortalidade das MPE's nos anos iniciais de seu funcionamento. Por outro lado, a amostra contou com um percentual considerável de empresas que superaram as estatísticas e estão funcionando há mais de dez anos (31%), o que contribui para uma maior variabilidade nas respostas.

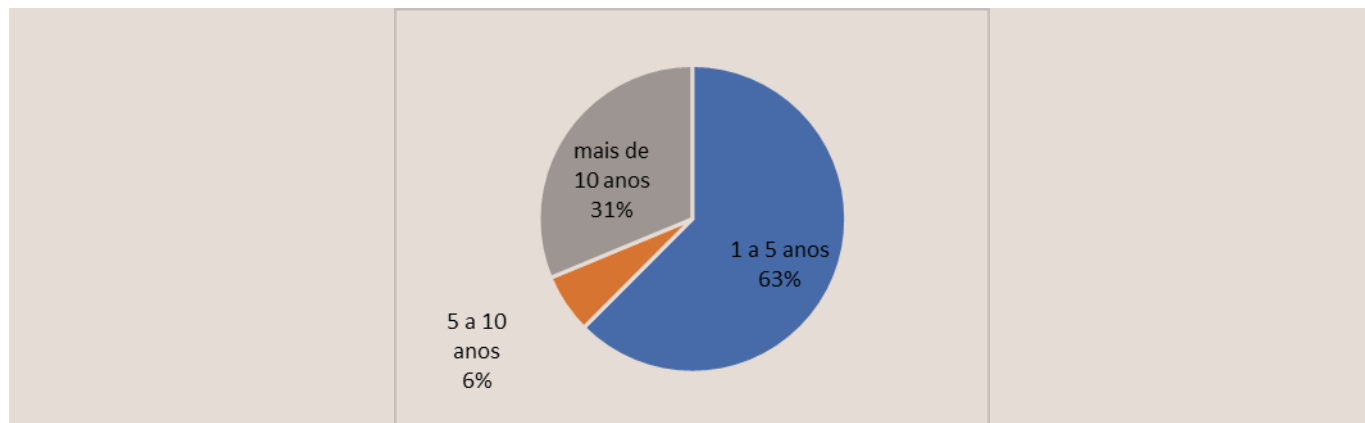


Gráfico 2 – Tempo em Funcionamento

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

No quesito número de funcionários, as empresas participantes da pesquisa possuem, majoritariamente, até cinco funcionários (83%), o que também está em conformidade com o porte das mesmas.

4.2 Conhecimento Contábil nas Micro e Pequenas Empresas

Nesta seção serão analisadas as informações contábeis que os gestores utilizam no processo de administração dos negócios e qual a sua relevância.

Os dados evidenciam que 44% dos respondentes afirmam receber informações de escritório de contabilidade e as demais (56%) produzem internamente. Percebe-se assim, que grande parte dos negócios não são orientados por profissionais contábeis habilitados, sendo esse um dos fatores que acarretam no insucesso do empreendimento. Um dos fatores explicativos para esse fato, seria o custo elevado, já que MPE's possuem uma baixa lucratividade. A investigação Miranda et al (2008) identificou que 70% dos gestores por eles pesquisados, se disseram dispostos a pagar mais pelos serviços contábeis caso esses se apresentassem mais úteis. Percebe-se, então, que há uma tendência de valorização dos serviços e informações contábeis por parte dos donos dos negócios, cabendo aos profissionais investirem mais nesse quesito.

Tabela 1: Informação contábil útil

	Frequência absoluta	Percentual
Fiscal	6	33%
Trabalhista	0	0%
Gerencial	11	61%
Nenhuma	1	6%
Total	18	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Quando questionados quanto à informação contábil é mais útil para a gestão do negócio, 61% dos respondentes afirmaram ser as de cunho gerencial, conforme sumarizado na tabela 1. Nota-se que grande parte dos gestores reconhecem a utilidade da Contabilidade, para além do cumprimento das obrigações fiscais, não significa, no entanto, que essas sejam as mais utilizadas. Ribeiro, freire e Barella (2013) identificaram que 84% dos gestores de um município do Mato Grosso usam a contabilidade para cumprimento das exigências do fisco, evidenciando uma lacuna entre a percepção da importância da contabilidade para fins gerenciais e sua real aplicação.

Tabela 2: Base para tomada de decisão sobre lucratividade

	Frequência absoluta	Percentual
Intuição	3	17%
Experiência	5	28%
Relatórios Financeiros e contábeis	9	50%
Auxílio profissional	1	6%
Total	18	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A tabela 2 resume as respostas dadas ao questionamento de como são tomadas as decisões sobre lucratividade. Metade dos respondentes afirmaram utilizar relatórios financeiros e contábeis, o que em consonância com os achados de Anjos et al (2012) que revelaram que 54% dos empresários consultam contadores para auxiliar na tomada de decisões gerenciais. Por outro lado, os resultados encontrados por Moreira et al (2013) revelaram que a maioria dos gestores baseiam suas decisões em suas próprias experiências. A maioria dos gestores atribuiu como fonte de sucesso do empreendimento a experiências anteriores, conforme mostra a tabela 3.

Tabela 3: Fonte de progresso do negócio

	Frequência absoluta	Percentual
Experiências anteriores	8	44%
Tino empresarial	4	22%
Estudos	4	22%
Outros	2	11%
Total	18	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Sendo assim, pode-se inferir que a maior parte dos gestores já geriu outros negócios antes do atual e que esses vieram a quebrar. 22% dos gestores afirmaram que o sucesso da sua empresa está vinculado ao seu “tino empresarial”, ou seja, em sua capacidade nata de gestão. Nesse contexto, a maioria dos respondentes acreditam que seu o potencial individual é que faz a empresa prosperar, deixando em segundo plano os aspectos técnicos. A tabela 4 reúne as respostas sobre a base de informação usada para definição do preço de venda dos produtos e serviços comercializados pelas empresas.

Tabela 4: Base definição PV

	Frequência absoluta	Percentual
Preço de compra	4	22%
Compra + despesas	6	33%
Preço da concorrência	6	33%
Custo + lucratividade desejada	2	11%
Total	18	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

O mesmo percentual (33%) foi encontrado para duas das opções, preço da concorrência e compra mais despesas. Dentre as opções oferecidas, a mais adequada para a determinação do preço de vendas é a custo mais lucratividade desejada, por ser mais completa. Apenas 11% dos gestores indicaram o uso dessa metodologia de cálculo, indicando um baixo conhecimento sobre o tema, predominando o senso comum. Essa prática põe em risco a continuidade dos negócios, pois o preço de venda dos produtos e serviços é a peça fundamental para o faturamento e, conseqüentemente, lucratividade dos negócios.

A seguir, serão analisados os quesitos que buscaram identificar os conhecimentos dos gestores a respeito das informações contábeis e sua utilização na gestão empresarial. Foram feitas nove afirmativas, onde o respondente assinalou uma alternativa na escala entre 1 e 5, onde 1 equivale a discordo totalmente e 5 a concordo totalmente.

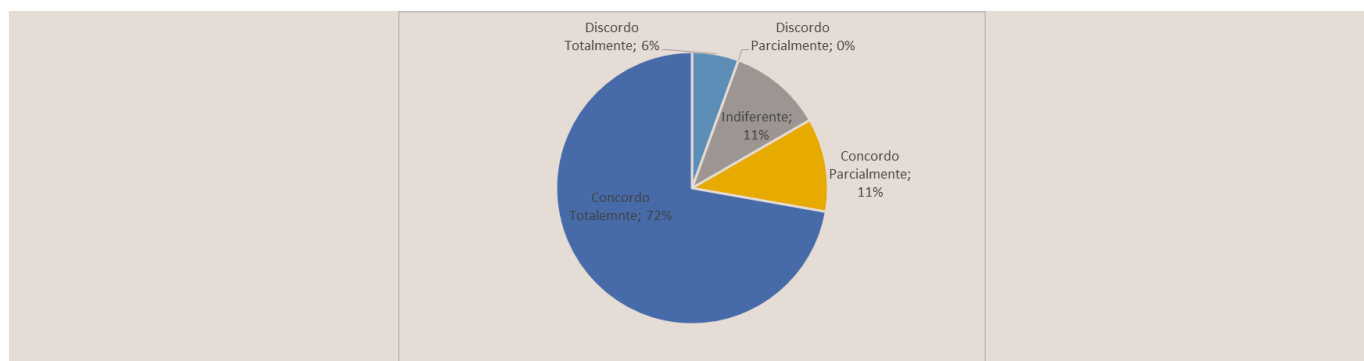


Gráfico 3: O relatório de contas a receber demonstra os valores que a empresa tem a receber.
Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A primeira afirmação foi se o relatório de contas a receber demonstra os valores que a empresa tem a receber de seus clientes. 6% dos respondentes discordaram totalmente, 11% foram indiferentes, 11% concordaram parcialmente e 72% concordaram totalmente.

Quanto à afirmação de que o relatório de contas a pagar demonstra as obrigações que a empresa possui com terceiros, o resultado foi que 6% dos respondentes discordaram parcialmente, 11% consideraram indiferentes e 84% concordaram parcialmente ou totalmente que o relatório de contas a pagar demonstra obrigações da empresa com terceiros.

O resultado dessas duas primeiras afirmações se assemelha ao estudo de Oliveira (2016), onde também houve uma tendência significativa dos respondentes em concordar com os itens.

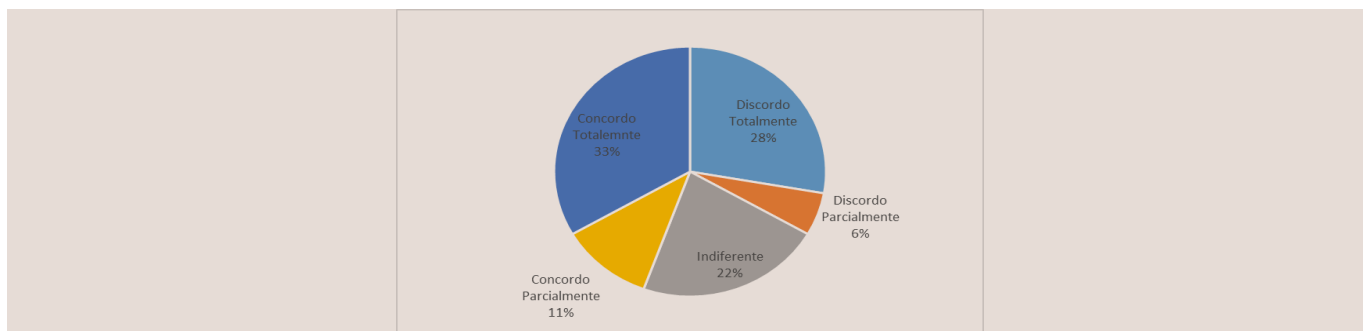


Gráfico 4: A empresa elabora o orçamento anualmente

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

O gráfico 4 mostra o resultado sobre a elaboração do orçamento anualmente pela empresa. 28% dos respondentes discordaram totalmente, 6% discordaram parcialmente, 22% se declaram indiferentes, apenas 11 % concordam parcialmente e 33% concordam totalmente com a afirmação.

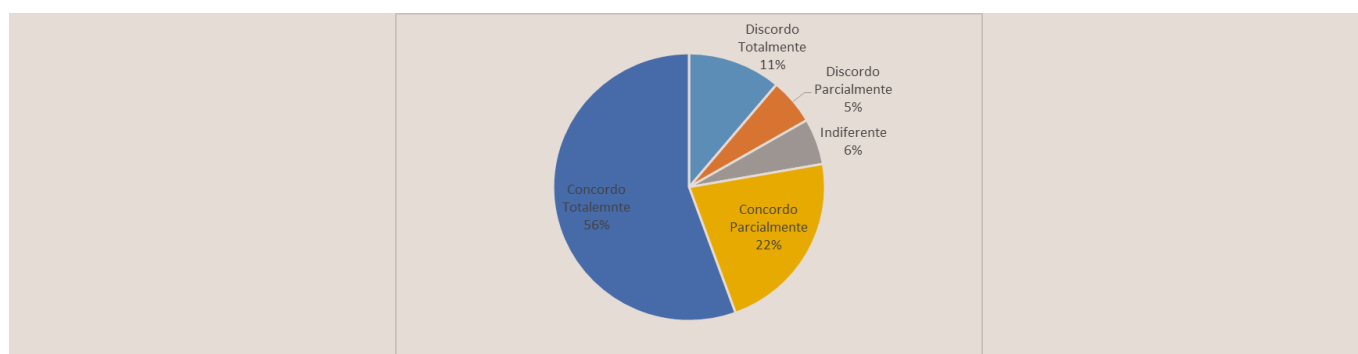


Gráfico 5: A empresa faz uso do controle de custos e despesas.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

O gráfico 5 apresenta o resultado sobre o uso do controle de custos e despesas pela empresa. Pode-se verificar que 16% discordaram parcialmente ou totalmente, 22% concordaram parcialmente, 56% concordaram totalmente e apenas 6% foram indiferentes a afirmação.

Quando questionado se a empresa elabora o fluxo de caixa para analisar sua posição financeira e obrigações correntes, verificou-se que 22% discordam parcialmente ou totalmente, 22% indiferentes, 11% concordam parcialmente e 44% dos respondentes concordam totalmente que elaboram fluxo de caixa.

Sobre a Contabilidade ser utilizada pela empresa como instrumento de apoio à gestão, obteve-se o seguinte resultado: 22% discordaram totalmente, 11% discordaram parcialmente, 11% consideraram-se indiferentes, 28% concordam parcialmente e outros 28% concordam totalmente. Esse item se difere do resultado da pesquisa de Oliveira, Azevedo e Faria (2016), onde demonstra que pouco se utiliza das informações contábeis para a tomada de decisão.

Da mesma forma, o estudo de Moreira et al (2013) demonstra que as micro e pequenas empresas pouco se utilizam das informações contábeis no processo decisório, utilizando-se mais da própria experiência, pesquisa de mercado e do profissional de administração, do que relatórios contábeis.

O estudo de Oliveira (2016) traz o mesmo resultado, quando o autor menciona que “com base

nisso, pode-se entender que os gestores das empresas não conhecem a utilidade da contabilidade como suporte para a gestão. ”

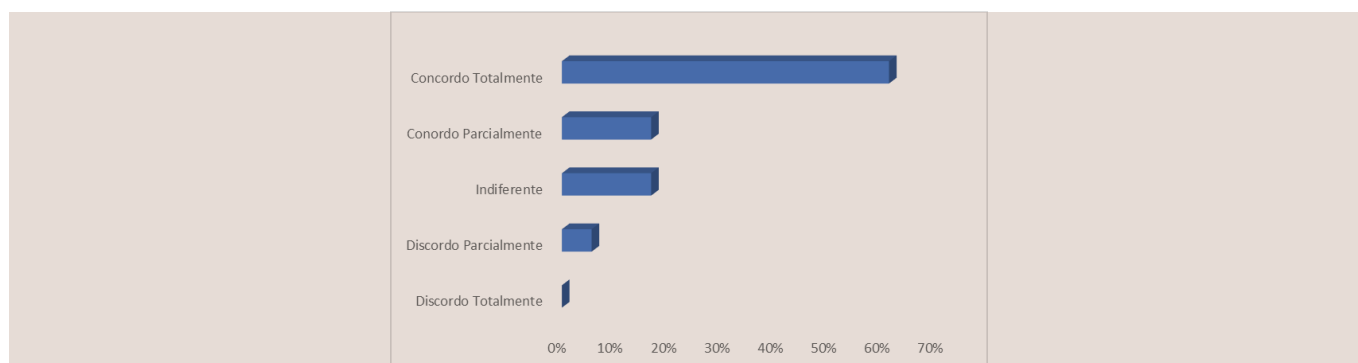


Gráfico 6: O controle de contas a pagar e receber permite maior controle dos recebíveis.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Em relação ao conhecimento do controle de contas a pagar e receber permite maior controle dos recebíveis e compromissos a serem quitados, conforme o gráfico 6, a posição dos respondentes foram: 6% discordam totalmente, 17% indiferentes, 17% concordam parcialmente e 61% concordam totalmente.

Quando questionado se o orçamento permitiu traçar metas e tecer estratégias para o alcance dos objetivos, de modo a otimizar o desempenho da empresa, 6% discordaram totalmente, 22% foram indiferentes, 17% concordaram parcialmente e 56% concordaram totalmente, mesmo que somente 44% concordaram quando foi questionado sobre a elaboração de orçamento anual pela empresa, conforme o gráfico 4.

Por fim, foi questionado se na opinião do empresário a Contabilidade dá todo o suporte necessário para o desenvolvimento, apenas 11% discordou totalmente e 89% concordaram parcialmente ou totalmente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo identificar quais ferramentas propostas pelo conhecimento contábil são utilizadas pelas micro e pequenas empresas do município de Cachoeira-BA. Para isso, questionários foram aplicados para gestores e/ou donos dos empreendimentos com o propósito de traçar o perfil das empresas e coletar as informações sobre o conteúdo específico. Foram obtidos 18 questionários válidos, a amostra foi selecionada por oportunidade e acessibilidade.

Os resultados evidenciaram que, entre as empresas pesquisadas, a maioria é do comércio, com até cinco anos de operação e com até cinco funcionários. Mais de 50% das empresas elaboram sua contabilidade internamente e os respondentes apontaram as informações da Contabilidade

Gerencial como as mais úteis. 44% dos respondentes afirmaram realizar orçamento anual, esse percentual pula para 78% sobre a aplicação de controle de custos e despesas e volta a cair quando questionados sobre o uso da Contabilidade como suporte à gestão.

Os achados aqui encontrados estão alinhados com os de Azevedo e Faria (2016) e Moreira et al (2013) onde o conhecimento contábil ainda é pouco utilizado pelas MPE's para a tomada de decisão, sendo priorizado o conhecimento e experiências pessoais do gestor. Contudo, 89% dos gestores concordaram com a afirmativa de que a Contabilidade dá todo o suporte necessário para o desenvolvimento da empresa. Pode-se concluir que apesar do reconhecimento da importância do conhecimento contábil para o êxito das organizações, ela ainda é negligenciada no dia-a-dia pelos gestores. Sendo assim, cabe aos contadores agirem mais ativamente para que os artefatos contábeis sejam utilizados de forma mais ativa.

Este estudo contribui para os estudos sobre as micro e pequenas empresas, principalmente no tocante ao seu tempo de vida. Constatou-se que as empresas de Cachoeira-BA, um importante município do recôncavo da Bahia, enfrentam as mesmas dificuldades de gestão que demais municípios, sejam grandes ou pequenos. Sendo assim, sugere-se que se investigue em futuras pesquisas, quais as dificuldades enfrentadas pelos gestores em utilizar as ferramentas da contabilidade para gerir seus negócios, uma vez que eles já reconhecem a capacidade de tais ferramentas.

Essa pesquisa se limita ao período e amostra investigados, o que possibilita comparações com outros contextos, mas não generalizações. Deste modo, sugere-se também, que se amplie o campo investigado para outras cidades da região do recôncavo.

REFERÊNCIAS

ANJOS, L.C.M. et al. Uso da contabilidade para obtenção de financiamento pelas micro e pequenas empresas: um estudo a partir da percepção dos gestores. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n. 1, p. 86 -104, 2012.

BOHN, A.C. et al. Fatores que impactam no encerramento prematuro de empresas de pequeno porte: estudo no litoral de Santa Catarina. **Revista Navus**, v. 8, n.2 p. 43-56, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa**. São Paulo: Atlas S.A, 2010.

LAMBIASE, E.; OYADOMARI, J.C.T.; ALVES, A. B. Implantação de técnicas de gestão financeira em pequena empresa: uma abordagem intervencionista. **Revista Práticas em Contabilidade e Gestão**, v. 5, n. 2, p. 128-148, 2017.

MARTINS, G. A. CARDOSO ; MELO, K. B. A percepção das práticas contábeis para gestores de micro empresas e empresas de pequeno porte da área de transporte. In: CONGRESSO DE CONTABILIDADE, 2015. **Anais...**Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina.

MIRANDA, L.C. et al. Demanda por Serviços Contábeis pelos Mercadinhos: são os Contadores Necessários? **Contabilidade Vista e Revista**, v. 19, n.1, p.131- 151, 2008.

MOREIRA, R.L. et al. A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v.10, n.19, p.119-140, 2013.

OLIVEIRA, M. S. ; AZEVEDO, T. C. ; FARIA, J. A. A utilização da contabilidade como ferramenta de apoio á gestão nas micro e pequenas empresas do ramo de comércio de material de construção de Feira de Santana – BA. **Revista de Administração e Contabilidade**, v. 8, n. 1, p. 40- 56, 2016.

OLIVEIRA, M. M. **Instrumentos da Contabilidade Gerencial e Sua Contribuição Para o Desempenho em Micro e Pequenas Empresas**: Um Estudo Com Gestores da Região Metropolitana de Belo Horizonte. (Mestrado em Administração) – Faculdade de Ciências Empresariais, Universidade FUMEC. Belo Horizonte, p. .2016

RIBEIRO, A; FREIRE, E. J. e BARELLA, L. A. A Informação Contábil Como Instrumento de Apoio às Micro e Pequenas Empresas: Percepção Dos Gestores de Micro e Pequenas Empresas de Paranaíta–Mt, Quanto à Utilização de Informações da Contabilidade no Processo de Tomada de Decisão, no Ano de 2012. **Revista Eletrônica da Faculdade de Alta Floresta**, vol. 2, n. 1, p. 32-61, 2013.

RIVA, E.D; SALOTTI, B.M . Adoção do Padrão Contábil Internacional nas Pequenas e Médias Empresas e seus Efeitos na Concessão de Créditos. **Revista Contabilidade e Finanças**, v.26, n. 69, p. 304-316, 2015.

SEBRAE. **Sobrevivência das empresas no Brasil**: 2016. Brasília: SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas, 2016.

SEBRAE. **Anuário do Trabalho nos Negócios 2015**. São Paulo: SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas, 2017

SILVA, D.J.C. et al. Para que Serve a Informação Contábil nas Micro e Pequenas Empresas?. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, vol. 7, n. 13, p. 89-106, 2010.

INTERVENÇÃO EMBASADA NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL I: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

RESUMO

O presente projeto de intervenção foi baseado nas relações interpessoais, envolvendo a questão social. Objetivou interferir na dinâmica das relações interpessoais de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental I em uma Escola Pública em uma cidade do Recôncavo baiano, visando proporcionar reflexões e vivências sobre comportamentos socialmente habilidosos e sensibilizar os alunos para a valorização e respeito para com o outro e para consigo mesmo. Participaram 14 crianças que estudavam na série, sendo realizada a pesquisa-ação através do método qualitativo de relato de experiência, onde foram feitas, com as mesmas, observações, entrevistas e vivências relacionadas aos objetivos a serem alcançados.

PALAVRAS-CHAVE:

Intervenção; Relações interpessoais; Aprendizagem.

1. INTRODUÇÃO

Somos a partir do outro. Essa premissa trabalha com a perspectiva de que todo e qualquer desenvolvimento é mediado pelo outro e sem este o processo evolutivo da humanidade estaria seriamente comprometido. Vários autores trabalham com esta perspectiva. Cabe destacar entre eles, Vygotsky. Este tinha como pressuposto básico de sua teoria que o ser humano se constrói como tal numa relação, circunscrito num contexto puramente social, em que a linguagem é o meio de representação simbólica da realidade (CASTORINA et al., 2006).

Assim, entendemos que o Desenvolvimento Humano acontece diante das relações interpessoais, pautadas por trocas recíprocas durante toda a vida do indivíduo, através do contato entre este e o meio – um exercendo influência sobre o outro. Para Vygotsky, somos primeiro sociais, depois nos individualizamos. Ou seja, o indivíduo se forma não somente através de suas potencialidades, mas a partir da socialização. O campo da psicologia social define muito bem o que vem a ser este processo, onde a escola é apontada como um lugar onde o sujeito está em constante interação e avaliação (MICHENER et al., 2005).

Perante esta questão, podemos citar a visão de educação posta por Paulo Freire (1997, p. 68 apud SOUZA, 2013) onde coloca que *“ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”*. Levando em consideração estas visões de educação, segundo estes autores, que levam em consideração pontos em comum, temos a escola posta como espaço que mediatiza o nosso desenvolvimento, colocando-se em muitas ocasiões numa posição meio contrária em direção a este progresso.

A família é sem dúvidas, durante algum tempo, o principal agente de socialização da criança, e as interações do infante são restritamente mediadas pelos pais e parentes mais chegados. Quando a criança chega ao ambiente escolar ela traz consigo elementos construídos durante este período de interação predominantemente familiar (BORSA, 2007).

Para Palácios (1995 apud BORSA, 2007) a escola juntamente com a família, é a instituição que mais pesadamente repercute na vida das crianças. Esta não somente repassa a cultura historicamente acumulada, mas influencia nos processos de individuação, como também no desenvolvimento afetivo, de habilidades sociais, de identidade sexual, da própria identidade pessoal, entre outros aspectos.

Estas habilidades envolvem saber expressar sentimentos positivos ou negativos de forma adequada, expressar opiniões, desejos, recusar ou fazer pedidos, cooperar e, sobretudo, lidar com questões frequentes no dia-a-dia escolar que são os conflitos. No entanto, muitas vezes, os pais não têm instrumentos para trabalhar com seus filhos de forma que estes aprendam a lidar com os colegas e professores em sala de aula o que leva a queixas cada vez mais frequentes de mau comportamento.

Não se pretende colocar em cheque a importância da família, entretanto nem sempre essa influência é positiva e satisfatória, como as habilidades são aprendidas em casa e depois expandidas no ambiente escolar, não as possuir pode ser de grande prejuízo para os aprendizes, já que a interação ficará seriamente comprometida.

Partindo deste pressuposto se faz necessário que os professores saibam trabalhar dentro da sala de aula, a fim de que o ambiente escolar seja um lugar que possa propiciar ao aluno possibilidades de uma interação de qualidade, sendo um mediador de conflitos, além de ter ferramentas para lidar com alunos advindos de ambientes familiares disfuncionais, promovendo processos interventivos na escola com os alunos incluindo essencialmente a família (DESSEM; POLÔNIA, 2007).

A escola é onde maioria das crianças passa boa parte do dia. Um lugar em que ela aprende,

convive, comunica-se, dá e recebe *feedbacks*, socializa-se (interage), brinca, etc. Um lugar onde ela precisa aprender não apenas o conteúdo acadêmico, mas coisas para a vida como um todo. Daí a importância de realizarmos esse projeto de pesquisa-ação nessa perspectiva, nesse ambiente, trazendo apontamentos de autores e teóricos como Vygotsky, Rodrigues, Martins, Castorina, Del Prette, entre outros, a fim de contribuir para melhor compreendermos esse processo através de uma intervenção no ambiente natural, com alunos do 3º ano do Ensino Fundamental I em uma Escola pública Municipal do Recôncavo baiano que traremos no decorrer deste.

O presente trabalho teve como objetivo geral: Intervir na dinâmica das relações interpessoais de alunos do Ensino Fundamental I em uma Escola Pública em uma cidade do Recôncavo baiano; e objetivos específicos: (1) Proporcionar reflexões e vivências sobre comportamentos socialmente habilidosos; (2) Sensibilizar para a valorização e respeito para com o outro e para consigo mesmo.

2. AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS EM RELAÇÃO AO CONTEXTO ESCOLAR

De acordo com Müller (2008) é importante levar em conta o ponto de vista das crianças em relação aos diferentes processos de sua vida, dentre os quais se destaca a socialização na escola, “excluindo” o ponto de vista do adulto.

Sabendo que a escola é um ambiente social no qual vários sujeitos estão em constante relacionamento de diversas formas e intensidades, é necessário fazer-se uma análise de como acontecem essas interações, a posição dos colaboradores da escola como um todo em relação ao trabalho desempenhado, além da importância de se verificar o processo relacional entre a questão família e a escola e como isso pode contribuir para a promoção da melhora do ensino/aprendizagem (FRESCHI; FRESCHI, 2013).

É importante considerar que o estudo das relações interpessoais e intrapessoais é muito emaranhado, devido ao fato de ocorrer de formas diferentes e essas são essenciais para a construção de cidadãos felizes e com capacidade de viver em sociedade com aptidão para comunicar-se, socializar-se e interagir, considerando que durante todo o período escolar as inteligências emocionais precisam ser exploradas ao máximo para que haja a promoção da educação e preparo do indivíduo para a vida e para o mundo circundante de forma a expor suas opiniões, seus pontos de vista de forma aberta e saiba agir em prol de resolver os seus possíveis problemas (FRESCHI; FRESCHI, 2013).

Conforme Parsons (1964 apud MÜLLER, 2008), ao nascer à criança passa pela conformidade das instituições sócias, tais como: família, comunidade e escola. A partir dessa relação à mesma passa assimilar a moral e os hábitos que a conduzirão ao convívio em sociedade incorporando pouco a pouco as regras impostas bem como os valores, a fim de se inserirem ao contexto social, como fazendo parte do grupo.

De acordo com Durkheim (1974 apud MÜLLER, 2008), o processo de socialização associa-

se à educação, pelo fato de a mesma ter o papel de promover as habilidades físicas, morais e intelectuais, que cotidianamente são exigidas pela sociedade, sendo especificamente estabelecidas dentro dos contextos específicos nos quais a criança é pertencente. Outra comparação também importante segundo o autor é que se entende que a educação não é apenas uma ação repetida e sucessiva passadas por gerações, mas também uma busca contínua em impor nas crianças a forma de ver, de agir, de sentir, nas quais as mesmas não conseguiriam enxergar espontaneamente. Este processo da socialização corroborou para a estratégia de treinamento assegurando que a criança internalizasse as normas e regras para se integrar dentro da sociedade, universalizando a infância, distanciando-se daquele modelo onde as mesmas eram consideradas seres passivas e a infância sem muito valor.

De acordo com o casal Del Prette (2011), referindo-se à psicologia das relações interpessoais no que se refere ao contexto escolar, a educação é uma questão distintamente social que acrescenta a inserção do sujeito no mundo, no que se refere, inclusive, à cultura e civilização, sendo a escola um ambiente elevado de interações sociais e práticas educativas. De acordo com eles, é a qualidade das interações sociais que ocorrem na escola que irá construir uma educação aperfeiçoada, sendo necessário, no entanto, o uso de algumas habilidades sociais que devem ser devidamente compreendidas para essa preparação do aluno para a vida.

Ainda segundo os autores, é necessário ter habilidades que propiciem a mudança necessária de um comportamento através da expressão de sentimentos negativos de forma assertiva, aprendendo a lidar com as críticas, com as diferenças, resolução de problemas, solicitar mudança de comportamento, etc., contribuindo para que o aluno, no caso, tenha “bons modos”, sabendo a forma correta de se comunicar e interagir com o grupo de forma a facilitar sua convivência bem como o aprendizado, pois de acordo com ele, essas dificuldades de relacionamento podem ser transformadas em problemas no desenvolvimento socioemocional, como baixa autoestima, sem contar que essa deficiência nas habilidades de relações interpessoais pode trazer prejuízos no rendimento escolar (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2011).

2.1 A PSICOLOGIA SOCIAL A SOCIALIZAÇÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL

A Psicologia Social é “o estudo sistemático da natureza e das causas do comportamento social humano” (MICHENER et al., 2005, p. 3), preocupando-se em descobrir a origem de vários comportamentos sociais tendo em vista quatro preocupações principais, que são: o impacto que o sujeito exerce em seus integrantes; o impacto que os integrantes exercem no grupo a que pertencem e o impacto que um grupo exerce sobre o outro, respectivamente, incluindo fatores de socialização que contribui em diversas questões relacionadas ao modo de relacionar-se do sujeito, ajudando-nos a compreender questões também relacionadas ao contexto educacional escolar.

De acordo com Michener et al. (2005), é por meio da socialização que aprendemos e recriamos habilidades, valores e conhecimentos para agirmos em sociedade. De acordo com eles, a socialização da criança é composta por quatro fatores, a saber: um agente (alguém que servirá de apoio para o que se objetiva ser aprendido); um processo (se refere ao aprendizado); um alvo

(a pessoa a ser socializada) e um resultado (o que está sendo aprendido). Afirmam ainda que existem, nesse processo, três agentes de socialização, que são: a família, os pares e a escola.

Conforme Dezin (1977 apud MICHENER et al., 2005), a escola diferentemente da família e dos pares, é concebida de forma intencional para a socialização da criança. Nela haverá um grupo de crianças na mesma faixa etária de idade, com uma intensa diferenciação de *status* entre as mesmas e os seus professores. No ambiente escolar, as crianças aprendem, inclusive, o que é desejável ou não no seu modo de agir, aprendendo, assim, a linguagem que espera-se que utilizem para avaliação própria e das demais (MICHENER et al., 2005).

A escola é um lugar de complexa interação entre discentes e docentes, coordenadores e de interação entre orientadores e psicólogos. Temos uma percepção das pessoas que é avaliada pelos nossos interesses, visão que temos do outro, preconceitos, atitudes, esquemas sociais e os professores precisam ter essa noção ao lidarem com os alunos (RODRIGUES et al., 2008).

Naturalmente, muitos professores no decorrer do percurso educacional acabam por rotular o aluno, ao classificá-los como sendo bons ou maus, situações que podem surgir por meio de preconceitos por parte desses docentes, o que pode levar aos alunos a *profecias auto realizadoras*, onde os mesmos deixarão de acreditar em suas potencialidades, passando a ficar estagnados, respondendo, assim, de forma coerente às expectativas do educador que desacredita destes (RODRIGUES et al., 2008).

Por ser um ambiente onde os alunos estão sendo constantemente avaliados em todos os âmbitos, torna-se necessário dar-se uma importância à visão atribuída pelo aluno em relação às causas de seu resultado no mesmo quer sejam desejados ou indesejados (RODRIGUES et al., 2008).

Como consequência dessas atribuições pessimistas em relação aos alunos, podem surgir vários problemas como depressão, baixa autoestima, desinteresse do aluno pelas atividades relacionadas ao contexto acadêmico, podendo resultar, inclusive, no abandono à escola. Há, portanto, a necessidade de o educador ajudar os alunos a vencer as ameaças à sua autoestima e não o contrário. Assim, deve procurar aumentar a motivação ao bom desempenho dos mesmos de forma a agregar pensamentos positivos destes para com os seus superiores e para consigo mesmos, consequentemente contribuindo para que estes alcancem o êxito (RODRIGUES et al., 2008).

Para que realmente ocorra a socialização com tudo que a caracteriza, é fundamental que os pais (primeiros agentes de socialização da criança) lhe tenham oferecido um ambiente produtivo, que lhe propiciasse o desenvolvimento de habilidades sociais que são de fundamental importância para aprender a conviver socialmente de forma significativa e produtiva. Essas habilidades são “um conjunto de capacidades comportamentais aprendidas que envolvem interações sociais” (CABALLO, 1995, p. 228; DEL PRETTE; DEL PRETTE, 1999 apud BOLSONI-SILVA; MARTURANO, 2002).

2.2 EDUCAÇÃO SEGUNDO VYGOTSKY

Para Vygotsky (1984 apud CASTORINA et al., 2006) a relação entre os processos de desenvolvimento e aprendizagem é fundamental. Ele busca a compreensão da origem e desenvolvimento dos processos psicológicos, levando em consideração aspectos relacionados ao desenvolvimento da espécie humana (filogenéticos), questões relacionadas à história dos grupos sociais (sociogenético), questões relacionadas ao desenvolvimento do indivíduo (ontogenético) e relacionados ao desenvolvimento de aspectos específicos do repertório psicológico de dos sujeitos (micro genético), que irão interatuar para construir os processos psicológicos do sujeito.

Ele atribuiu uma grande importância no que se refere ao contexto sociohistórico dos sujeitos, quanto as suas funções psicológicas e sua interação social, trazendo como ponto relevante a questão da aprendizagem para a compreensão do ser humano (VYGOTSKY, 1984 apud CASTORINA et al., 2006).

De acordo com Vygotsky (apud CASTORINA et al., 2006), a aprendizagem relaciona-se ao desenvolvimento desde o nascimento do ser humano, como “um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas” (VYGOTSKY, 1984, p.101 apud CASTORINA et al., 2006, p.55).

O desenvolvimento humano define-se pelos processos de maturação orgânica que ocorre de forma diferente para cada ser humano, sendo, no entanto, a aprendizagem que possibilitará que os processos internos sejam desenvolvidos, o que só é possível a partir da interação organismo/ambiente. Ou seja, apesar do ser humano já nascer com características próprias, a aprendizagem é de fundamental importância para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, que lhes possibilitará a consciência, planejamento, etc. (CASTORINA et al., 2006).

Para Vygotsky, a aprendizagem está inserida num contexto que sempre inclui a interação entre os indivíduos. As relações interpessoais são, portanto, fundamentais para a construção dos processos psicológicos típicos do ser humano, sendo necessário, portanto, que haja interação sujeito/mundo por intermédio de outros sujeitos. A aprendizagem “nunca ocorre em um indivíduo isolado” (VYGOTSKY, 1984 apud CASTORINA et al., 2006, p.56).

O conceito de aprendizagem defendido por Vygotsky não se limita apenas à questão da aprendizagem ou ao ensino somente, mas a um aspecto global de relações interpessoais envolvendo o aluno, o professor e a relação estabelecida no que se refere ao ensino-aprendizagem. Para ele, essa concepção (ensino-aprendizagem) aponta importantes aspectos. A questão de que a relação aprendiz/educador não se dá apenas pela presença física do outro, mas pode mostrar-se através de objetos, da forma como o ambiente está organizado, dos significados que contém elementos do contexto que trará para o sujeito através do ambiente, objetos, significados, etc. essa concepção. Existem coisas que a criança sabe o que é pelo simples fato de já ter internalizado seu significado como tal (através do seu contato com o mesmo, por exemplo), sem para tanto, necessitar todo um processo de instrução (CASTORINA et al., 2006).

Quando, por outro lado é desejada a aprendizagem como resultado decidido, claro e exposto, é

muito importante que haja a intervenção. Sendo a escola um lugar intencional para o processo de ensino-aprendizagem para a construção de certos conhecimentos, tem como função também agregar conhecimentos para além dos informais que a criança adquirirá com sua relação com o ambiente, tendo agora o professor como um elemento não “figurativo”, mas presente para contribuir para a realização desse fim, desempenhando seu papel (VYGOTSKY, 1984 apud CASTORINA et al., 2006).

Sendo assim, para o desenvolvimento do indivíduo é essencial o desenvolvimento e aprendizagem que andam de “mãos dadas”. No entanto, ainda que haja uma relação dos processos de aprendizagem com o meio no qual o indivíduo está inserido, quando um outro social intervém, esse ensino-aprendizagem se aglomeram, havendo uma indissociação entre aluno, professor e os demais indivíduos do contexto (CASTORINA et al., 2006)

Vygotsky traz três concepções básicas importantes para a questão do ensino na escola: (1) que *o desenvolvimento psicológico deve ser usado de maneira prospectiva*, ou seja, não deve limitar-se apenas ao que ocorre no presente do sujeito, mas para além; (2) que *os processos de aprendizado movimentam os processos de desenvolvimento*, segundo a qual o processo de desenvolvimento ocorre “de fora para dentro”, pela internalização dos processos psicológicos. Suas metas são construídas conforme seu contexto cultural. Uma vez que o aprendizado contribui para que o sujeito venha a desenvolver-se, a escola exerce um papel fundamental para promover o desenvolvimento psicológico e (3) *a importância da atuação dos outros membros do grupo social na mediação entre a cultura e o indivíduo na promoção dos processos Inter psicológicos que serão posteriormente internalizados*, onde, segundo Oliveira, 1993 (apud CASTORINA et al., 2006) as ações primariamente praticadas pelo indivíduo serão interpretadas pelos outros que o circundam de acordo com os padrões culturais e a partir daí, o indivíduo poderá atribuir significados às ações do mesmo desenvolvendo processos psicológicos internos que ele mesmo poderá interpretar por meios das informações transmitidas pelos membros de tal grupo (CASTORINA et al., 2006).

3. METODOLOGIA

O método utilizado nesse trabalho foi o método qualitativo que, de acordo com Minayo (2001 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009), trabalha com uma infinidade de significados das pessoas, considerando suas crenças, motivos, valores e suas atitudes, correspondendo a um espaço mais amplo através da exposição dos pontos de vista dos participantes, com grandes contribuições nas áreas de Psicologia e Educação, visando a descrição, compreensão, bem como a precisão de um acontecimento, possibilitando a produção de novos conhecimentos ao possibilitar ao sujeito a exposição de suas ideias acerca de determinadas questões. Utilizou-se, dentro desse método, do relato de experiência fazendo-se uso do método de pesquisa-ação.

O objetivo geral desse projeto foi intervir na dinâmica das relações interpessoais de alunos do Ensino Fundamental I em uma Escola Pública em uma cidade do Recôncavo baiano, com 14

alunos do 3º ano do Ensino Fundamental I (2ª série), com idades entre 9 a 12 anos. A partir desse objetivo, realizou-se a intervenção com esses alunos, a fim de proporcionar reflexões e vivências sobre comportamentos socialmente habilidosos e sensibilizá-los para a valorização e respeito para com o outro e para consigo próprios.

A demanda apresentada pela escola foi a questão da dificuldade de aprendizado e mal comportamento por parte dos alunos. As vivências foram realizadas com os 14 alunos, que estudavam nessa turma, sendo três do sexo masculino e onze do sexo feminino e foi realizada em seu ambiente natural (no espaço físico da própria escola). Foram realizados dez encontros, sendo dois correspondentes a observações em sala de aula e oito a vivências realizadas com os alunos, cuja duração variou de 45min a 2:00h.

Os temas dos encontros foram escolhidos com base na demanda trazida pela escola e conforme observações feitas a cada encontro. As vivências trabalhadas foram: *“Aceitação das diferenças”*; *“A dança da cadeira cooperativa”*; *“Caixa de correio”*; *“Paz em nossas mãos”*; *“Tecer a vida coletivamente”* e *“Nem passivo nem agressivo, assertivo”*.

No primeiro encontro para intervenção os instrumentos utilizados foram: revistas, cartolinas, cola e tesouras; no segundo: cadeiras (em quantidade menor que o número de participantes) e caixa de som; no terceiro: uma caixa de sapatos, folhas de papel ofício e lápis (um para cada participante); no quarto: um chapéu e um espelho pequeno; no quinto: 2 cartolinas e 2 pincéis; no sexto: faixas de tecido (suficientes para vendar os olhos da metade dos participantes); no sétimo: folhas de papel ofício e lápis em cores diferentes para cada participante; no oitavo: bexigas, *notebook* (para projeção de vídeos educativos), caixa de som, marca páginas com palavras referentes aos assuntos abordados na intervenção (respeito, aceitação, união, etc.).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O primeiro encontro teve como tema *aceitação das diferenças*, tendo como objetivo levar os alunos a refletir sobre o fato de que vivemos em meio à diversidade, de cores, tamanhos, idades, religiões e etc., não carregando isto uma conotação negativa, pelo contrário isto faz o mundo e a sala de aula, ambientes interessantes, por isso todos devem ser respeitados na sua diferença, não diminuído, agredido ou excluído. A vivência consistia em depois de todos sentarem em círculo no chão, e serem distribuídas caneta, cola e revistas para cada um, eles deveriam identificar, recortar e colar imagens de pessoas cujas quais os mesmos achavam que eram diferentes deles, em cor, idade, sexo, peso, etc. Após o término da vivência, houve uma reflexão a respeito da diversidade e a conduta que todos devem ter frente a isso.

No segundo encontro, o tema escolhido foi *a dança da cadeira cooperativa*. Essa dinâmica teve como objetivo promover reflexão sobre a importância da cooperação entre os integrantes do grupo. Nesta atividade as cadeiras da sala foram distribuídas em círculos no total de 8, número

inferior à quantidade de alunos, explicando que a brincadeira funcionaria da seguinte forma: iríamos tocar uma música, quando a mesma fosse interrompida todos deveriam procurar uma cadeira. Essa brincadeira é um pouco diferente do estilo tradicional da dança da cadeira já que, ao ser pausada a música, todos deveriam sentar, nenhum poderia ficar em pé, ou seja, o grupo só vence quando, a exceção de nenhum, todos estivessem acomodados numa cadeira (mesmo que isso significasse dividir a cadeira com um colega). No entanto, este ambiente de cooperação não foi possível, já que os alunos, afim de não perderem a cadeira, não cediam espaço para o outro, havendo ainda episódios de agressão verbal e física por parte de alguns participantes, o que levou a interrupção e encerramento da atividade.

Nestes dois primeiros encontros, pôde-se perceber que as relações entre os colegas não eram favoráveis à aprendizagem, tornando-a quase impossível, já que este ambiente não era facilitador, sendo pautada pela agressividade física e verbal, competição e desrespeito, e climas de apreensão, medo e necessidade de se auto proteger.

Para o terceiro encontro, o grupo propôs uma vivência que tinha como objetivo mostrar os alunos que havia outras formas de se comunicar, de resolver problemas que não fosse através da reação com agressões mútuas, e sim pelo expor aos outros aquilo que lhes causa sentimentos negativos. A vivência tinha como título *caixa de correio*. Nesta vivência cada participante munido de caneta e papel, escrevia e/ou desenhava colocando em uma caixa de sapatos o que lhe incomodava, solicitando mudanças. A priori os integrantes demonstraram interesse, mas acabaram se dispersando.

No quarto encontro que tinha como tema *para quem você tira o chapéu?* Objetivou-se que os alunos reconhecessem as suas próprias qualidades, pois ao se perceberem como sendo pessoas com adjetivos esperávamos que houvesse uma melhora na autoestima, o que interferiria de forma positiva na relação intra e interpessoal. A vivência promoveu um ambiente de descontração no qual os alunos puderam expor tanto suas qualidades como também defeitos, de forma espontânea. Alguns relataram:

“Aprendi que a gente deve se aceitar do jeito que é, pois todo mundo tem uma coisa boa.” (Sujeito V., 9 anos)

“Aprendi que ninguém é melhor do que ninguém” (Sujeito E., 9 anos)

No quinto encontro foi realizada a vivência do *cartaz coletivo*, que teve como objetivo exercitar a inter-relação e Aceitação mútua. Os alunos foram divididos em dois grupos, onde, utilizando-se de uma cartolina e um pincel (para cada grupo) um deveria fazer um desenho de um transporte terrestre e o outro de um transporte aéreo. Cada membro do grupo deveria participar fazendo uma parte do desenho (ex: um as rodas, outro as janelas, etc.), até que o desenho ficasse 100% concluído. Após, cada grupo deveria ir à frente apresentar seu trabalho para seus colegas (do outro grupo), dizendo o que tinha desenhado, porque escolheu desenhar aquela parte, qual a sua dificuldade em realizar a atividade, qual a parte que mais gostou do desenho e o que achou da atividade. No final, foi solicitado que expusessem o que aprenderam com a atividade. Houveram falas como:

"Eu aprendi que todo mundo tem capacidade de fazer alguma coisa legal para ajudar o outro. "
(Sujeito "V,9 anos).

"Foi muito legal, porque cada um fez uma parte. " (Sujeito "J",9 anos).

No sexto encontro, a vivência teve como tema *"Paz em nossas mãos"* e teve como objetivo levar os alunos a refletir sobre gestos agressivos e pacificadores que podemos realizar com nossas mãos, consistindo em transformar um gesto mal em um gesto bom. Dividimos a sala em dois grupos em quantidades iguais de participantes (de 4 pessoas cada, pois faltaram alguns alunos), onde um grupo teve os olhos vendados e o outro não. Os alunos com os olhos vendados, foram encostados em uma parede da sala de aula e solicitamos aos demais que passeassem pela sala, próximos aos alunos de olhos vendados e, ao nosso sinal, parassem de frente a um deles e copiasse o gesto que fizéssemos com nossas mãos para a pessoa à sua frente, sem, no entanto, dizer de qual se tratava. A pessoa de olhos vendados deveria tocar a mão do colega que estava à sua frente e tentar descobrir que gesto era aquele. Se o gesto fosse bom (ex: "joinha", coração, acenar, etc.) ela deveria retribuir, repetindo a mesma coisa. Caso fosse um gesto mal, eles deveriam transformar esse gesto em um gesto bom (ex: transformar um sinal de soco em um aperto de mão ou em um abraço). Essa atividade não foi concluída porque um dos alunos começou a empurrar alguns dos que estavam com os olhos vendados. Partimos, então, para outra vivência, onde colocamos uma quantidade diferente com uma a menos a quantidade correspondente de alunos presentes. Eles deveriam girar, ao som de uma musiquinha cantada e, ao dizer "sentou", todos deveriam procurar um lugar para sentar. Ao que ficava em pé, era solicitado que escolhesse alguém do grupo e falasse o que gostava naquela pessoa. Ao terminar de falar, era dita a palavra "trocou" e todos deveriam trocar de lugar, onde o que não conseguia sentar tinha que repetir o mesmo processo, até que todos do grupo participasse e todos fossem elogiados por e elogiassem alguém.

Depoimentos das crianças:

"Eu gosto da "K" porque ela brinca comigo no recreio"

"Eu gosto do porque ele me deixa brincar com ele"

"Eu gosto da "H" quando ela brinca comigo"

"Eu gosto da "F", porque ela deixa eu ver as provas e as atividades dela para pegar as respostas"(Sujeito "H", 12 anos)

"Eu gosto do sapato dele"(Sujeito "n" 9 anos)

Essa foi a parte da vivência que eles afirmaram mais ter gostado, inclusive, quiseram repeti-la.

No sétimo encontro, a vivência teve como tema *"Tecer a vida coletivamente"*. Teve como objetivo levar os alunos a compreender-se como alguém que, ao mesmo tempo que envolvido num processo individual, está também num coletivo na sua vida, a fim de criar coisas novas. Foi distribuída uma cartolina para cada criança e foi solicitada que cada uma iniciasse um desenho que, após dois minutos, deveria o desenho deveria ser passado para o colega à sua direita para que o mesmo pudesse dar continuidade, assim, todos contribuiriam um com o desenho do outro. A atividade não obteve muito êxito, porque uma das meninas não quis passar o desenho para

uma de suas colegas ao ponto de rasga-lo, ao ser solicitado que trocasse.

“A “H” não desenha nada direito. Ela vai estragar meu desenho” (Sujeito “K”, 9 anos).

Depois de trocar algumas vezes, mais dois dos alunos acabaram também tentando rasgar os desenhos para não repassar e, após sem êxito, tentamos convencê-los a fazê-lo, desistimos da atividade. Explicamos para eles qual fora o objetivo e discutimos a cerca de se eles acharam legal o ocorrido durante a atividade. Despedimo-nos e fomos embora.

No oitavo e último encontro, foi a nossa confraternização, onde iniciamos com uma vivência que abordava as questões de assertividade, passividade e agressividade. A sala foi dividida em 3 grupos, o grupo que estava intervindo também se dividiu, ficando cada um responsável por um grupo de crianças. Nestes grupos, cada integrante ficou de discutir sobre assertividade, agressividade e passividade.

Logo após a rápida discussão, alguns convidados para a nossa última vivência, apresentaram algumas cenas de situações cotidianas de comportamento agressivo e passivo. Ao fim da apresentação da situação, um integrante do grupo de intervenção perguntava à turma se aquele comportamento era adequado ou não, o porquê e qual comportamento se deveria adotar naquela situação. A turma participou ativamente, respondendo às questões do grupo. A partir desta vivência foi possível perceber que conseguimos criar, ao longo do processo interventivo, um espaço para reflexão e aprendizagem a respeito de comportamentos socialmente habilidosos, a partir do momento que que aproximamos a teoria e a prática, projetando para eles a realidade que estamos imersos, puderam perceber as mudanças necessárias e quais comportamentos emitir.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção registrada procurou interagir com a turma atribuída, sempre atento ao fato de que os estudantes vêm com uma bagagem de práticas, hábitos e condutas aprendidos em casa ou em outros ambientes, o que leva-nos a responsabilidade de olhar cada aluno como um ser cheio de particularidades, não como um indivíduo a ser modificado ou moldado, e sim a ser inserido no processo de ensino-aprendizagem, dinâmica que somente pode ocorrer numa convivência saudável entre aluno-aluno e professores.

Os exercícios usados na intervenção visaram treinos que capacitam ao verbalizar assertivamente diferenças, queixas, ansiedades ou sentimentos positivos. Em cada encontro os alunos demonstraram dificuldade para a comunicação livre e espontânea, ao se mostrarem receosos, tímidos e até mesmo desconfortáveis para realizar as atividades propostas. Alguns demonstraram desinteresse, outros, vergonha ao expor seus sentimentos, pois a crença e governa ambientes públicos são de temíveis de tornar-se alvo de repressões, *bullying* ou chacota. No entanto, na reta final da intervenção, perceberam-se pequenos, porém significativos progressos, pois

a participação teve maior número de pessoas cooperando entre elas. Desta maneira, pode-se afirmar que a resistência inicial à intervenção, se deve à atitude defensiva dos alunos e a preocupação e intenções de se “proteger” de fatores considerados hostis, apenas por serem novos. Mas, logo que esses fatores se tornam conhecidos ou familiares podem ser mais aceitos.

Tudo isso demonstrou a grande necessidade de implantar e implementar uma área (ou cargo, como psicólogo) na escola, que possa cuidar basicamente dos aspectos mais subjetivos dos alunos e dar continuidade a ações que promovam o conhecimento de si mesmos, dos colegas e professores, para desenvolver boas relações interpessoais e novas formas de interação, ampliando, assim, o repertório de comportamentos desejáveis.

Por meio deste pode-se perceber a importância do psicólogo no contexto educacional para ajudar a escola nesse processo de organização de forma a propiciar um ambiente inclusive psicologicamente mais saudável para essas crianças.

É bem verdade que a escola não determina o comportamento dos alunos, que estes são influenciados por outros cenários. Porém, a escola pode ser um contexto que facilite um ambiente saudável, para que o aprendizado seja uma experiência prazerosa. Nesse sentido, reconhecendo que o tempo desse projeto de intervenção foi insuficiente, há a necessidade de inclusão deste no planejamento da escola em que o mesmo foi realizado, se possível for, pois uma intervenção a longo prazo poderá ter maiores resultados além dos que foram alcançados, inclusive trabalhando-se agora não apenas com os alunos, mas envolvendo pais e corpo docente.

REFERÊNCIAS

BOLSONI-SILVA, Alessandra Turini; MARTURANO, Edna Maria. Práticas educativas e problemas de comportamento: uma análise à luz das habilidades sociais. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 7, n. 2, p. 227-235, Jul. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2002000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 de nov. 2016.

BORSA, J. C. **O papel da escola no processo de socialização infantil**. Rio grande do Sul, 2007. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0351.pdf>> Acesso em: 04 de nov. 2016.

CASTORINA, J. A.; FERREIRO, J. A. C.; LERNER, D.; OLIVEIRA, M. K. De. **Piaget-Vygotsky**. 6ª ed. São Paulo, SP: Ática, 2006.

DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda A. P. **Psicologia das relações interpessoais: vivências para o trabalho em grupo**. 9ª ed. Pretópolis, RJ: Vozes, 2011.

DESSEM, M, A.; POLÔNIA, A. C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento. In. **Paidéia**, 2007, sso em: ano 17, nº. 36, p. 21-32. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36a03.pdf>> Acesso em: 04 de nov. 2016.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. 1º ed. Porto Alegre: Editora da: UFRGS, 2009.

FRESCHI, E. M.; FRESCHI, M. Relações interpessoais: a construção do espaço artesanal no ambiente escolar. **Rev. de educação Ideal (REI)** Vol. 8 – Nº 18 – Jul. – Dez. 2013 Semestral. Disponível em: < https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/20_1.pdf> Acesso em: 08 de abr. 2019

MARTINS, J. C. Vygotsky e o papel das interações sociais na sala de aula: reconhecer e desvendar o mundo. **Série ideias** n. 28, p. 111-122. São Paulo: FDE, 1997. Disponível em: < http://www.crmariocovas.sp.gov.br/dea_a.php?t=002> Acesso em 04 de nov. 2016.

MICHENER, H. Andrew; DELAMATER, John D.; MYERS, Daniel J. **Psicologia social**. São paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

MÜLLER, F. Socialização na escola: transições, aprendizagem e amizade na visão das crianças. **Educar**, Curitiba, n. 32, p. 123-141, 2008. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n32/n32a10> Acesso em: 18 de out. 2016.

RODRIGUES, A.; ASSMAR, E. M. L.; JABLOONSKI, B. **Psicologia social**. 26ªed. Petrópolis: Vozes, 2008.

SOUZA, A. P. **A escola enquanto espaço de desenvolvimento humano**. Webartigos. Olinda - PE, 2013. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/a-escola-enquanto-espaco-de-desenvolvimento-humano/107257/#ixzz4QhHz7oxE>> Acesso em: 21 de nov. 2016.

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 –
Capoeiruçu - CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

Revista Formadores
VI Congresso Científico
Novas Trilhas Para Novos Rumos

LIBRAS E AS INTERVENÇÕES PSICOPEDAGÓGICAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO DEFICIENTE AUDITIVO

RESUMO

As práticas de educação para surdos têm sido, em muitos centros educacionais, insuficientes e inadequadas por diversos motivos. Os métodos orais, comumente utilizados, são conhecidamente ineficazes, dada a precariedade que há nesse tipo de comunicação com o surdo. Diante disso, as intervenções psicopedagógicas têm se mostrado como ferramentas de mobilização escolar, tornando-se eficiente recurso para sanar essas dificuldades. Este trabalho visa apresentar como as intervenções psicopedagógicas e a Libras contribuíram na aprendizagem de um aluno surdo, utilizando dados levantados a partir de observação sistemática participativa e não participativa, entrevistas orais e análise de documentos. Sendo ponderados por consulta bibliográficas e exercitados em intervenções coletivas. Como resultado, professores aderiram às novas metodologias de ensino propostas, houve aproximação entre escola e família, as quais, inicialmente, se envolveram com o aprendizado da Libras. Pouco avanço do aluno na leitura e escrita do português, contribuições da Língua de Sinais no processo de aprendizagem e interação social, evolução do aluno nas atividades escolares e melhores notas. O bilinguismo se mostrou como melhor alternativa para prática educativa. A aproximação entre a família e a escola acarretou em melhorias no comportamento do aluno, melhor rendimento e permanência do estudante na escola. Este relato permitiu aferir a importância da Libras no mundo acadêmico e que as intervenções psicopedagógicas, somadas a esse tipo de Linguagem,

PALAVRAS-CHAVE:

Língua de Sinais. Psicopedagogia. Intervenções psicopedagógicas. Educação especial.

LAGO, Naiana Magalhães. **Libras e as Intervenções Psicopedagógicas no Processo de Aprendizagem do Deficiente Auditivo.** *Revista Formadores - Vivências e Estudos, Cachoeira - Bahia, v. 12, n. 3, p. 50 - 58, mai, 2019.*

se constituem como promissoras para sanar as dificuldades de aprendizagem por alunos com deficiência auditiva. Engajando e mobilizando toda a escola e a família no desenvolvimento integral do indivíduo.

1. INTRODUÇÃO

O tema escolhido foi: Libras e as intervenções psicopedagógicas no processo de aprendizagem do deficiente auditivo. Baseado em um estágio de pós-graduação em Psicopedagogia, teve como objetivo intervir em sala de aula e, em turno oposto, acompanhar o aluno, utilizando-se de ferramentas e métodos que ajudassem na aprendizagem dos conteúdos regulares e, no turno oposto, na aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais.

O projeto de estágio objetivou analisar: **Como a Libras e as intervenções psicopedagógicas podem atuar no processo de aprendizagem do deficiente auditivo?**

Segundo o IBGE-2010, no Brasil existem cerca de 9,7 milhões de brasileiros com alguma deficiência auditiva, ou seja, 5,1% da população brasileira. 1,7 milhões possuem grande dificuldade de audição e 344,2 mil são completamente surdos e se concentram na sua maioria em centros urbanos (CHIAHYA, 2012). Parte destas pessoas estão em idade escolar, mas nem todas as instituições possuem um profissional intérprete e/ou professor de Libras que dê a assistência necessária a esse aluno. Encontramos uma série de dificuldades de aprendizagem, onde muitos alunos estudam, porém, não atuam no ambiente escolar, não tem envolvimento nas atividades escolares e tem se caracterizado somente como espectador em sala, tentando entender algo do que é dito oralmente, escrito na lousa, ou nos enormes textos. Isso quando são alfabetizados. A falta de aquisição da Libras como sua primeira língua e o Português como segunda língua limita as chances de inserção desta pessoa na comunidade como cidadão ativo.

Estando ciente desta realidade, foi proposto que as intervenções, além de resolverem os problemas de aprendizagem do aluno, também conscientizassem a comunidade escolar da responsabilidade sobre aquele aluno. O aluno estava com baixas notas, mal comportamento, acumulava inúmeras faltas, além de não estar completamente alfabetizado em português nem tão pouco em Libras.

Diante deste cenário, foram delimitados os objetivos de ensinar ao aluno, e demais colegas interessados, sinais de Libras do cotidiano, reforçar a leitura e a escrita do português, orientar os professores nos métodos de ensino e avaliação e motivar o aluno na dedicação aos estudos e assiduidade nas aulas.

Para o levantamento de dados foi utilizado o método de observação como forma de diagnosticar o problema e arquitetar as medidas de intervenção. A observação realizada foi sistemática, participante e artificial. Durante 3 (três) dias observei o comportamento do aluno em sala, entrevistei, professores, gestores e familiares, avaliei o laudo médico com o intuito de colher informações para entender o contexto que o aluno estava inserido. As intervenções utilizadas durante o estágio foram aplicadas a partir de informações colhidas por pesquisas bibliográficas sobre o assunto.

Segundo o Manual de trabalhos acadêmicos da Faculdade Adventista da Bahia, (2014, p.190):

Intervir numa dada realidade que está posta nem sempre se configura enquanto uma tarefa simples, especialmente se esta intervenção estiver pautada nos princípios da construção técnico-científica, que requer, a priori, uma análise diagnóstica de um fenômeno observado, para a partir de então propor intervenções.

O presente trabalho está estruturado em uma breve apresentação da importância do trabalho do psicopedagogo com deficientes auditivos, seguido do problema levantado e os objetivos traçados. A partir da análise dos dados e da consulta bibliográfica, a metodologia foi traçada e o desenvolvimento das intervenções foram estabelecidas, apresentando os resultados e discussões levantadas sobre o assunto. Concluindo, portanto, as análises feitas e os objetivos que foram alcançados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O Psicopedagogo é o agente mediador das intervenções psicopedagógicas que visam a melhoria da aprendizagem por parte do aluno. Segundo Souza e Vasconcelos (2012), o psicopedagogo pode ajudar os alunos surdos a melhorarem a aprendizagem, atuando junto à família e à comunidade escolar, promovendo mudanças que favoreçam o estudante.

A Libras, como língua oficial da comunidade surda, é a principal ferramenta do surdo para a comunicação. Sobre a lei que regulamenta a Língua Brasileira de Sinais, Pereira (2011) explica:

O reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais – Libras – como língua oficial das comunidades surdas do Brasil, pela Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, [...] passou a receber cada vez mais atenção por parte de pesquisadores e de educadores, e cresceu significativamente o número de adeptos e defensores de seu uso. (Pereira 2011).

A Libras, como língua, se caracteriza como ferramenta de ensino e promotora do processo de aprendizagem, para ser usada não somente pelo surdo, mas por toda a comunidade escolar, promovendo a interação e participação do indivíduo no seu ambiente.

Quanto mais cedo a Língua de Sinais é adquirida pelo aluno, melhor se torna a sua participação na sociedade. É nas interações sociais da língua que a comunicação acontece, quando o seu uso se torna efetivo no círculo social do aluno. O psicopedagogo pode ser um agente precursor da abertura da discussão sobre a Libras para toda a comunidade escolar.

A aprendizagem de Libras pelo aluno surdo e demais pessoas que compõem sua estrutura social, são de extrema importância. Sobre o deficiente auditivo na escola, Gesser (2012 p.105) explica:

“Fragmentos da história da educação e da vida familiar dos surdos mostram a forte rejeição e desconfiança que os ouvintes tem em relação à língua de sinais”. O professor como mediador das relações sociais na escola deve realizar sua prática de modo a contemplar

situações nas quais os aprendizes tenham oportunidades garantidas de manter o contato com o outro que usa e se identifica com a língua. Ainda que tentemos, ao assumir este viés, fazer do contexto de ensino um momento de comunicação real, significativa e natural, essas são apenas tentativas e aproximações. “[...] O ofício do professor requer uma reflexão contínua dessas questões, seja no contexto de línguas orais, seja no contexto da Língua Brasileira de Sinais.”

A criança ouvinte chega à sala de aula para ser alfabetizada dominando a língua de seus pais, porém, a criança, adolescente ou adulto surdo, dominam apenas fragmentos do seu idioma. Para o surdo aprender a ler serão necessárias situações linguísticas específicas, com o uso incondicional da língua de sinais, em um espaço coletivo e compartilhado (BOTELHO, 2010). O Português é considerado para o surdo como segunda língua, sendo a Língua de Sinais a primeira que o surdo deve aprender e a qual possibilita o aprendizado da leitura e escrita da Língua Portuguesa.

Junto ao professor de língua portuguesa, o psicopedagogo pode ofertar oportunidades de reforço na leitura e escrita do português, trabalhando em parceria com professores, familiares e toda a comunidade escolar, para ajudar a intervir na realidade do aluno surdo. O psicopedagogo pode proporcionar melhorias nas relações, culminando na aprendizagem do aluno. “Escolas, pais e alunos deverão confiar no trabalho do psicopedagogo e estar abertos a mudanças caso sejam necessárias, em uma relação de reciprocidade e troca mútua de conhecimentos que poderá favorecer o processo de aprendizagem de muitos aprendentes” (VERCELLI, 2012).

Com melhores resultados, promovendo autoestima e a motivação através do próprio esforço, o aluno dedica-se mais aos estudos e aumenta a assiduidade nas aulas, tornando o ambiente escolar inclusivo e atrativo. Sendo este um espaço do educar, da busca e valorização do humano, do respeito às diferenças e da conscientização da geração futura para que se viva numa sociedade mais justa e humana.

3. METODOLOGIA

Considerando que este é um estudo de caso em intervenção psicopedagógicas, as bases teórico-metodológicas estão fincadas na pesquisa-ação. A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa participante, engajada e dependente. Como o próprio nome já diz, a pesquisa-ação procura unir a pesquisa à ação ou prática, isto é, desenvolver o conhecimento e a compreensão como parte da prática.

Através de estudo teórico bibliográfico, foi possível elaborar intervenções para sanar os objetivos propostos. A avaliação foi de caráter qualitativo e os objetivos foram elencados a partir de observação e investigação, que se configurou em análise de laudo médico do aluno, consulta ao diário de classe da turma à qual o aluno pertence, entrevista oral com professores e direção escolar, observação de aula e visita à residência do aluno. Os dados foram analisados a partir da pesquisa bibliográfica.

O processo de estágio teve a duração de 3 dias de observação e 7 dias de intervenções. Gil (2008) defende que a observação é crucial para a pesquisa e que ela se apresenta ao utilizar os sentidos para a coleta de dados. Sendo ideal para este trabalho, a observação é fundamental para a pesquisa, principalmente no momento de coleta de dados. A pesquisa foi realizada no Colégio Estadual Antonio Joaquim Correia, que está localizado na cidade de Cachoeira, uma cidade histórica às margens do Rio Paraguaçu, em um bairro de baixa renda, sendo os seus alunos e professores habitantes do município.

No Colégio não havia intérprete, nem tampouco professores capacitados para atender às dificuldades de aprendizagem que o aluno demonstrava. Devido às dificuldades de comunicação, o aluno estava com baixo rendimento, somado à desmotivação nos estudos, indicando precedentes de uma possível evasão escolar. A Libras foi abordada como língua que atuasse na comunicação e acesso ao conhecimento.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para coleta de dados foi utilizada a observação como principal instrumento, seguida de anotações em diário de campo, entrevistas e consulta a documentos. Os dados foram analisados a partir de pesquisa bibliográfica. As intervenções foram realizadas no Colégio, durante o período regular de aulas do aluno e também no turno oposto. Havia um local apropriado tranquilo e com estrutura apropriada para as intervenções. Os momentos de aulas no contra turno foi aberto para toda a comunidade escolar, a qual foi convidada mediante aviso em sala e convite escrito. Em alguns destes encontros, além da presença do aluno, houve a participação de colegas e familiares do mesmo.

Foi constatado no laudo, entregue quando da realização da matrícula do aluno na secretaria, que ele possuía surdez em nível profundo, adquirida, segundo entrevistas orais, por uma doença ainda na infância. O aluno também tinha uma paralisia no braço esquerdo, mas a respeito disso não havia laudo na secretaria.

Foi realizada uma atividade diagnóstica, através da qual a professora de português avaliou o desempenho do aluno na leitura e escrita da língua portuguesa. A atividade era constituída da demonstração de imagens ao aluno, ao qual foi disponibilizado um espaço para escrever os nomes das figuras apresentadas. De início, o aluno se recusava a escrever, demonstrando timidez. Para ajudar, foi indicado o nome das imagens para que ele pudesse relacioná-las. Ainda assim, somente respondeu 20% da atividade. Analisando os dados, coletados foi possível perceber que o aluno possuía sérias dificuldade na matéria de Língua Portuguesa, pois, apenas copiava o que lhe era proposto, apresentando baixo desempenho na leitura e escrita. Foi encaminhado ao aluno aulas de português como reforço em turno oposto, em 2 (dois) dias na semana, através do Programa Mais Educação, porém, este aluno não foi assíduo a estas aulas. Apesar de estar na posição de segunda língua do surdo, o Português é de extrema importância para o surdo como

cidadão. Sobre isso, Fernandes (2008) explica que o bilinguismo tem se mostrado uma proposta promissora no desenvolvimento do surdo diante da comunidade.

Em entrevista, a família relatou que o aluno faltava bastante as aulas, muitas vezes por estar doente, em outras por se recusar a comparecer ao colégio. Em consulta ao diário de classe do aluno, foi observado que realmente havia muitas faltas e também que este estava com notas baixas e havia várias ocorrências de mau comportamento. Depois da visita à residência do aluno, foi possível estabelecer uma relação de parceria entre a escola e a família. Quando ocorriam faltas do aluno em momentos regulares de aula ou nas intervenções, a direção escolar entrava em contato com a família para saber os motivos, o que muitas vezes resultou na vinda do aluno no exato momento ao sentir o interesse que era demonstrado pela sua presença.

O mais importante agente de socialização é a família, pois a mesma executa a tarefa crucial de socializar a criança e modelar o desenvolvimento de sua personalidade, por isso, cabe a família da criança surda desdobrar-se em paciência e carinhos constantes para exercer; além de seus papéis tradicionais, o de completar, em casa a aprendizagem da linguagem. A afetividade é imprescindível para o seu ajustamento emocional e a sua segurança íntima. (CUPELLO, 1994 apud PEREIRA, 2008, p.37)

Esta parceria também foi bastante eficaz no envio de materiais de estudo para casa, Diante do quadro de notas baixas e do desinteresse nas atividades escolares, houve um levantamento dos conteúdos que seriam aplicados, para serem encaminhados materiais de estudos para este aluno, materiais de vídeo, imagens ou resumos sobre os assuntos. A família era avisada que os materiais haviam sido enviados, lembrando também das atividades e provas. O que se tornou bastante eficaz, sobretudo no período de provas, e resultou em melhor desempenho nas atividades.

No turno oposto às aulas, 3 (três) dias por semana, foram ofertadas aulas de Lbras. Estas aulas eram abertas também para os familiares, colegas e professores. A estas aulas somente compareceu a família e, poucas vezes, alguns colegas. Estas aulas foram iniciadas com sinais básicos, como o alfabeto, números, cores e sinais do cotidiano. Eram utilizados materiais impressos, vídeos e ao final de cada assunto era realizada uma atividade. Na aula sobre o alfabeto por exemplo, o aluno depois de conhecer cada sinal correspondente a letra, fez o jogo da memória, depois montou um cartaz o qual foi exposto em sua sala de aula. Durante as aulas de libras era possível notar um real interesse do aluno e uma interessante facilidade no aprendizado, porém, quando era necessário usar esses sinais em outros ambientes de forma pública, se mostrava retraído e envergonhado. O que dificultou o objetivo de melhorar a comunicação dele com outras pessoas e conseqüentemente a aprendizagem.

Com conhecimento na Língua de Sinais, pude ajudar o aluno durante as aulas como intérprete, mesmo não estando posicionada desta forma em sala, intermediava as informações entre o professor e o aluno. O aluno não possuía uma fluência para que houvesse a presença do intérprete apenas traduzindo em libras, sendo assim, foi escolhido estar mais como um auxiliar, usando de imagens, desenhos, sinais em libras e gestos para explicar o conteúdo. A presença de alguém ajudando o aluno em sala, ajudou na melhoria do seu comportamento, depois dos acompanhamentos o aluno não foi mais encaminhado a direção por indisciplina, o que motivou

o aluno a tentar aprender ao ver o seu melhor desempenho nas atividades, e reduzindo consideravelmente as faltas.

A atuação do intérprete ou auxiliar não isenta a responsabilidade do professor com a metodologia de ensino, por este motivo foi realizada uma reunião com os professores para orientá-los no uso de métodos que poderiam ser utilizados para facilitar a aprendizagem do aluno, como também a elaboração das aulas e provas e a relação que haveria entre o professor e a pessoa que atuaria intermediando essa comunicação. Segundo Denise (2018), Professor e psicopedagogo precisam um do outro, desde o primeiro momento, para que possam fazer uma representação adequada da situação.

Os professores relataram que, durante a aula, este aluno apresentava, muitas vezes, comportamento inadequado, por não estar entendendo a aula não captava sua atenção. Além disso, ele também se desentendia com colegas, os quais o provocavam, devido à sua deficiência. Relataram também que algumas vezes tinham a impressão que o aluno ouvia algumas frases e conseguia entender. Quando, por exemplo, lhe repreendiam, ou mesmo, quando lhe cumprimentavam, ele respondia.

A maioria dos professores apresentaram uma postura de iniciativa, procurando trazer materiais visuais em suas aulas, dirigindo-se ao aluno com gestos e apresentando imagens ou desenhos na lousa, que contribuíssem para que o aluno entendesse o conteúdo. Ao perceber que o professor se dirigia também a ele, o aluno correspondia prestando mais atenção a aula. Este não é o ideal para as aulas, a presença de um intérprete intermediando a comunicação. Usar primariamente a Libras é o mais indicado, porém, nesta situação em que o aluno não dominava esta linguagem, seria mais uma aula onde alguém estaria apresentando algo “fingindo” ensinar, e ele “fingindo” aprender.

Com o objetivo de apresentar ao aluno um pouco da cultura surda ele foi convidado a participar do “I Congresso para Surdos e Intérpretes da FADBA”. Este congresso agiu de maneira positiva ao mostrar ao aluno um pouco da cultura surda, a promover relações com outros surdos e fazê-lo perceber que a Libras era usada por eles e que funcionava como recurso comunicativo. Percebendo a necessidade da família, a direção do Congresso se organizou doando cestas básicas, calçados e roupas para a família.

Conhecer as necessidades do aluno para além do ambiente escolar, deve fazer parte do levantamento de dados sobre a realidade do aluno. É essencial para a construção do plano de intervenção saber das necessidades mais urgentes do educando, possibilitando intervir de forma direcionada. Conhecer o ambiente que o aluno convive permite adaptar as intervenções às condições físicas, de tempo e de espaço.

5. CONCLUSÃO

Durante todo esse processo, o papel da escola e da família se tornou indispensável, a parceria entre esses dois pilares, com o objetivo de promover o desenvolvimento do estudante, foi de extrema importância. A eficácia de muitas destas intervenções se deu a partir do apoio da família, com as atividades, ao lembra-lo das provas e ao incentiva-lo acompanhando nas intervenções.

Infelizmente, muitos preconceitos ainda ficaram a serem quebrados. O aluno ainda sentia vergonha de se comunicar em Libras, o que dificultou a sua aprendizagem. Muitos colegas continuaram com uma postura preconceituosa e o Colégio não pôde continuar com o acompanhamento de um professor de Libras ou Psicopedagogo.

O período de estágio é curto para promover mudanças de conceitos e hábitos tão profundamente enraizados, porém, este tempo proporcionou o despertar daquele espaço escolar para a inclusão, que além de filosofia e ideais, deve ser prática. É neste ambiente que devem haver debates e ações a favor da inclusão e do direito à educação de qualidade por todos.

Houve um despertamento da escola para as demandas da educação especial e muitos professores se tornaram mais interessados e buscaram aprofundamento. O estudante se tornou mais engajado nas atividades escolares, mais frequente e interessado nas aulas. Houve uma expressiva melhora no comportamento, contribuindo para a melhoria das suas notas.

Portanto, foi possível perceber que a Libras atuou de maneira significativa nesse processo de aprendizagem, ao despertar a comunidade escolar do seu aprendizado, e por ser o instrumento de comunicação muitas vezes usado nas relações do aluno com os demais componentes da escola, mediado por um intérprete que atuou como auxiliar nas atividades escolares do aluno.

A educação de surdos, voltada para prática oralista, constitui-se como fracasso escolar, como foi observado durante o estágio. O bilinguismo foi demonstrado como mais apropriado à necessidade do indivíduo, também foi observado que a educação bilíngue desenvolve melhores resultados de aprendizagem. A inserção da Libras provocou melhorias expressivas no desenvolvimento integral do aluno. As intervenções psicopedagógicas voltadas à Linguagem de Sinais se caracterizou como a melhor alternativa para facilitar a relação do surdo e o processo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, P. **Educação inclusiva para surdos: desmistificando pressupostos**: UFMG, 2010.

CORRÊA, Denise. Psicopedagogo e professor: parceria na construção do conhecimento. Disponível em: <<https://www.guiasaoroque.com.br/colunistas/psicopedagogo-e-professor-parceria-na-construcao-do-conhecimento-533>>. Acesso em: 06 de Abril de 2019.

FERNANDES, Sueli. **Apostila do curso de pós-graduação Educação Bilíngue para surdos**. Paraná: Ipê, 2008.

GESSER, Audrei. **O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a libras**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

GIL, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo; Editora Atlas. 2008.

Manual de trabalhos acadêmicos: Faculdade Adventista da Bahia / organizado por Daniela Santana Reis. – FADBA: Cachoeira, 2014.

PEREIRA, C.V. **Libras: conhecimento além dos sinais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

PEREIRA, Rachel de Carvalho. **Surdez: aquisição de Linguagem e Inclusão Social**. Rio de Janeiro: Revinter, 2008.

SOUZA, E.F. VASCONCELOS T.C. **O papel do Psicopedagogo no contexto atual**. *Revista Rebes*, Pombal- PB, Brasil, vol.2, n 1, pág. 53-58, 2012.

VERCELLI, L. C. A. **O trabalho do psicopedagogo institucional**. *Revista Espaço Acadêmico*, número 139, dezembro, 2012.

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 –
Capoeiruçu - CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

Revista Formadores
VI Congresso Científico
Novas Trilhas Para Novos Rumos

A DIMENSÃO ECONÔMICA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: APROXIMAÇÕES DO IMPACTO ECONÔMICO DA EXPERIÊNCIA UFRB/ CAHL EM CACHOEIRA

RESUMO

A chegada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) no território lançou sobre a dinâmica regional, novos elementos estruturantes que iram alterar a vida social, econômica, política e cultural desse espaço geográfico historicamente esquecido. Dessa forma, traçamos como objetivo apreender parte dos efeitos econômicos gerados pelo Centro Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da UFRB na cidade da Cachoeira, durante o período 2006 à 2016, na perspectiva de perceber sua participação da dinâmica do crescimento econômico local. Para isso, fizemos uso da abordagem teórica presente nos temas sobre Desenvolvimento econômico e Demanda Agregada Regional, identificando os *impactos diretos* do consumo da comunidade acadêmica. Dessa forma, nossa metodologia quantificou o volume dos gastos de quatro grupos de atores vinculados à universidade: (ii) os gastos em consumo dos membros (professores e funcionários); (iii) os gastos dos alunos de fora da região e (iv) os gastos dos visitantes de fora da região. Os resultados mostraram uma diversificação do consumo na economia local, aquecendo alguns setores e produzindo aumento na cadeia produtiva de outros. No entanto, apesar da constatação da contribuição de um crescimento econômico, nota-se que há concentração de renda no município.

PALAVRAS-CHAVE:

Universidades. Desenvolvimento Regional. Demanda Agregada Regional.

OLIVEIRA, Danilo Souza de.; SILVA, Maurício Ferreira. A Dimensão Econômica das Universidades Públicas: Aproximações do impacto econômico da experiência Ufrb/Cahl em Cachoeira. Revista Formadores - Vivências e Estudos, Cachoeira - Bahia, v. 12, n. 3, p. 59 - 75, mai, 2019.

1. INTRODUÇÃO

Observa-se que o papel das universidades através de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, vêm despertando o olhar de estudiosos no sentido de entender a participação dessas instituições no desenvolvimento regional e/ou local. Sua participação está para além de atender demandas locais por qualificação. Sua capacidade de aglomerar ao redor de suas estruturas novos arranjos produtivos chama a atenção para uma possível estratégia de desenvolvimento via instituições de ensino superior (LOPES, 2012; ROLIM & KURESKI, 2009).

É nessa perspectiva que, com objetivo de *“explorar o potencial socioambiental do Recôncavo da Bahia, acelerando o desenvolvimento de uma região cuja base da economia é a agricultura de subsistência e a exploração do petróleo”*¹, surge a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Desta forma, levando em conta suas possíveis contribuições, buscamos apreender parte dos efeitos econômicos gerados pelo Centro Artes, Humanidades e Letras – CAHL - na cidade da Cachoeira, durante o período 2006 a 2016, na perspectiva de perceber sua participação da dinâmica do crescimento econômico local.

Nessa perspectiva, traçamos alguns objetivos que contemplam: (i) a caracterização do município da Cachoeira levando em consideração seu contexto social e econômico; (ii) perceber até que ponto o CAHL pode estar contribuindo para um possível crescimento da economia local; (iii) entender se as políticas sociais de educação podem contribuir com o desenvolvimento econômico local.

Dentre as motivações que justificaram esse estudo, é possível destacar: (i) a importância das relações entre as políticas sociais de educação e suas possíveis contribuições para o desenvolvimento econômico, (ii) o processo de expansão do ensino superior público no tradicional debate direita-esquerda, e a (iii) a importância de investimentos públicos no fomento à economias locais, visto que tal capital pode conter relativo grau de sustentabilidade quando comparado ao capital privado.

A pesquisa pôde mostrar evidências do potencial econômico da UFRB/CAHL no município de Cachoeira. Notadamente, como o consumo da comunidade acadêmica exerce poder multiplicador sobre a economia local e como os diferentes segmentos do mercado perceberam os benefícios gerados com a chegada do Centro, e seu desdobramento sobre a vida das famílias. Tal percepção revela a importância da participação do Estado com ações de desenvolvimento, sobretudo, em localidades historicamente esquecidas. A experiência UFRB/CAHL, fortalece o tradicional debate esquerda-direita, quando mostra uma relativa sustentabilidade quando há investimentos públicos sendo feitos, visto que podem ser mais duráveis se comparado ao capital privado.

1. Objetivo apresentado no Programa de Expansão das Universidades Federais o sonho se torna realidade! (2006, p. 22)

2. O PAPEL DAS UNIVERSIDADES NO SISTEMA REGIONAL DE INOVAÇÃO E NOS FLUXOS DE RENDA

Os estudos sobre o papel das universidades no desenvolvimento regional vêm ganhando visibilidade nos últimos anos, uma vez que os recentes estudos mostram sua participação no processo de desenvolvimento das regiões. Tal perspectiva vem sendo analisada por duas correntes: (i) o conceito de Sistema Regional de Inovação (SRI) e aqueles que consideram o âmbito mais restrito do impacto sobre os fluxos de renda locais, conhecidos como impacto sobre a (ii) Demanda Agregada Regional (ROLIM & SERRA, 2010).

Observam-se no SRI três subsistemas de interação: um subsistema financeiro, um de aprendizagem e o de cultura produtiva. O subsistema de aprendizagem e/ou sistema regional de aprendizagem, ganha lugar de destaque no SRI, pois se constitui como ponto de partida para inovação. Tomando o aprendizado com uma mudança na capacidade de uma pessoa, ou organização. O processo de formação dessa aprendizagem e/ou conhecimento, pode ser distinguido em dois níveis: (i) o que fornece competência², e o que traz capacidade³. A interação, formal ou informal, entre o sistema regional de aprendizagem, as universidades, instituições de pesquisa, agências de treinamento, transferências de tecnologias, e empresas em geral, tende a constituir um SRI, Rolim e Serra (2010, *apud* COOKE; MORGAN, 1998, p.1).

Desta forma, as universidades constituem o hiato entre os subsistemas de aprendizado e o subsistema de inovação. A partir da partição no sistema inovação é que o papel das universidades ganha notoriedade, desempenhando nesse processo atribuições fundamentais para o desenvolvimento regional. Um impacto mais duradouro sobre o capital humano, *pool* de conhecimento e atratividades para empresas e famílias: *o efeito para frente* (ROLIM & SERRA, 2010).

Além da abordagem do papel das universidades via o conceito de Sistema Regional de Inovação, desponta outra perspectiva que busca analisar o impacto dessas instituições sobre seu contexto. Essa vertente busca apreender as contribuições da universidade sobre o fluxo de renda local. Uma interpretação mais restrita do impacto que considera a demanda agregada da região, ou seja, uma perspectiva mais restrita no que se refere à amplitude e ao tempo: *o efeito para trás* (ROLIM & KURESKI, 2006; ROLIM & SERRA, 2010; ALVES, 2010; LOPES 2012).

O impacto sobre a demanda agregada, leva em consideração os gastos realizados pelas universidades com pagamentos de professores e funcionários, compras de materiais e demais pagamentos efetuados por elas sobre a economia da região (ROLIM & SERRA, 2010, p. 31). Como consequência, tal efeito multiplicador produzido pelos gastos, podem ser percebidos sobre as (i) famílias, como crescimento de renda, nos (ii) governos com o aumento da arrecadação e investimentos em infraestrutura e (iii) sobre as empresas locais, com o aumento da demanda e concorrentes (ROLIM & SERRA, 2010, p. 31).

2. Habilidade para realizar uma tarefa específica (ROLIM e SERRA, 2010).

3. Compreensão dos mecanismos subjetivos à solução do problema envolvendo na tarefa (ROLIM E SERRA, 2010)

O cálculo do efeito multiplicador dos gastos de uma universidade sobre a economia regional pode ser apreendido de diferentes formas; cada uma com seu grau de aproximação da realidade. Nesse sentido, (ROLIM & SERRA, 2010; ALVES, 2010; LOPES, 2012) destacam-se entre outros, o modelo multiplicador Keynesiano, Matriz insumo-produto e o modelo Computáveis de Equilíbrio Geral.

Será a partir das contribuições teóricas do *impacto sobre a demanda agregada*, que tentaremos projetar o efeito causado pelo CAHL na localidade. O efeito para trás, irá considerar o impacto sobre as famílias, governo e empresas locais, a partir de uma metodologia adaptável as condições de pesquisa.

3. BREVE CARACTERIZAÇÃO LOCAL E TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA:

As “novas linhas históricas”⁴ do município de Cachoeira começam a ser escritas a partir do século XVI. A nova história tem início em 1531, quando Martim Afonso de Souza empreende na Bahia o cultivo da cana-de-açúcar. Juntamente com a expedição estava Paulo Dias Adorno; responsável pelo povoamento que se deu às margens do rio Paraguaçu. Ali o fidalgo fixou moradia, entre os riachos Pitanga e Caquende. Em sua fazenda homenageou Nossa Senhora do Rosário e, a partir das atividades ali desenvolvidas, surge, em seu entorno, um povoação. No final do século XVII, em 1698, o povoado que se desenvolveu através da economia do açúcar, torna-se a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira. Sua história está intimamente relacionada à sua vizinha (irmão) São Félix; separadas apenas pelo Paraguaçu, porém unidas pela ponte D. Pedro II. “Cidades gêmeas, elas conheceram, essencialmente, a mesma posição na constelação do Recôncavo” (MARCELIN, 1996, p. 31).

A paisagem da antiga Vila de Nossa Senhora do Rosário, foi forjada a partir dos interesses do capital mercantil internacional. O fértil solo massapê, o clima úmido e subúmido, e a navegabilidade do Paraguaçu, contribuíram para o cultivo, primeiramente, da cana-de-açúcar e, logo em seguida do tabaco, tendo como principal via de escoamento da produção o rio. Tais características sustentaram a base da economia de Cachoeira. Há exemplo do potencial agrícola de município, um de seus distritos, o Iguape, concentrava 80% das terras cultiváveis no século XIX (FRAGA FILHO, 2006, p. 31). Nesse mesmo contexto, sobre as antigas *plantations*, emergiram fortes estruturas constituídas em fazendas e engenhos que exploraram à terra durante todo o

4 Ao usarmos a expressão, “novas linhas históricas”, queremos aqui destacar que a história desse município inicia com os povos indígenas que ali já se encontravam; cuja estrutura social e cultural foi, primeiramente, colonizada, em seguida, massacrada e extinta; restando apenas alguns resquícios de sua existência. Com a chegada dos portugueses, uma nova força social, cultural e econômica, foi lançada sobre o Recôncavo e, em particular, sobre Cachoeira, capaz de mudar a dinâmica local. Segundo Nascimento (2015), o primeiro núcleo de povoamento de Cachoeira é oriundo de uma redução indígena criada com os sobreviventes ao etnocídio empreendido por Men de Sá, 3º governador-geral da Bahia, na noite de São Miguel (29 de setembro) de 1557, considerado pelo referido governador-geral como o seu mais importante feito.

período em que o açúcar e o fumo eram as principais *commodities* da época (MARCELIN, 1999). Cachoeira passa a ser um dos mais importantes entrepostos da província; além de se constituir um dos principais centros de produtores de cana. (FRAGA FILHO, 2006).

Com a chegada da UFRB/CAHL em 2006, novos elementos serão inseridos na estrutura social, econômica e cultural de Cachoeira. Tais, aspectos inerentes ao funcionamento do campus, constituem a necessária estrutura para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e extensão. O desdobramento dessas atividades parece produzir novos elementos que iram incorporar a realidade local e, nesse sentido, mexer com sua dinâmica.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Apesar da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, atuar em um território que contempla 20 municípios, nossa pesquisa limitou-se à análise dos impactos causados pelo Centro de Arte, Humanidades e Letras, no município de Cachoeira. Sobre esse procedimento, Rolim & Serra (2010) afirmam que o recorte geográfico contribui para percepção dos possíveis vazamentos de renda produzidos pelo efeito multiplicador dos gastos realizados na região (nosso caso, as parcelas dos gastos feitos fora da Cachoeira).

Sobre a *determinação dos impactos diretos*, é possível medir o volume dos gastos, de quatro grupos de atores vinculados à universidade: (i) os bens de consumo corrente e de investimentos realizados pela instituição, (ii) os gastos em consumo dos membros (professores e funcionários), (iii) os gastos dos alunos de fora da região⁵ e (iv) os gastos dos visitantes de fora da região (ROLIM & KURESKI, 2010, p. 42).

É a partir das orientações teóricas e metodológicas dos *impactos diretos* que repousam as bases de sustentação desse projeto, assim como seus limites e desafios. No entanto, nos distanciaremos quanto aos modelos usados para coleta e tratamento dos dados, ou seja, as metodologias usadas para calcular o volume dos gastos, e a forma de obtenção dos dados⁶. Desta forma, buscaremos adaptar nossos métodos ao que é proposto pelos autores, com base em uma abordagem que se diferencia da tradicional escola da econometria.

Para apreensão do *impacto direto*, não faremos uso dos gastos diretamente realizados pela universidade, ou seja, gastos com salários de professores, funcionários, compras de material e toda a sorte de pagamentos. Trataremos de identificar os gastos realizados diretamente pela

5 Como o objetivo é comparar a atividade econômica atual com a que existiria se a universidade não estivesse presente, os alunos locais não são levados em conta na suposição de que eles não representam uma demanda extra para a região. Já os professores e funcionários são considerados rendas extras na medida em que forem pagos com renda vinda de fora da região. Tal procedimento, além destas hipóteses implícitas, também considera a existência de um mercado de trabalho regional para os membros da universidade de tal sorte que se ela não estivesse na região os seus membros estariam trabalhando em outras regiões.

6 Modelos com multiplicador Keynesiano, Modelos baseados em insumo-produto, outros. ((ROMLIM e SERRA 2010).

“*comunidade acadêmica*”: os gastos de consumo realizados efetivamente pelos professores, servidor-técnicos e terceirizados e alunos de outras localidades na economia local.

A aplicação desse questionário buscou quantificar e qualificar a dimensão econômica da participação da *comunidade acadêmica* e empresarial no tange a realidade local. Especificamente para esse objetivo, foram submetidos aos questionários quatro membros da universidade: (i) professores, (ii) servidores (técnicos e terceirizados), e (iii) alunos de fora da região. Além dos membros do CAHL, os (vi) empresários locais também fizeram parte dessa população.

Devido a necessidade de otimizar o processo de coleta de dados, sem comprometer a confiabilidade do estudo, e as inferências posteriores, foi efetuado um processo de amostragem probabilística aleatória simples⁷ com 95% de confiabilidade. Para o universo total com $N = 2505$, foi aplicado um pré-teste contendo 14 questionários. Com os dados coletados e com o auxílio de um software, foi calculado a média e o desvio padrão das respostas de três itens mais relevantes. A partir desses dados foi dimensionado inicialmente um $n = 62$. Esse “ n ” foi distribuído proporcionalmente aos universos dos 4 grupos supracitados. Encontrou-se então, n_1 (estudantes) = 44; n_2 (professores) = 3; n_3 (técnicos e terceirizados) = 2; n_4 (empresários) = 15. Totalizando um $n_f = 64$ indivíduos⁸.

Sobre a *dimensão econômica*, analisamos os *efeitos diretos* produzidos pelos *gastos realizados pela universidade* com pagamento de professores, servidores, e alunos de fora da região, ou seja, como os *gastos da comunidade acadêmica* podem contribuir para o desenvolvimento local a partir do efeito multiplicador desses recursos na economia. Nesse sentido, identificando e analisando os impactos em uma perspectiva mais restrita no que se refere à amplitude e ao tempo, conhecido como *efeito para trás* (ROLIM e SERRA, 2010).

5. A DIMENSÃO ECONÔMICA DA RELAÇÃO ENTRE UFRB/CAHL E O MUNICÍPIO DA CACHOEIRA

Concentraremos nossos esforços na tentativa de apreensão dos *impactos diretos*, ou seja, a quantificação do volume de gastos realizados por grupos vinculados a universidade na economia local (ROLIM & SERRA, 2010). Para além, buscar uma correlação entre o volume de recursos injetados na economia e suas possíveis contribuições, ou não, para o desenvolvimento econômico do município.

Nessa perspectiva, submetemos à aplicação de questionários a amostra aleatória simples e

7 Procedimento básico da amostragem científica, de onde se originam quase todas as outras variações e técnicas de dimensionamento. (Gil 2011 p. 91). Pode ser aplicado para populações infinitas e finitas a partir dos

$$n = \frac{n_0}{1 + \frac{n_0 - 1}{N}}$$

estimadores respectivos: $n_0 = [(t \cdot s)/e]^2$ e (MUNIZ; ABREU, 1999).

8 Apesar do cálculo amostral contemplar 64 pesquisados, buscamos ampliar a pesquisa para: 98 alunos de fora da região, 10 professores, 15 empresários, 14 servidores.

estratificada⁹ da comunidade acadêmica, formada por: (i) 14 professores, (ii) 98 alunos de fora da região, e (iii) 10 servidores (técnicos e terceirizados); totalizando 122 pesquisados. Tal amostra representa uma população-alvo de (i) 107 professores, (ii) 1.765¹⁰ alunos e (iii) 49 servidores (técnicos e terceirizados); um contingente de aproximadamente 1.921 membros da comunidade acadêmica.

Além de apreender uma estimativa da renda, a pesquisa buscou identificar a média de gastos dos membros da comunidade acadêmica, a partir de diferentes categorias de consumo: (i) gastos com moradia (aluguel e hospedagem), (ii) refeições, (iii) cesta básica, (iv) bares, dentre outros gastos que representam o consumo do dia a dia desses atores.

Tomando como base as orientações citadas acima, a partir de uma amostra representativa, pretendemos identificar os seguintes indicadores: (i) renda média da amostra por categoria; (ii) renda total proporcional da população-alvo; (iii) consumo médio da amostra (iv); o consumo médio total proporcional da população-alvo; e (v) os valores inflacionados das rendas e consumo médios da amostra para os anos de 2006 e 2009, como si ver na tabela abaixo¹¹.

Ano	Renda Média						Total Renda/mensal	Projeção estimada (ano) (renda mensal*12)
	Prof. ^a		Aluno		Serv.			
	Qt	R.M	Qt	R.M	Qt	R.M		
2006	23	4.313	111	587	7	2.031	178.573	2.142.876
2009	87	4.921	658	670	13	2.318	898.863	10.786.356
2016	107	7.643	1.576	1.040	49	3.600	2.633.241	31.598.892

Tabela 01: Distribuição das rendas médias da comunidade acadêmica por categorias: professor, aluno e servidor.
Fonte: elaboração própria (2016)

A tabela 01 mostra a projeção da renda média mensal da comunidade acadêmica por categoria entre os anos de 2006 a 2016. Nesse sentido, a renda média da amostra da categoria professor para o ano de 2016, foi de aproximadamente R\$ 7.643. Para os alunos de fora da região, a renda média no ano de 2016 ficou em R\$ 1.040, e o cálculo para a renda média dos servidores nesse mesmo período foi de R\$ 3.600. Observa-se que, os valores para as rendas médias nos anos de

9 A amostra aleatória simples é aquela que todos os elementos da população têm igual probabilidade de ser selecionados para compor a amostra. Já a estratificação consiste basicamente em segmentar a população em estratos. Os estratos são partes da população que se caracteriza por possuir características homogêneas. A população é segmentada, por exemplo, em sexo masculino e feminino, níveis de renda, faixa etária, nível de escolaridade (MEGLIORINI 2004, p. 25;36)

10 Será deduzida sobre a população-alvo de estudante uma taxa de 9,5% que corresponde ao valor estimado de estudante cachoeiranos sobre esse universo. Haja vista, os estudantes locais não gerarem uma demanda extra, no qua tange a dimensão econômica, eles não poderão fazer parte dessa análise. No entanto, essa amostra participará da análise social.

11. Importante destacar que, a pesquisa não contemplou os gastos realizados pela universidade com bens de consumo e de investimentos, haja vista as condições de escassa informação. Nota-se que, a pesquisa estudou a participação do CHAL na dinâmica socioeconômica da localidade, ou seja, uma parte da totalidade da UFRB. Nesse sentido, observando que a instituição não tem um Centro de custos, não poderíamos saber a fração de gastos realizados pelo CAHL na localidade e, até mesmo, na região.

2006 e 2009 foram submetidos à inflação retroativa tendo como ano base o ano de 2016¹².

A partir do valor estimado da renda média total mensal no ano de 2016, foi possível acharmos o valor total da renda média proporcional da população-alvo para os anos anteriores. Para o ano de 2006, a renda total média mensal inflacionada era de aproximadamente R\$ 178.573. Em 2009, essa renda total foi projetada em aproximadamente R\$ 898.863.

Ano	Consumo Médio						Total	Projeção estimada (ano)
	Professor		Aluno		Serv.			
	Qt	C.M	Qt.	C.M	Qt.	C.M	Consumo/mensal	Consumo médio*12
2006	23	638	111	264	7	644	48.486	581.832
2009	87	728	658	301	13	735	270.949	3.251.388
2016	107	1.131	1.576	468	49	1.141	914.494	10.973.928

Tabela 02: Distribuição dos consumos médios da comunidade acadêmica por categoria: professor, aluno e servidores.

Fonte: Elaboração própria (2016)

Seguindo a mesma metodologia aplicada para o cálculo da renda média, observa-se para o ano de 2016, o consumo médio mensal para a amostra de professores, em R\$ 1.131. Nesse mesmo período, o consumo médio mensal para a amostra dos alunos, ficou em R\$ 468, para os servidores, observamos a média de R\$ 1.141. Nesse sentido, nota-se que, o consumo médio mensal total proporcional, foi observado para cada ano: 2006, R\$ 48.486; 2009, R\$ 270.949; e 2016, R\$ 914.494.

A partir das projeções estimadas, e supondo uma possível linearidade da renda e consumo ao longo dos anos, teríamos, portanto, uma renda média anual total aproximada para o ano de 2006, em R\$ 2.142.876. Em 2009, uma renda aproximada de R\$ 10.786.356, e em 2016, temos uma renda média anual projetada entorno de R\$ 31.598.892. Nesse mesmo sentido, um consumo médio anual estimado em R\$ 581.832, em 2006. No ano de 2009, R\$ 3.251.388, e em 2016, um consumo médio anual para a comunidade acadêmica de, R\$ 10.973.928. Os dados apresentados até agora, assim como sua curva ao longo dos anos, podem ser visualizados no gráfico 01, abaixo.

12. Buscamos projetar as rendas médias para os anos de 2006 e 2009, no sentido de entender o progresso histórico desses valores, e correlacioná-los com os indicadores econômicos do município. Para isso, foi necessário inflacionar a renda média mensal encontrada no ano de 2016, mês de aplicação da pesquisa.

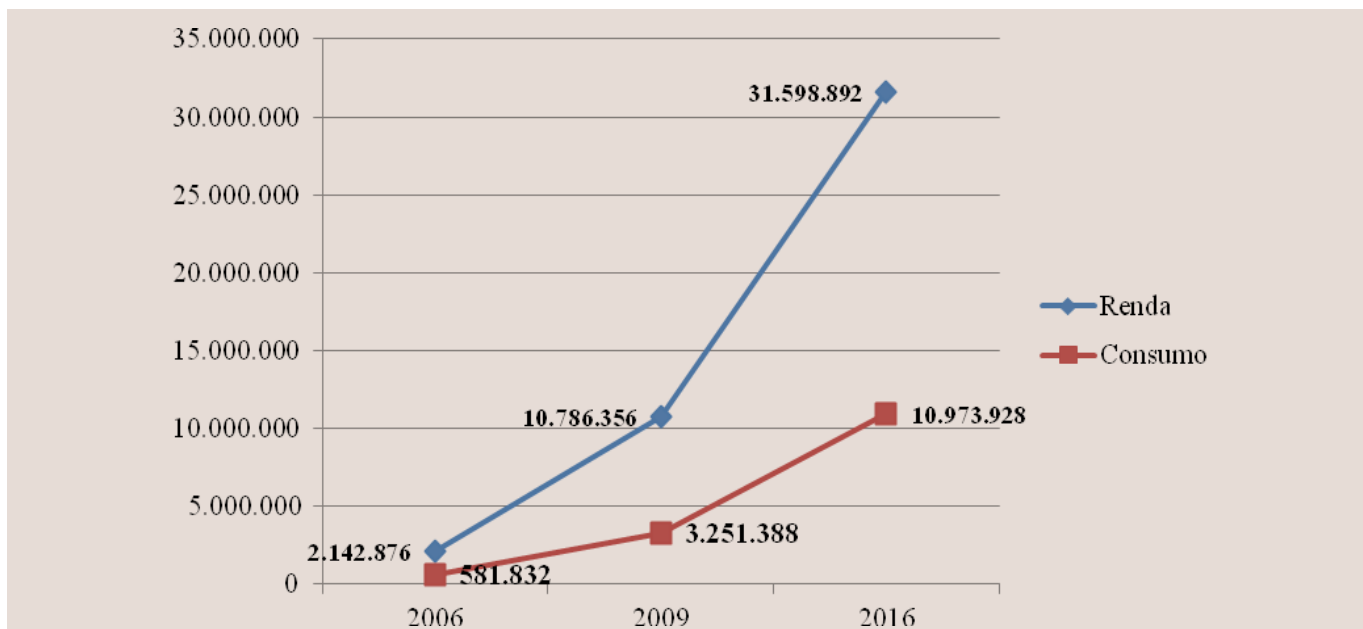


Gráfico 01: Distribuição da Renda e Consumo médio anual da comunidade acadêmica (2006 e 2016)
 Fonte: elaboração própria (2016)

Além de permitir observar o comportamento da curva da variável renda e consumo, o gráfico 01, possibilita entender a relação entre renda e consumo entre o período 2006 a 2016. Estima-se que, em 2006, houve um possível consumo médio anual da comunidade acadêmica no município da Cachoeira, no valor de R\$ 581.832; representando 27% da renda média anual dos membros da universidade. Em 2009, é possível inferir um consumo médio anual entorno de R\$ 3.251.388; que representava 30% da renda da comunidade acadêmica naquele ano. Atualmente, com uma renda média anual estimada em R\$ 31.598.892, e um consumo médio anual de R\$ 10.973.928, os gastos da comunidade acadêmica no município da Cachoeira já representam 35% da parcela dessa renda.

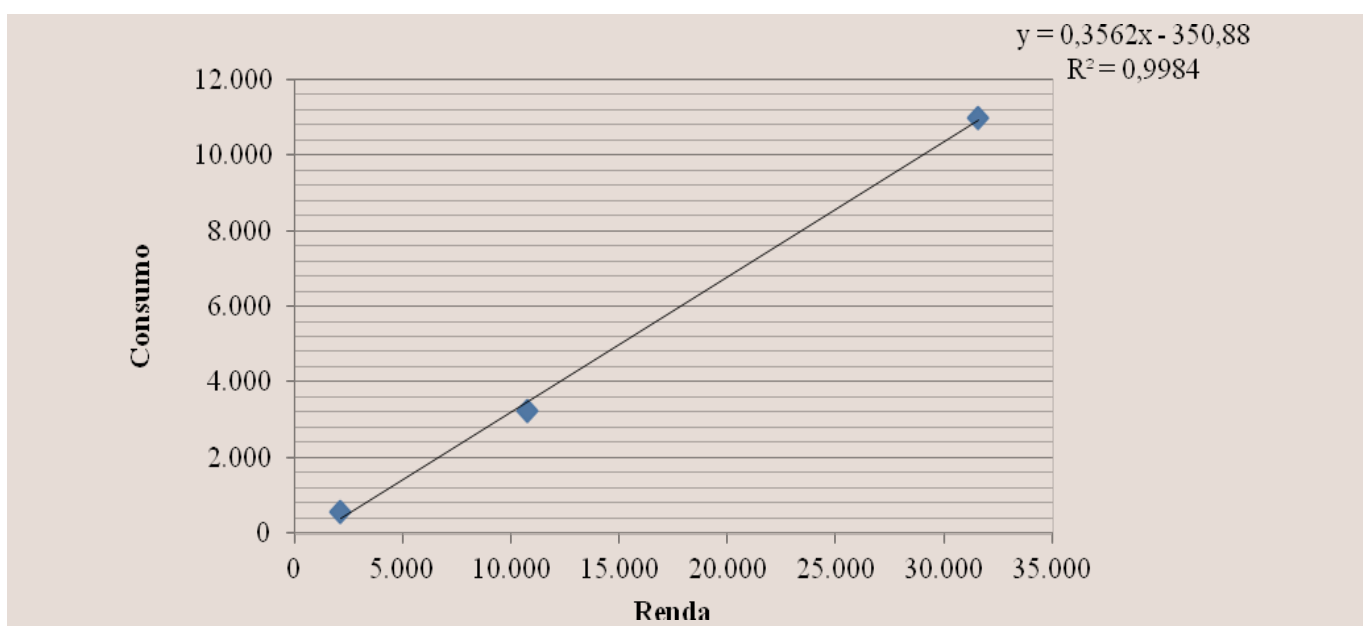


Gráfico 02: Grau de correlação e regressão entre Renda e Consumo da comunidade acadêmica ao longo dos anos entre 2006 e 2016
 Fonte: elaboração própria (2016)

A relação entre as variáveis renda e consumo podem ser melhor entendida a partir do coeficiente de determinação (R^2)¹³. O valor encontrado para R^2 foi 0,9984, indicando que existe forte relação linear entre as variáveis, pois, 99,84% da variação do consumo podem ser explicadas pela variação da variável renda. Desta forma, 0,16% do comportamento do consumo decorre de outras causas, que não seja a renda.

Nossos esforços até aqui, possibilitaram a quantificação do impacto direto produzido pela universidade sobre a economia local. Representando um consumo médio anual de, aproximadamente, R\$ 10.973.928, através da medida do volume dos gastos médios pela comunidade acadêmica. Ademais, foi possível estimar, a partir da renda média mensal dos pesquisados, um valor médio anual proporcional para a população-alvo, em R\$ 31.598.892. Para além, percebemos que parte do consumo médio anual da comunidade acadêmica, representa 35% de sua renda anual.

Os gastos da comunidade acadêmica (professores, servidores e alunos de fora da região) evidenciam a potencialidade econômica da universidade no local. Logo, a universidade é a responsável pelo novo fluxo de renda gerada na localidade, proveniente dos gastos de seus membros. A constatação desse valor irá produzir um impacto indireto na economia, ocasionando um efeito multiplicador dos gastos iniciais refletidos no acréscimo de renda das famílias, do governo, com aumento da arrecadação, e das empresas, com aumento da demanda por novos produtos e serviços (ROLIM E SERRA, 2010, ALVES, 2010, LOPES, 2012).

Nota-se que parte dessa renda parece não ser injetada na economia local. Alves (2010), nos estudos sobre o impacto econômico da UnC/Cni no município de Canoinhas, ressalta, entretanto, que parte dos recursos decorrentes do consumo realizados pela UnC/Cni não são interiorizados pela economia do município, em função dos “vazamentos” que ocorrem devido a produtos provenientes da não produção local, bem como, derivados de importações (ALVES, 2010, p. 116).

Sobre os possíveis vazamentos de renda, Rolim e Kureski (2010), afirmam que tal perspectiva, diminui o efeito multiplicador dos gastos em uma região. As parcelas dos gastos feitos fora da região podem ocorrer em decorrência ao tamanho da região, ou seja, quanto menor uma região, menor será a parcela dos gastos realizados fora e, inversamente, quanto maior, maior a probabilidade dos gastos serem realizados na região.

De posse dessas informações, tentaremos aprofundar a compreensão de parte da relação entre renda e consumo da comunidade acadêmica com a economia local, destacando sua participação em diferentes setores do segmento de serviços. Nesse sentido, propomos: (i) estabelecer uma relação entre o consumo médio anual da comunidade acadêmica, e o setor de serviços¹⁴; (ii) expor dados que evidenciam a participação do consumo da comunidade acadêmica nos diferentes setores do segmento de serviços; (iii) percepção, através dos empresários locais, quais são os possíveis efeitos econômicos produzidos pela universidade no comércio local.

13. O coeficiente de determinação mede o grau de ajustamento da reta de regressão aos dados observados. Indica a proporção da variação total da variável dependente que é explicada pela variação da variável independente.

14. Vale ressaltar que, no capítulo onde propusermos uma tentativa de aproximação entre a UFRB/CAHL e o local, observamos nas análises de variação temporal e nos cálculos das taxas médias de crescimento que, o setor de serviços vem sofrendo uma variação superior ao período que antecede a chegada da universidade conforme o gráfico 03, o que justifica uma busca pela relação entre consumo da comunidade acadêmica e setor de serviços.

Ano	Consumo médio mensal da Comunidade acadêmica por categoria			Total	
	Prof. ^a /Serv. ¹	Consumo médio	Alunos ²	Consumo médio	
2016	90	672	850	386	388.580

1. Nota-se que, sobre o universo de 107 professores e 49 servidores, totalizando 156 da população-alvo, foram aplicados a taxa percentual de 58%, representando aqueles que afirmaram ter gastos com alugueis e hospedagens, resultando em 90 membros dessa da proporcionalidade.

2. Para o calculo sobre o universo dos alunos de fora da região, foi aplicada a mesma metodologia da coluna professores/servidores.

Tabela 03: Consumo médio mensal da comunidade acadêmica com moradias (alugueis e hospedagem) em 2016.
Fonte: elaboração própria (2016)

A tabela acima, sobre o consumo médio mensal da comunidade acadêmica (professores, alunos e servidores), retrata a média mensal de gastos com moradia (alugueis e hospedagem), e o consumo médio mensal total da comunidade acadêmica. Observa-se que, a partir de cada amostra, foi identificado o percentual daqueles que possuem gastos com aluguéis e hospedagens no município, e seus respectivos valores médios. Nesse sentido, 54% dos alunos de fora da região, possuem um gasto médio mensal com aluguéis de, aproximadamente, R\$ 386. Entre professores e servidores essa porcentagem chegou a 58% dos pesquisados, com um valor médio mensal de R\$ 672.

Tendo em vista os valores médios, e a possibilidade de inferências e generalizações a partir da amostra, encontramos a média mensal total de consumo com moradia da comunidade acadêmica, e o valor médio anual para esse gasto. Tal metodologia é possível, pois os valores com aluguéis e hospedagem costumam ser constantes ao longo do ano. Desta forma, temos, respectivamente: R\$ 388.580 por mês, e, aproximadamente, R\$ 4.662.960 por ano. Sobre o consumo com moradia, a participação dos alunos representa 84% desses gastos.

Dando continuidade a análise do consumo da comunidade acadêmica sobre a economia local, destacaremos os gastos referentes ao consumo com: (i) refeições, (ii) cestas básicas, e (iii) bares. No sentido de sintetizarmos a análise dos próximos dados, adotaremos a mesma metodologia de proporcionalidade aplicada na análise dos gastos médios com aluguéis e hospedagem.

Ano	Consumo médio mensal da Comunidade acadêmica por categoria			Total	
	Prof. ^a /Serv.	Consumo médio	Alunos	Consumo médio	
2016	123	244	961	140	164.552

Tabela 04: Consumo médio mensal da comunidade acadêmica com refeições em 2016
Fonte: elaboração própria (2016)

A tabela acima mostra os gastos médios mensais com refeições por categoria (professores/servidores e alunos de fora da região), e o consumo médio mensal total da comunidade acadêmica.

Tomando como referência a metodologia aplicada no cálculo para consumo com aluguéis, notá-se que, o valor total mensal aproximado dos gastos da comunidade acadêmica com refeições é de R\$ 164.552, e sua estimativa de gastos médio anual pode chegar há R\$ 1.974.624. Nota-se a participação percentual dos alunos nos gastos com refeições em 84% do total.

Além do consumo com aluguéis e refeições, a pesquisa contemplou os gastos com cestas básicas e bares. Sobre o consumo com cesta básica, buscaremos através da tabela abaixo, generalizações e inferências sobre seu resultado na economia local.

Ano	Consumo médio mensal da Comunidade acadêmica por categoria				Total
	Profª./Serv.	Consumo médio	Alunos	Consumo médio	Consumo médio
2016	78	476	741	248	220.896

Tabela 05: Consumo médio mensal da comunidade acadêmica com cestas básicas
Fonte: elaboração própria (2016)

A tabela acima permite perceber o consumo médio mensal dos professores/servidores e alunos com cesta básica, respectivamente, R\$ 476,00 e R\$ 248,00 mês, aproximadamente. Já o consumo total médio mensal da comunidade acadêmica com cestas básicas é de R\$ 220.896. A partir desse valor, os gastos médios anuais projetados com cesta básica, podem chegar até R\$ 2.650.752. Logo abaixo, avaliaremos os gastos da comunidade acadêmica com bares de Cachoeira.

Ano	Consumo médio mensal da Comunidade acadêmica por categoria				Total
	Profª./Serv.	Consumo médio	Alunos	Consumo médio	Consumo médio
2016	115	158	835	74	79.960

Tabela 06: Consumo médio mensal da comunidade acadêmica com bares
Fonte: elaboração própria (2016)

Completando a análise dos gastos médios da comunidade acadêmica na economia de Cachoeira, observa-se que o consumo médio dos professores/servidores com bares na localidade é de, aproximadamente, R\$ 158,00/mês. Ao passo em que os alunos de fora da região, que afirmaram consumir nos bares do município, gastam por mês em média, R\$ 74,00. Desta forma, os valores proporcionais dos gastos pela comunidade acadêmica podem chegar a R\$ 79.960, e uma estimativa de anual de R\$ 959.520.

Os dados dos consumos médios anuais demonstrados até agora, correspondem ao valor acumulado de, aproximadamente, R\$ 10.247.856, referente a 93% do total já apresentado (R\$ 10.973.928). Além dos principais gastos citados até agora, foi possível apreender na pesquisa,

gastos com: (i) serviços privados de saúde; (ii) empregadas domésticas/diaristas; (iii) atividades físicas; (iv) estética; e gastos com (v) dependentes. (ver anexos).

O que vem sendo exposto até aqui pode ser melhor observado no gráfico logo abaixo, onde será apresentado uma comparação entre o consumo médio anual total e os gastos por categorias percebidos no local através da comunidade acadêmica.

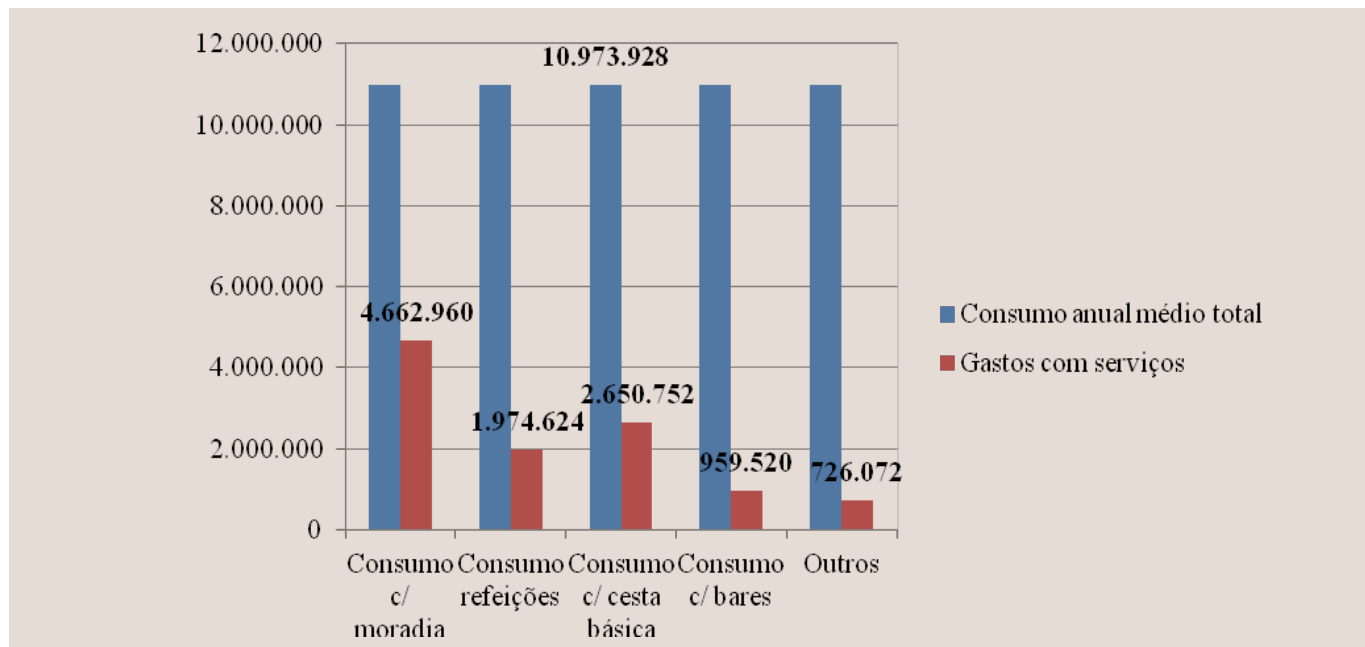


Gráfico 03: Comparação entre o consumo médio anual da comunidade acadêmica e seus gastos por categoria
Fonte: Elaboração própria (2016)

Os dados apresentados revelam o potencial econômico promovido pela universidade na dinâmica Cachoeirana. Lopes (2012) reafirma a importância da universidade no mundo contemporâneo através de diferentes aspectos inerentes às suas atividades. Dentre elas, a formação do capital humano, formação de sistemas nacionais de inovação, a interação universidade-empresa, e seus recursos financeiros movimentados pela necessidade de manutenção de suas atividades. Nesse sentido, quando observamos o gráfico acima, fica evidente o potencial econômico que as atividades universitárias possibilitam quando em seu entorno agrega uma comunidade acadêmica.

O montante de recursos estimados, projetados na economia de Cachoeira, segundo Lopes (2012) produzem impactos variados nos mais diversos setores da economia local, como pode ser observado com os gastos em moradia, refeições, cesta básica, bares, e outros, totalizando uma média de R\$ 10.973.928. Tal constatação evidencia a importância da universidade no âmbito econômico, através de um potencial efeito multiplicador. Nota-se que o mercado imobiliário (gastos com aluguel para moradia e hospedagens), representa 42% do consumo da comunidade acadêmica na economia local. Em seguida, os gastos com cesta básica consomem 24% do consumo médio total, acompanhados por refeições, com 18% dos gastos, bares, 9%, e outros, com 7%.

Complementando o que até agora vem sendo retratado, ou seja, as evidências produzidas pela universidade na dimensão econômica local, iremos expor a percepção do empresariado Cachoeirano, atuante no setor de serviços, sobre os possíveis efeitos produzidos pela universidade na economia. Para isso, foram pesquisadas 12 empresas de diferentes setores do segmento (hotéis, restaurantes, supermercados, delicatessen, academias, dentre outras).

Sobre o tema, Rolim e Serra (2010), assinalam que, além do impacto sobre a renda das famílias e governo local, é possível perceber o efeito multiplicador dos gastos diretos da universidade sobre as empresas com aumento da demanda e concorrência no mercado de compras de fatores de produção (ROLIM e SERRA, 2010, p. 32).

Os valores apresentados no gráfico 08 correspondem ao percentual das respostas dadas as questões colocadas sobre o provável efeito dinamizador produzido pela universidade na economia Cachoeirana. Nesse sentido, buscamos perceber: (i) se houve aumento no faturamento após a chegada da UFRB/CAHL; (ii) se há queda no faturamento em períodos de recesso (férias, greves, e outras paralisações). Buscamos perceber, também, se houve algum tipo de investimento na estrutura da empresa (modernização ou ampliação) para atender o público universitário; (iv) aumento no quadro de funcionários; e (v) se a universidade tem contribuído para o desenvolvimento da cidade.

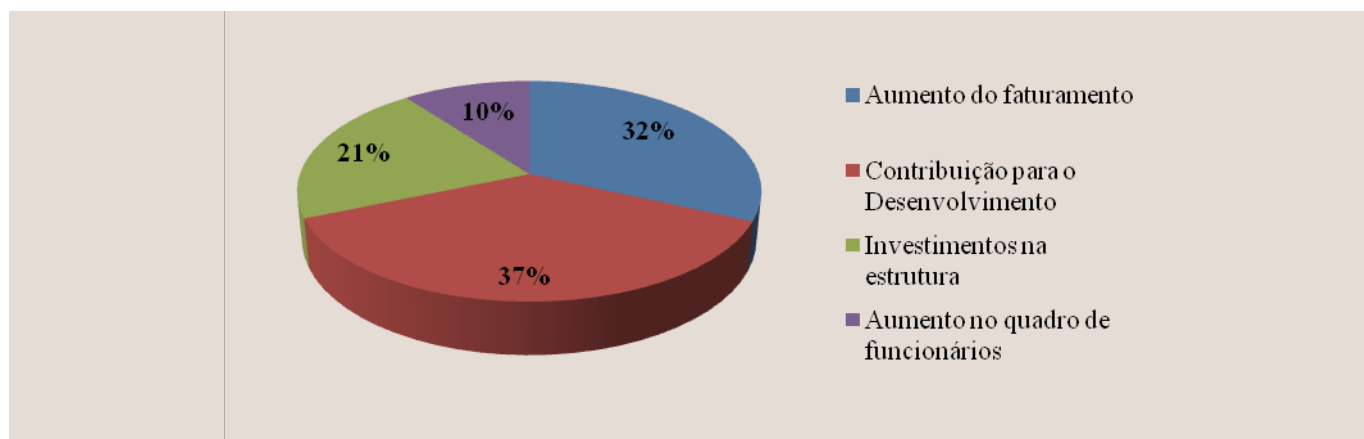


Gráfico 04: Percepção econômica dos empresários do segmento de serviços sobre a universidade
Fonte: Elaboração própria (2016)

O gráfico 04 acima reflete a percepção dos empresários locais sobre os efeitos econômicos produzidos pela universidade em Cachoeira. Entendendo que as rendas e receitas são termômetros para avaliar o desempenho das atividades econômicas, saber se após a chegada da universidade houve aumento no faturamento, pode reafirmar parte da contribuição do CAHL, na economia local. Segundo 80% dos empresários pesquisados, é possível perceber aumento de faturamento após a chegada da universidade.

Quando questionados, se houve aumento no quadro de funcionários para atender as novas demandas do público universitário, nota-se que, 26% dos empresários afirmaram ter contratado novos funcionários. Tal constatação pode sinalizar um possível aumento na oferta de trabalho, ou emprego. Ao mesmo tempo, nota-se que, quando usamos as categorias trabalho ou emprego,

nossa intenção é afirmar que não sabemos a qualidade da relação trabalhista que estar sendo empregada nesse índice de 26%, ou seja, não é possível afirmar se os direitos do trabalhador estão sendo contemplados nessa relação.

Quando questionados sobre se houve algum tipo de investimento em modernização e ampliação de suas empresas em decorrência a chegada da universidade, 48% dos respondentes afirmaram que fizeram investimentos em seus negócios. Ademais, no sentido de ter uma percepção mais geral sobre os prováveis impactos causados pela universidade no local, questionamos aos empresários se a universidade contribui para o desenvolvimento do município. Sobre esse tema, 93% dos empresários entendem que há por parte da universidade algum tipo de cooperação para o desenvolvimento local.

Os dados apresentados até agora revelam parte do potencial da UFRB/CAHL na dinâmica econômica local. Essas novas demandas de consumo injetam na economia uma carga de recursos financeiros que produzirão um efeito multiplicador percebido em parte da cadeia produtiva local. Nesse sentido, só é possível afirmar que a universidade vem contribuindo para o crescimento econômico de Cachoeira.

6. CONCLUSÃO

Percebemos, a partir da pesquisa, que a comunidade acadêmica do CAHL lança sobre a economia de Cachoeira um volume médio anual estimado em R\$ 10.973.928. Apesar de não ter sido possível uma correlação entre PIB e consumo da comunidade, durante os anos de análise (2006, 2009 e 2016), saber que uma universidade pública lança na economia local milhões por ano, justifica a importância do Estado como fomentador do crescimento econômico local.

Apesar de não ser possível atestar um o desenvolvimento econômico, foi observado um crescimento a partir de gastos em diferentes setores do segmento de serviços no município; descartando a possibilidade de concentração da renda em setores específicos. Em destaque, houve gastos com moradia (alugueis e hospedagens), refeições, cesta básica, bares, e outros. Nota-se que o mercado imobiliário (gastos com aluguel para moradia e hospedagens), representa 42% do consumo da comunidade acadêmica na economia local. Em seguida, os gastos com cesta básica consomem 24% do consumo médio total, acompanhados por refeições, com 18% dos gastos, bares, 9%, e outros, com 7%.

Além de tentarmos apreender os gastos realizados pela comunidade acadêmica na economia local, foi possível perceber seu impacto a partir das observações feitas pelos empresários locais. Em linhas gerais, sua grande maioria entende que a universidade tem contribuído para o desenvolvimento do município. Dentre as afirmações feitas pelos empresários, observa-se que 26% desses, afirmaram ter feito novas contratações após a chegada da universidade. A geração de trabalho, ou emprego, reflete a participação da universidade na dimensão econômica local.

É possível, a partir dos dados expostos, afirmar que a universidade parece contribuir com as condições necessárias, porém, não suficientes, para o desenvolvimento econômico. Porém, tendo em vista que o crescimento econômico é condição *sine qua non* para a promoção do desenvolvimento, a UFRB/CAHL, vem lançando sobre a estrutura econômica de Cachoeira, novos recursos financeiros que devem produzir efeito multiplicador, resultando nos impactos sobre a renda de empresas, famílias e governo. Ademais, nossa análise em capítulos anteriores, sinalizou um crescimento do PIB Cachoeirano a uma taxa média anual de 11%; garantindo as bases necessárias para o desenvolvimento econômico.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. A. B. **Impacto Socioeconômico da Universidade numa visão da economia do conhecimento: Estudo de caso do campus Canoinhas da Universidade do Contestado UnC.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade do Contestado, Canoinhas, 2010.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)** /Walter Fraga Filho. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

LOPES, Roberto Paulo Machado. **Universidade, externalidades e desenvolvimento regional: As dimensões socioeconômicas da expansão do ensino superior em Vitória da Conquista.** 2012. Tese (Doutorado em Geografia, Planificação Territorial e Gestão Ambiental). Universidade de Barcelona, 1998.

MARCELIN, Louis H. 1996. **A Invenção da Família Afro-Americana: Família, Parentesco e Domesticidade entre Os Negros do Recôncavo da Bahia.** Tese de Doutorado. PPGAS, Museu Nacional. Rio de Janeiro: UFRJ.

MENEZES-FILHO, Naércio; MARCONDES, Renato L.; PAZELLO, Elaine T.; SCORZAFAVE, Luiz G. **Instituições e diferenças de renda entre os estados brasileiros: uma análise histórica.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34, 2006. Salvador.

MORAES, F. F. de **Universidade, inovação e impacto socioeconômico. Perspectivas** [on line], São Paulo, v.14, n.3, jul/set 2000, p.8-11. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392000000300003&lng=en&nrm=iso> Acessado em: 10 de janeiro de 2016.

MUNIZ, J. A.; ABREU, A. R. de. **Técnicas de Amostragem.** Lavras: UFLA/FAEPE, 1999. p. 33.

PESQUISA OPERACIONAL PARA DECISÃO EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO: CONTABILOMETRIA/Luiz J. Corrar, Carlos Renato Theóphilo, (coordenadores). – São Paulo: Atlas, 2004.

ROLIM, Cássio Frederico Camargo. **Universidade e desenvolvimento regional: o apoio das instituições de ensino superior ao desenvolvimento regional.**/Cássio Fredico Camargo Rolim, Maurício Aguiar Serra./ 1ª ed. (ano 2009), 1ª reimpr./Curitiba: juruá, 2010.

ROLIM, C. & Kureski,R. (2006) Impacto **Econômico de Curto Prazo das Universidades Estaduais Paranaenses.** Curitiba. Relatório de Pesquisa realizada para a Secretaria e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do estado do Paraná.

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 –
Capoeiruçu - CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

Revista Formadores
VI Congresso Científico
Novas Trilhas Para Novos Rumos

O USO DO MODELO CFROI NA AVALIAÇÃO DAS EMPRESAS DO SETOR DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

RESUMO

O estudo acerca da Avaliação de empresa tem o propósito de prover investidores de informações que os conduzam a tomada de decisões sobre investimentos de modo que os valores estimados não sejam inferiores ao valor real da empresa, gerando assim, expropriação do patrimônio do investidor. Dentre os modelos disponíveis para avaliação de empresas, existe o modelo CFROI que permite estimar o valor da empresa. O objetivo desta pesquisa é comparar os valores estimados pelo modelo CFROI, descrito por Damodaran (2001), e os respectivos valores de mercado das empresas do setor de transmissão de energia elétrica listadas na BM&F Bovespa. A fim de alcançar o objetivo, foi realizada uma pesquisa exploratória, bibliográfica e documental, visando obter informações contábeis e financeiras das empresas do setor de transmissão de energia elétrica, definições de avaliação de empresas e, sobretudo, do Modelo CFROI, além de testes estatísticos teste Kolmogorov-Smirnov – K S e teste de Wilcoxon. A amostra desta investigação envolve os exercícios 2007 a 2016, sendo que as Demonstrações Contábeis das empresas observadas foram obtidas através da Economática. As evidências empíricas deste estudo indicam que as diferenças entre os valores estimados pelo modelo CFROI e os valores de mercado das empresas estudadas não foram estatisticamente significativos. Assim sendo, a hipótese inicial de que não há diferenças entre o valor de mercado calculado a partir do CFROI com

PALAVRAS-CHAVE:

Avaliação de empresas. Fluxo de Caixa sobre investimentos. CFROI. Setor de transmissão de energia elétrica. Valor de Mercado.

FILHO, Mário Cezar Lopes Ferreira. O Uso do Modelo CFROI na Avaliação das Empresas do Setor de Transmissão de Energia Elétrica. *Revista Formadores - Vivências e Estudos, Cachoeira - Bahia, v. 12, n. 3, p. 76 - 95, mai, 2019.*

o valor de mercado obtido a partir do preço das ações foi aceita. Sugere-se que realizar novas pesquisas em outros setores visando ampliar a discussão e contribuir para o estado da arte deste tema.

1. INTRODUÇÃO

Avaliação de empresas é um tema amplamente discutido e tem o objetivo de proporcionar fundamentação teórica para modelos que forneçam aos investidores uma avaliação justa do valor da empresa considerando seus resultados futuros esperados e o risco envolvido. A premissa da avaliação é que o preço estabelecido não seja superior ao real valor da empresa.

Martins (2006) observa que existem diversos modelos que podem ser utilizados para basear a avaliação de uma empresa. Cerbasi (2003) acrescenta que a decisão de se optar por um determinado método em detrimento de outro geralmente se baseia em limitações das informações disponíveis ou instrumentos de avaliação. Alguns métodos utilizam dados estatísticos, sendo assim mais célere, outros demandam informações mais amplas da empresa. Independentemente do método adotado, sabe-se que o valor da empresa é maximizado quando o retorno sobre o capital investido supera o custo do capital. Segundo Assaf Neto (2009) uma empresa cria valor ao acionista quando o resultado gerado é superior ao custo de oportunidade do investimento realizado.

Dentre várias medidas de criação de valor da empresa existe o Cash Flow Return On Investment (CFROI), que foi criado pela Callard, Madden & Associates e comercializado pelas empresas de consultoria e finanças Holt Value Associates e Boston Consulting Group. Segundo Damodaran (2004), o CFROI mensura a taxa interna de retorno nos projetos realizados por uma empresa. Segundo Martins et al (2011), o CFROI surgiu com o objetivo de mensurar o desempenho da companhia de forma simples e perceptível pelos acionistas, possibilitando o acompanhamento do crescimento do valor da companhia.

Cunha et al (2014) argumenta que a avaliação de empresas em países emergentes como o Brasil é ainda mais desafiadora pois envolve diversas variáveis, tais como interferência governamental, incertezas da economia, volatilidade da taxa de juros e aumento da competitividade. Copeland, Koller e Murrin (2001) citam empresas do setor de siderurgia, de transportes aéreos, de papel e celulose e químico como desafiadoras neste processo por apresentar lucros flutuantes por ano, implicando em volatilidade no preço das ações.

Diante deste cenário, Martins, Paulo e Silva (2011) realizou um estudo comparando o valor estimado pelo modelo CFROI e os respectivos valores de mercado das companhias do segmento de siderurgia listadas na BM&F entre os anos de 2000 a 2009. O resultado da pesquisa demonstrou que o modelo CFROI não foi capaz de apurar com consistência o valor de mercado das empresas. Castro (2014) aplicou a mesma pesquisa no setor de papel e celulose entre os anos de 2003 a

2012 e identificou que não existe relação entre os valores da empresa obtidos através do CFROI e os valores de mercado da mesma. A autora ressalta que o resultado pode ter sido influenciado por fatores qualitativos que não foram levados em consideração na pesquisa e sugere que novas pesquisas em outros setores sejam realizadas a fim de averiguar a aplicabilidade do modelo realizado à brasileira. Em contraponto, Damodaran (2005) defende que o modelo CFROI possui forte correlação com o valor de mercado da empresa

Considerando que o setor elétrico possui grande número de empresas com negociação de ativos na bolsa de valores, fato que contribui para consistência do estudo, este foi o setor escolhido para aplicação da pesquisa.

Em face do exposto, surge o seguinte problema de pesquisa: **Os valores estimados pelo modelo CFROI para as companhias abertas brasileiras do ramo de Energia Elétrica do setor transmissão são capazes de predizer os valores de mercado dessas firmas?**

Assim, tem-se como objetivo comparar os valores estimados pelo modelo CFROI e os respectivos valores de mercado para as empresas do setor de transmissão de energia elétrica listadas na BM&F Bovespa. A hipótese da pesquisa é que não há diferenças entre o valor de mercado calculado a partir do CFROI com o valor de mercado obtido a partir do preço das ações.

Para esta investigação foi elaborado um estudo exploratório, utilizando informações contábeis disponíveis de 04 empresas do setor de transmissão de energia elétrica durante o período de 2007 a 2016.

A pesquisa é dividida em 5 partes, incluindo a introdução, o referencial teórico abordando setor de energia elétrica no Brasil, avaliação de empresas e o modelo CFROI, a metodologia adotada, os resultados obtidos através da aplicação do modelo nas empresas investigadas e a conclusão do estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SETOR DE ENERGIA NO BRASIL

A energia elétrica é consumida através de condutores metálicos. A energia elétrica é produzida em uma centrada geradora de grande porte e transportada por meio de fios aos consumidores finais. Esse é o sistema clássico e atual, que subdivide a indústria de energia elétrica em Geração, Transmissão e Distribuição e Comercialização.

A geração é o segmento responsável por produzir energia elétrica. Assim como uma fábrica, ela produz e injeta nos sistemas de transmissão e distribuição para o consumidor final.

O segmento de transmissão tem o objetivo de transportar grandes quantidades de energia

oriundas das usinas geradoras. No Brasil, este segmento é caracterizado por operar linhas em tensão superior a 230 mil Volts. O segmento de distribuição, por sua vez, é aquele que recebe a energia elétrica do sistema de transmissão e distribui para os consumidores finais (médios e pequenos). É possível classificar o segmento de transmissão como atacado e o segmento de distribuição como varejo.

O segmento de comercialização é recente no Brasil e no mundo. Para os pequenos consumidores a comercialização é feita pela distribuidora. Para os demais, é possível adquirir energia elétrica no Mercado Livre.

A indústria de energia elétrica historicamente foi marcada por possuir uma única instituição estatal responsável por todo processo até a comercialização junto ao consumidor final. O processo de privatização das empresas de distribuição de energia elétrica teve início com a lei 8.987, de 14 de fevereiro de 1995, conhecida como Lei de Concessões dos Serviços Públicos. Em 1996, foi criada a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), visando regular o setor. Neste processo, 23 empresas de energia elétrica foram privatizadas.

Esta reformulação não foi exclusiva do Brasil, o setor elétrico mundial também passava por reformas estruturais no que tange à operação fortemente influenciada pela ideia do estado mínimo, em que predominava o conceito de livre concorrência.

2.2 O MODELO CFROI

Este modelo foi criado pela Callard, Madden & Associates no final da década de 1960 e somente no meado da década de 1980 foi comercializado pela HOLT Value Associates e Boston Consulting Group (BCG). São empresas internacionais de consultoria financeira, especializadas em avaliação de empresa - valuation.

O CFROI é uma taxa de retorno da empresa que considera todos os seus projetos existentes e busca demonstrar a capacidade dos investimentos gerarem Fluxo de Caixa Operacional – FCO.

Para Lopes, Moura e Matos (2003) é um modelo de avaliação de empresa que busca determinar a rentabilidade (Fluxo de Caixa Operacional) gerada pelos Ativos de uma companhia. Representando assim, a Taxa Interna de Retorno – TIR dos fluxos de caixa ajustados à inflação.

Assaf Neto (2007) define o CFROI como uma forma de medir o desempenho operacional, sob a perspectiva econômica, através da taxa média de retorno de um investimento. O modelo se baseia no entendimento de que o CFROI corresponde à TIR da empresa como se ela fosse um único projeto de investimento.

Segundo BCG apud Oliveira et al (2005), o CFROI representa o fluxo de caixa sustentável gerado por uma empresa em determinado ano como uma porcentagem do caixa investidos nos ativos da empresa.

Damodaran (2009) defende que há diferenças entre o CFROI e a Taxa Interna de Retorno – TIR. Enquanto a TIR é baseada em fluxos de caixas do projeto não constantes, para o CFROI os fluxos de caixas reais não são constantes. Ressalta-se ainda que a TIR é baseada em fluxos de caixa crescentes futuros e o CFROI busca reconstruir um ativo ou projeto a través dos fluxos de caixas realizados e que ainda se realizarão. Lopes, Moura e Matos (2003) apresenta algumas vantagens e desvantagens:

Quadro 1 – Vantagens e desvantagens do modelo CFROI

Vantagens
<ul style="list-style-type: none"> • O CFROI oferece uma avaliação sobre investimentos corrigidos (em moeda constante), porque o retorno é fixado em termos reais; • Utiliza tanto os fluxos de caixa que já ocorreram quanto os fluxos de caixa projetados; • Permite reservar uma anuidade para cobrir o custo previsto de reposição do ativo ao fim da vida útil do projeto. • Converte os lucros contábeis em fluxos de caixa (caixa gerado antes dos investimentos de capital • Lida com o caixa total investido em um negócio para produzir aqueles fluxos de caixa em vez de lidar com valores de livro depreciados; e • Reconhece o período de vida sobre o qual os ativos produzirão os fluxos de caixa
Desvantagens
<ul style="list-style-type: none"> • O CFROI parte do princípio de que os fluxos de caixa reais dos ativos não aumentam com o tempo. Isso pode ser uma desvantagem para o retorno de projetos que apresentem crescimento real; • É difícil de ser utilizado como um avaliador de desempenho, porque um alto CFROI pode ser bom ou ruim. Dessa forma, o método deverá refletir o risco associado ao investimento de capital da empresa.

O CFROI corresponde à razão entre o Fluxo de Caixa Operacional – FCO – e o total de Investimento da companhia. O FCO é identificado a partir da dedução dos custos e despesas operacionais desembolsáveis pelas Receitas, resultando no Ebitda (earnings before interest tax depreciation and amortization) e, em seguida, dedução do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Assim sendo, tem-se: Receitas – custos e despesas operacionais – IR/CSLL. O Fluxo de Caixa Operacional corresponde à capacidade de geração de Caixa da empresa oriundo exclusivamente da sua operação.

Considerando que o investimento do negócio corresponde ao total investido e não ao valor dos investimentos após depreciação ou amortização, os Ativos serão utilizados na perspectiva de valores brutos. Quando um investidor quer avaliar o retorno de seu investimento, ele não deprecia. A avaliação será feita com base nos valores monetários brutos. Caso o valor considerado fosse após a depreciação, a taxa de retorno, apesar de aumentada, não estaria refletindo a real

expectativa de informação do investidor.

Matematicamente, a mensuração do CFROI é feita da seguinte forma:

(+) Receita base

(-) Custos/Despesas Operacionais base

(=) Fluxo de caixa Operacional

(/) Investimentos em Ativos

(x) 100

(=) CFROI (%)

1.4 AVALIAÇÃO DE EMPRESA

Os termos preço e valor muitas vezes são utilizados na linguagem comum como sinônimos. Segundo HOUAISS et al (2003), valor é o preço, medida de importância, qualidade que torna algo ou alguém estimável, validade, utilidade, préstimo.

O paradoxo da água e diamante ajuda a compreender a diferença entre preço e valor, pois embora a água seja imprescindível para sobrevivência e bem-estar humano, seu preço é muito inferior ao preço de um diamante. Isto pode ser explicado pelo conceito de utilidade (benefício) marginal que esclarece; o benefício marginal e a utilidade de algo que se tenha em abundância é muito pequeno. Como a quantidade de água ainda é abundante e os diamantes são raros, o benefício marginal do diamante é bem maior. Assim, é possível concluir que o preço depende de variáveis de mercado, enquanto que valor está vinculado a definições subjetivas e das necessidades e preferências de cada pessoa.

Os Ativos são adquiridos com a expectativa de geração de benefícios futuros. No caso de um negócio não é diferente. Espera-se continuidade operacional e geração de lucros futuros. Contudo, embora pareça simples, prever a capacidade de geração de benefícios econômicos é um processo complexo.

Avaliação ou valoração de empresas é muito conhecido pelo termo em inglês *Valuation*. Existem muitos modelos estabelecidos pela Teoria das Finanças que se propõem à realização a avaliação de empresas. No entanto, observa-se que há diferenças entre cada uma das formas de avaliação

Segundo Assaf Neto (2012), a avaliação de empresas é uma tarefa complexa que não se processa por meio dos fundamentos de uma ciência exata, não permitindo, portanto, a comprovação absoluta dos resultados encontrados. Os fatores considerados na avaliação estão calcados em premissas e hipóteses comportamentais e constituem-se em aproximações bastante razoáveis

da realidade, incorporando certa margem de arbítrio trazida pelo avaliador

Cunha et al (2014, p 2) acrescenta:

São muitos os propósitos da avaliação de empresas, mas qualquer que seja ele, a busca do valor intrínseco da empresa é o alvo do avaliador, porém não se tem acesso a todas as informações disponíveis, tampouco um modelo de avaliação perfeito; deve-se analisar, por isso, se as avaliações com as informações disponíveis no momento e com o modelo existente proveem uma aproximação desse valor.

Um dos objetivos da avaliação de empresas é estabelecer o “valor justo” que demonstre o potencial da empresa em gerar resultados futuros. Segundo Martelanc et al (2005), uma das principais funções da avaliação de empresas é fornecer referência de valor da empresa para fundamentar negociações de fusões e aquisições. Os autores realizaram uma pesquisa com 29 profissionais que atuam nas áreas de fusões e aquisições e *private equities* dos principais bancos de investimento e consultorias financeiras atuantes no Brasil. A figura a seguir demonstra as principais finalidades da avaliação de empresa de acordo com a percepção dos entrevistados.

Finalidade	Respostas	
Assessoria em fusões e aquisições	23	22,1%
Assessoria de compra e venda de participações minoritárias	20	19,2%
Abertura e fechamento de capital	11	10,6%
Liquidação judicial	2	1,9%
Reestruturação da empresa		53,8%
Análise de parcerias e joint ventures	19	18,3%
Análise de viabilidade de projetos de investimento	14	13,5%
Financiamento, crédito e emissão de debêntures	3	2,9%
Investimento e financiamento		34,6%
Análise de gestão de valor	5	4,8%
Planejamento fiscal	1	1,0%
Gestão da empresa		5,8%
Determinação de preço de compra e venda de ações	6	5,8%
Mercado secundário		5,8%
TOTAL (mais de uma resposta por respondente)	104	100,0%

Tabela 1 – Principais finalidades das avaliações de empresas

Fonte: VIII SEMEAD FEA-USP (2005) apud MARTELANC et al

Martelanc et al (2005) demonstra que os principais métodos de avaliação de empresa são: 1. Contábil/patrimonial; 2. Valor de liquidação; 3. Múltiplos ou Avaliação Relativa; 4. Fluxo de Caixa descontado – FCD; 5. Economic Value Added –EVA; 6. Opções reais. Segundo os autores, os entrevistados têm preferência pelo método Fluxo de Caixa Descontado (FCD), que é seguido pelo método Múltiplos ou Avaliação Relativa.

Damodaran (2010) classifica os modelos em três abordagens para avaliação: 1. Avaliação de fluxo de caixa descontado – este modelo relaciona o valor de um ativo com a expectativa de fluxos de

caixa futuros em valor presente relativos àquele ativo descontados por uma taxa de desconto; 2. Avaliação relativa – estima o valor de um ativo com base na precificação de ativos “comparáveis” relativamente a uma variável comum, como lucros, fluxos de caixa, valor contábil ou vendas; 3. Avaliação de direitos contingentes – o valor de ativos é alcançado através de modelos de precificação de opções. O autor acrescenta que não há modelo melhor. A escolha do modelo dependerá das características do ativo ou da empresa avaliada.

Copeland et al (1994) enfatizam a avaliação pelo método do fluxo de caixa descontado e citam alguns indicadores que podem ser utilizados para este fim: lucro por ação, retorno sobre o patrimônio líquido e o valor de mercado adicionado (Market Value Added – MVA) definido como margem (spread) entre o retorno e o custo sobre o capital investido.

3. METODOLOGIA

A classificação da pesquisa depende do critério adotado. Sendo assim, segundo GIL (2002), quanto aos objetivos, a pesquisa pode ser classificada de exploratória, visto que são aquelas cujo objetivo é proporcionar maior familiaridade com o problema, visando torná-lo mais explícito.

Ainda na busca pela classificação desta pesquisa, é possível fazê-la segundo os procedimentos técnicos utilizados. Neste caso, esta pesquisa pode ser classificada como bibliográfica, uma vez que foi desenvolvida com base em livros e artigos científicos. Mas também como pesquisa documental, considerando que foram utilizados os demonstrativos contábeis das empresas analisadas.

No que se refere à abordagem metodológica, tem-se uma pesquisa quantitativa, visto que foram coletados dados, organizados, tabulados, mensurados submetidos a técnicas estatísticas.

3.1 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

Na pesquisa, foram consultadas diversas literaturas sobre o assunto, tais como livros e artigos científicos a fim de viabilizar a fundamentação teórica deste estudo. Segundo Marconi e Lakatos (1992), pesquisa bibliográfica refere-se ao levantamento de publicações realizado em livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Gil (2002) acrescenta que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Para desenvolvimento da pesquisa, foram selecionadas companhias abertas do setor de transmissão de energia elétrica. Neste setor foram encontradas 18 empresas, distribuídas

em diversos segmentos na Bovespa. Por este motivo, e com o objetivo de favorecer a homogeneidade, foram escolhidas pela análise apenas aquelas registradas no Novo Mercado, recortando, portanto, 04 empresas, conforme tabela 2.

Empresa	Sigla	Segmento
Companhia Paulista de Força e Luz S.A.	CPFL ENERGIA	NM
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	ENERGIAS BR	NM
EQUATORIAL ENERGIA S.A.	EQUATORIAL	NM
LIGHT S.A.	LIGHT S/A	NM

Tabela 2 - Companhias do Segmento Setor Elétrico do segmento de transmissão listada na Bovespa no nível de governança Novo Mercado
Fonte: Elaborada pelo autor

O período para coleta e análise dos dados foram os anos de 2007 a 2016. Para obtenção das informações contábeis e financeiras, foi utilizado o sistema Economática.

3.2 CÁLCULO DO CFROI

Inicialmente, foi calculado o CFROI de cada companhia escolhida na amostra para posterior comparação com o valor de mercado da firma.

Segundo Damodaran (2001) o cálculo do CFROI é feito da seguinte forma:

1. Calcular do Investimento bruto (IB) – Corresponde ao total de Ativos Brutos. Para isso será necessário a adição dos valores das depreciações e dos ajustes de inflação ao valor contábil.

Investimento em capital fixo (liquido)

(+) Depreciação Acumulada

(+) Investimento em capital de Giro

(=) Investimento Bruto

2. Calcular do fluxo de Caixa Operacional – FCO – Corresponde ao potencial de geração de caixa operacional líquidos de imposto de renda e contribuição social:

Resultado Operacional Bruto

(-) IR sobre Resultado Operacional

(=) Resultado Operacional Líquido

(+) Depreciação Anual

(=) Fluxo de Caixa Operacional Líquido

3. Calcular Vida útil estimada (n) – Refere-se a vida útil média dos investimentos realizados pela companhia. Para isso, sugere-se estabelecer através da razão entre o Investimento Total Bruto pela Depreciação do período

$$N = \frac{\text{Investimento Total Bruto}}{\text{Depreciação do Exercício}}$$

4. Calcular Valor Residual (VR) - corresponde ao valor total dos investimentos que não sofrem depreciação, amortização ou exaustão, a exemplo terrenos, construção em andamento, investimentos em capital de Giro líquido e etc.

Itens com seus respectivos valores residuais

(=) Valor Residual Esperado dos Ativos

Diante disso, é possível encontrar o valor o CFROI a partir da seguinte expressão:

$$IB = \frac{FCO}{(1 + CFROI)} + \frac{FCO}{(1 + CFROI)^2} + \dots + \frac{FCO + VR}{(1 + CFROI)^n}$$

3.3 ESTIMAÇÃO DE VALOR PELO MODELO CFROI

Conforme abordagem Martins, Paulo e Silva (2011), a estimativa do valor de mercado tomando por base o CFROI será alcançada a partir da seguinte expressão:

$$\text{Valor da Empresa} = \frac{(CFROI \times IB - DA) \times (1 - T) = (DC - DA) - \Delta CG}{(K - gn)}$$

Onde:

CFROI é o fluxo de caixa do retorno dos investimentos;

IB é o investimento bruto (capital investido a preços correntes);

DA é a depreciação e a amortização (acumuladas);

T é a taxa de impostos sobre o lucro;

DC é a despesa de capital (investimento bruto em ativo fixo);

ΔCG é a variação do capital de giro;

K é o custo médio ponderado de capital e,

n é a taxa de crescimento estável.

Martins, Paulo e Silva (2011) apresentam uma alternativa para mensuração do CFROI:

$$\frac{FCB - DE}{IB}$$

Onde:

FCB é o fluxo de caixa operacional bruto

DE é a depreciação econômica; e,

IB é o Investimento Bruto

Antes é necessário calcular a Depreciação econômica e o Custo Médio Ponderado de Capital através das seguintes fórmulas:

$$\text{Depreciação econômica} = \frac{\text{Custo de reposição Corrente} \times K}{\{(1+K)^n - 1\}}$$

$$\text{Custo médio ponderado de capital (K)} = \frac{E}{E+D} \times K_e + \frac{D}{E+D} \times K_d$$

$$\text{Custo do Capital Próprio (} K_e \text{)} = R_f + \beta \times (R_m - R_f)$$

$$\text{Custo do Capital de Terceiros (} K_d \text{)} = \frac{R_f + [Dx(1-T)] \times (K_e - R_f)}{[E + Dx(1-T)]}$$

Onde:

Custo de reposição corrente corresponde à diferença entre o Investimento Bruto (IB) e o Valor Residual (VR);

K é o custo médio ponderado de capital;

n é a expectativa de vida dos ativos.

R_f é o retorno livre de risco, representado pela Selic acumulada para cada ano;

β é o risco inerente à empresa. Como os dados utilizados na análise são passados, foram utilizados os próprios betas das empresas em relação ao Ibovespa;

R_m é o retorno do mercado, representado pelo retorno acumulado do Índice Bovespa (Ibovespa) para cada ano;

D é o valor total do capital de terceiros;

E é o valor total do capital próprio; e,

T é a taxa de impostos sobre o lucro

1.4 TRATAMENTO ECONOMETRICO

O teste de Kolmogorov-Smirnov (K-S) avalia a aderência, isto é, avalia o nível de concordância entre a distribuição de uma série de valores amostrais. O objetivo é testar se os valores da amostra têm probabilidade de pertencer a uma suposta distribuição teórica. Este teste avalia as distribuições acumuladas comparando a distribuição de frequências acumuladas, que deveria ocorrer sob a suposta distribuição, com distribuição de frequências acumuladas dos valores constantes na amostra. Bruni (2012) acrescenta uma estatística Z, que é calculada observando

as funções de distribuição cumulativa teórica e a observada, e, a partir delas, identifica-se as diferenças em valor absoluto.

Segundo Bruni (2012), o Teste de Wilcoxon é um teste não paramétrico considerado como evolução do teste de sinais e permite considerar a magnitude da diferença de cada par de variáveis. Além de analisar o sinal das diferenças, este teste também ordena as diferenças.

4. ANÁLISE DE RESULTADO

4.1. ANÁLISE DA CRIAÇÃO DE VALOR ATRAVÉS DO MODELO CFROI

A criação de valor é alcançada quando o CFROI é superior ao custo médio ponderado de capital (WACC). A partir dos resultados, foi possível concluir que as empresas conseguiram criar valor na maioria dos anos estudados. Dentre as 40 observações, foi possível notar apenas 14 eventos de empresas que destruíram valor. Nota-se também que estes eventos se concentraram nos anos 2007, 2009, 2012 e 2016, sendo que em 2007 e 2016 todas as empresas destruíram valor, em função da negativa combinação de significativo aumento no custo médio ponderado de capital e redução do retorno sobre os investimentos (CFROI). Embora o retorno sobre os investimentos tenha oscilado muito entre as empresas e ao longo dos anos, para cada uma delas, a mediana demonstrou resultados próximos entre elas considerando o período estudado: a mediana do CFROI nos 10 anos foi 10% para EnergiasBR, 10% da CPFL, 8% Equatorial e 7% Light. Neste cenário, a Equatorial foi a empresa que alcançou maior retorno: 20% em 2007 e a Light apresentou menor retorno: 1% em 2016.

A análise da EnergiasBR demonstra que os primeiros 3 anos do período analisado foram melhores para empresa no que tange ao retorno sobre os investimentos (CFROI), tendo uma queda nos 4 anos seguintes. Os 3 anos mais recentes estão instáveis. O maior retorno (CFROI) do período foi 13% em 2008, 2009 e 2015 enquanto que o maior custo médio ponderado de capital (WACC) foi de 33% em 2009.

A empresa CPFL apresentou seu maior retorno de investimentos (CFROI) em 2007 (16%) e tem mantido uma média de 11%. De igual modo, este foi um dos anos de maior custo médio ponderado de capital (WACC), equivalente a 29%, seguido do ano 2009.

A tabela 3 apresenta o custo médio ponderado de capital (K) e o CFROI das empresas analisadas por ano.

Ano	EnergiasBR			CPFL		
	K	CFROI	Criação de Valor	K	CFROI	Criação de Valor
2007	29%	11%	Não	29%	16%	Não
2008	-8%	13%	Sim	-12%	11%	Sim
2009	33%	13%	Não	29%	9%	Não
2010	4%	8%	Sim	3%	10%	Sim
2011	4%	8%	Sim	1%	12%	Sim
2012	7%	6%	Não	7%	10%	Sim
2013	-3%	6%	Sim	-3%	10%	Sim
2014	4%	12%	Sim	3%	10%	Sim
2015	1%	13%	Sim	-3%	10%	Sim
2016	25%	7%	Não	26%	8%	Não

Tabela 3 – Custo médio ponderado de capital (K) e o CFROI das empresas EnergiasBR e CPFL

Fonte: Elaborada pelo autor

A empresa Equatorial demonstra um declínio (20% em 2007) do retorno sobre os investimentos durante o período com tendência de retomada a partir de 2014 (8% em 2014). A mediana do retorno sobre os investimentos no período foi de 8% enquanto que o custo médio ponderado do capital foi de 7%.

O resultado da Light em termos de retorno sobre investimentos foi bastante errático. No entanto, a mediana aponta um resultado bem superior do CFROI (7%) em relação ao Custo médio ponderado de capital (WACC) de 3%.

Ano	Equatorial			Light		
	K	CFROI	Criação de Valor	K	CFROI	Criação de Valor
2007		20%	Sim	37%	5%	Não
2008	5%	19%	Sim	-13%	10%	Sim
2009	19%	9%	Não	25%	6%	Não
2010	5%	11%	Sim	1%	9%	Sim
2011	6%	9%	Sim	0%	6%	Sim
2012	7%	4%	Não	7%	7%	Sim
2013	3%	2%	Não	-6%	8%	Sim
2014	7%	8%	Sim	4%	10%	Sim
2015	4%	6%	Sim	-1%	3%	Sim
2016	25%	7%	Não	37%	1%	Não

Tabela 4 – Custo médio ponderado de capital (K) e o CFROI das empresas Equatorial e Light

Fonte: Elaborada pelo autor

1.2 ANÁLISE DO VALOR DA EMPRESA ATRAVÉS DO MODELO CFROI

De acordo com o modelo CFROI de Damodaran (2001), foram feitas estimativas dos valores das empresas em cada ano durante o período estudado. Considerando que Damodaran (2005) defende que a melhor alternativa para definir o valor de mercado da empresa é oriunda do comportamento das ações, o valor da empresa através do modelo CFROI e o valor da empresa a partir do valor das ações do último dia de cada período foram comparados a fim de identificar relação entre as duas variáveis de forma significativa estatisticamente.

Analisando o valor de mercado das empresas EnergiasBR e CPFL, é perceptível que a última apresenta valores de mercado bem mais expressivos. A mediana anual do período estudado dessa variável demonstrou que a EnergiasBR alcançou R\$ 5,5 bilhões e a CPFL, R\$ 18 bilhões. Contudo, este cenário muda quando se observa o valor estimado pelo modelo CFROI: A EnergiasBR demonstrou uma mediana anual de aproximadamente R\$ 7 bilhões, enquanto a CPFL apresentou valor negativo de quase R\$ 37 bilhões.

Ano	EnergiasBR		CPFL	
	Valor de mercado	Valor Estimado	Valor de mercado	Valor Estimado
2007	4.624.811	30.327.324	16.158.603	56.036.215
2008	3.129.304	878.949	14.469.317	(17.518.793)
2009	5.318.514	13.015.310	16.945.657	25.143.749
2010	6.136.503	(512.367.159)	19.822.850	(1.834.896.763)
2011	6.578.788	(64.897.911)	25.038.376	(173.637.487)
2012	5.939.919	2.731.101.042	20.592.669	3.215.113.689
2013	5.397.765	19.758.316	18.369.816	(55.976.922)
2014	4.265.899	(169.976.672)	17.792.451	(465.505.408)
2015	5.725.911	(386.165.413)	15.073.956	(191.088.444)
2016	8.121.646	90.829.110	25.661.631	153.970.548

Tabela 5 – Valor de mercado obtido pelo preço das ações e valor de empresas estimados pelo Modelo CFROI das empresas EnergiasBR e CPFL

Fonte: Elaborada pelo autor

A análise do valor de mercado da empresa Equatorial tem demonstrado crescimento acentuado ao longo do período, tendo como ponto de partida R\$ 1,2 bilhão e alcançando R\$ aproximadamente R\$ 11 bilhões em 2016. A empresa Light partiu de R\$ 5,8 bilhões e alcançou R\$ 3,4 bilhões em 2016, demonstrando queda ao longo do período.

No que tange ao valor de mercado estimado pelo modelo CFROI, a mediana demonstrou valor negativo (R\$ 10,3 bilhões) para a empresa Equatorial e valor positivo (R\$ 3,2 bilhões) para a empresa Light.

Ano	Equatorial		Light	
	Valor de mercado	Valor Estimado	Valor de mercado	Valor Estimado
2007	1.238.811	3.119.729	5.829.207	83.496.846
2008	1.058.493	(7.684.002)	4.457.992	(4.863.626)
2009	1.954.456	5.287.448	5.291.481	11.339.365
2010	1.240.620	(61.034.253)	5.186.043	(12.552.340.476)
2011	1.383.902	(12.942.105)	5.873.301	(5.275.906.410)
2012	3.469.618	1.991.303.379	4.551.808	1.684.100.676
2013	4.594.056	(53.780.298)	4.511.021	(6.423.784)
2014	5.496.992	(91.482.616)	3.470.958	(202.203.114)
2015	6.799.631	(63.887.893)	2.018.947	240.414.868
2016	10.807.973	51.954.743	3.540.295	460.551.303

Tabela 6 – Valor de mercado obtido pelo preço das ações e valor de empresas estimados pelo Modelo CFROI das empresas Equatorial e Light

Fonte: Elaborada pelo autor

1.3 TESTE DE HIPÓTESE

A hipótese inicial é de que não existem diferenças estatísticas entre o valor de mercado estimado através do modelo CFROI e o valor de mercado obtido a partir do valor das ações do último dia de cada ano das empresas de energia no ramo de transmissão. Assim sendo, tem-se a seguinte hipótese:

H0: Não há diferenças entre o valor de mercado calculado a partir do CFROI com o valor de mercado obtido a partir do preço das ações.

Inicialmente foi realizado o Teste de Kolmogorov-Smirnov que não demonstrou normalidade nas amostras, conforme Tabela X a seguir:

N	Média	Desvio padrão	Kolmogorov-Smirnov Z	Sig. Assint. (2 caudas)
40	-283420923,5	2327407988	2,44	0
40	8198499,756	6838362,325	1,777	0,004

Tabela 7 – Resultado do Teste Kolmogorov-Smirnov

Fonte: Elaborada pelo autor

Em função das amostras não apresentarem normalidade através do teste K-S, foi necessário aplicar o Teste de Wilcoxon a fim de comparar as amostras e analisar suas diferenças.

z	Sig. Assint. (2 caudas)
-,255b	0,799

Tabela 8 – Resultado do Teste Wilcoxon

Fonte: Elaborada pelo autor

Uma vez que o resultado do teste de Wilcoxon apresentou nível de significância superior a 5%, é possível concluir que não há diferenças significativas entre o valor de mercado baseado no preço das ações e o valor das empresas obtido a partir do modelo CFROI. Assim, aceita-se a hipótese de que não há diferenças entre o valor de mercado calculado a partir do CFROI com o valor de mercado obtido a partir do preço das ações

O resultado desta pesquisa foi contrário àqueles encontrados por Martins, Paulo e Silva (2011) e Castro (2014) que concluíram não haver capacidade consistente do modelo CFROI, descrito por Damodaran (2011), de prever o valor de mercado das empresas. Ressalta-se que o setor observado nesta pesquisa é fortemente regulado e a amostra foi definida buscando a homogeneidade a fim de proporcionar resultado mais consistentes. Todas as empresas estudadas estão listadas na Bovespa no mais alto nível de Governança que é o Novo Mercado.

Visando proporcionar resultado ainda mais robusto, o Teste de Wilcoxon foi aplicado por empresa, conforme demonstrado a seguir:

	EnergiasBR	CPFL	Equatorial	Light
Z	-,255 ^b	-,866 ^b	-,968 ^b	-,153 ^b
Sig. Assint. (2 caudas)	0,799	0,386	0,333	0,878

Tabela 9 – Resultado do Teste Wilcoxon das empresas EnergiasBR, CPFL, Equatorial e Light

Fonte: Elaborada pelo autor

O teste não paramétrico entre as variáveis analisadas das empresas EnergiasBr e CPFL ao nível de significância de 5% conduz para que a hipótese inicial seja aceita.

O teste não paramétrico entre as variáveis analisadas individualmente nas empresas EnergiasBr, CPFL, Equatorial e Light ao nível de significância igual a 0,799, 0,386, 0,333 e 0,878, respectivamente, conduz para aceitação da hipótese inicial. Sendo assim, não é possível supor que existem não diferenças significativas entre o valor de mercado estimado através do Modelo CFROI e o Valor de mercado das empresas.

5. CONCLUSÃO

Esta pesquisa comparou os valores da empresa estimados pelo modelo CFROI, proposto Damodaran (2001), com os valores de mercado das empresas do setor de transmissão de energia elétrica no período de 2007 a 2016. Após a pesquisa bibliográfica, foi possível identificar poucas pesquisas brasileiras investigando a capacidade do modelo CFROI em prever o valor de mercado das empresas identificado através do preço das ações. Diante disso, é notório a relevante contribuição desta pesquisa para o estado da arte deste tema no cenário empresarial brasileiro. Com isso, espera-se estimular a discussão deste modelo de avaliação de empresas no Brasil.

Quando comparados o CFROI e a WACC, no setor de transmissão de energia elétrica das empresas listadas no nível Novo Mercado da bolsa de valores BM&F Bovespa, é possível constatar que a maioria (26) dos 40 eventos observados durante o período 2007 a 2016 demonstraram criação de valor. Sendo que os anos 2007, 2009 e 2016 foram críticos para todas as empresas estudadas.

Apesar das pesquisas, Martins, Paulo e Silva (2011) e Castro (2014) concluírem que o modelo CFROI não tem capacidade consistente de prever o valor de mercado das empresas, esta pesquisa encontrou, através da análise das empresas do setor de transmissão de energia elétrica, evidências que comprovam que não há diferenças estatisticamente significativas entre as duas variáveis.

Sugere-se a realização de novas pesquisas em outros setores, visando ampliar a discussão e contribuir para o estado da arte deste tema.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Finanças Corporativa e valor**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Bases conceituais do processo de avaliação de empresas**, 2007.

Disponível em: http://www.institutoassaf.com.br/downloads/Bases_conceituais_do_processo_avaliacao_empresas_ad2014.pdf. Acesso em: 20 ago. 2017

- ASSAF NETO, A.; LIMA, F. **Curso de Administração Financeira**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL ABRATE. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.abrate.org.br/> Acesso em: 20 ago. 2017
- AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.abrate.org.br/> Acesso em: 20 ago. 2017
- BRUNI, A. L. SPSS: **guia prático para pesquisadores**. São Paulo: Atlas, 2012
- BM&F BOVESPA. **Companhias listadas no segmento transmissão de energia elétrica**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br> Acesso em: 20 ago. 2017
- BOSTON CONSULTING GROUP (BCG). **Opportunities for action**. Disponível em: <http://www.bcg.com/documents/file13877.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2017.
- CASTRO, Natalia Vitoriano da Conceição. **Avaliação de Empresas do Setor de Papel e Celulose através do Modelo CFROI**. Trabalho apresentado ao 14. Congresso USP Controladoria e Contabilidade, São Paulo, 2014. Anais Eletrônicos. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos142014/195.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2017.
- CERBASI, G. P. **Metodologias para determinação do valor das empresas: uma aplicação no setor de geração de energia hidrelétrica**. 2003. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003
- COSTA, L. G. T. A.; COSTA, L. R. T. A.; ALVIM, M. A. **Valuation : manual de avaliação e reestruturação econômica de empresas**. São Paulo: Atlas, 2010
- COPELAND, T.; KOTLER, T.; MURRIN, J. **Avaliação de empresas: Calculando gerenciando o valor de empresas “Valuation”**, 2.ed. São Paulo, Makron Books 2001
- CUNHA, Moisés Ferreira; MARTINS, Eliseu; ASSAF NETO, Alexandre. Avaliação de empresas no Brasil pelo fluxo de caixa descontado: evidências empíricas sob o ponto de vista dos direcionadores de valor nas ofertas públicas de aquisição de ações
- CUNHA, Moisés Ferreira. **Avaliação de empresas no Brasil pelo Fluxo de Caixa descontado: Evidencias empíricas sob o ponto de vista do desempenho econômico-financeiro**. RAUSP - Revista de Administração da Universidade de São Paulo, o, v.49, n.2, p.251-266, abr./maio/jun. 2014
- DAMODARAN, A. **The dark side of valuation: valuing old tech, new tech, and new economy companies**. 2nd Edition. Prentice Hall, 2001
- _____ **Investment valuation: tools and techniques for determining the value of any assets**. 2nd Edition. Wiley, 2002.
- _____ **Applied corporate finance: a user’s manual**. 2nd Edition. Wiley, 2005.
- _____ **Investment valuation: tools and techniques for determining the value of any assets**. 2nd Edition. Wiley, 2002.

_____ **Avaliação de investimentos: ferramentas e técnicas para a determinação do valor de qualquer ativo**, Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010

_____ **Finanças Corporativas teoria e prática. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2011**

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002

GUJARATI, D. **Econometria básica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006

HOPP, João Luís Ramos. **Geração de Valor para o Acionista: Pesquisa Sobre a Geração de Valor para o Acionista na Saraiva S.A.** Livreiros Editores; São Paulo, EAESPIFGV, 1999, 153 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de MBA da EAESPIFGV, Área de Concentração: Finanças).

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2003.

KAVIANI, M. et al. **Use of Equity Market Value for explaining Cash Flow Return on Investment (CFROI) and Created Shareholder Value (CSV) Evidence from Automotive Industry Tehran Stock Exchange**. International Journal of Applied Operational Research Vol. 4, No. 2, pp. 103-109, Spring, 2014. Disponível em: http://ijorlu.liau.ac.ir/browse.php?a_code=A-10-1-100&slc_lang=en&sid=1&sw=Use+of+Equity+Market+Value+for+e Acesso em: 10 ago. 2017

MADDEN, B.J. **Guidepost to wealth creation: value-relevant track records**. *Journal of Applied Finance*, fall/winter, 2007. MADDEN, B. J. The CFROI life cycle. *The Journal of Investment*, v. 5, n. 2, p. 10-20, Summer, 1996.

_____ **CFROI valuation, efficient markets, and behavioral finance forthcoming valuation issues**. Learning What Works, 2004. Disponível em: www.learningwhatworks.com/papers/CFROI%20Valuation.pdf Acesso em: 05 set. 2017.

_____ **Cash flow return Investment: CFROI – Valuation. A total system approach to valuing the firm**. Oxford: Butterworth Heinemann, 2000.

_____ **Applying a systems mindset to stock valuation. Learning What Works**, 2008. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1156524 acesso em: 08 ago. 2017

MARTELANC, R. et al. **Utilização de Metodologias de Avaliação de Empresas: Resultados de uma Pesquisa no Brasil**. In: Seminário em Administração, FEA/USP-SEMEAD,VIII, Anais.São Paulo, 2005

MARTELANC, R.; PASIN, R.; CAVALCANTE, F. **Avaliação de Empresas: Um Guia para Fusões & Aquisições e Gestão de Valor**. Editora Pearson/Financial Times, 2004

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, E. **Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Orleans Silva; PAULO, Edilson; SILVA, César Augusto Tibúrcio. O uso do modelo CFROI na avaliação das empresas do setor siderúrgico nacional. **RIC - Revista de Informação Contábil**, Recife, v. 6, n. 2, abr./jun. 2011. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/ricontabeis/index.php/contabeis/article/viewFile/359/292>. Acesso em: 05 ago. 2017.

MATIAS, José Pereira. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 2. Ed. São Paulo. Atlas, 2010

MENESE, A. F et al. **Criação ou destruição de valor na perspectiva do EVA® no ranking das maiores empresas da Revista Exame**. Em: Revista de Ciências da Administração, (2012) disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/viewFile/2175-8077.2012v14n34p103/23431> Acesso: 12 ago. 2017.

MOURA, H. J.; MATOS, D. M. Análise do CFROI como medida de desempenho empresarial. In: Assembleia Anual CLADEA, 38., 2003, Lima/Peru. *Anais*, Lima, 2003.

MULLER, Aderbal N.; TELÓ, Admir Roque. Modelos de avaliação de empresas. **Revista da FAE**, Curitiba, v.6, n.2, maio/dez. 2003 Disponível em: <http://avaliacaodeempresa.com.br/adm/uploads/56pdfavaliacao-empresas.pdf>. Acesso em: 10 jul 2017.

NEVES, J. C. **Métricas de avaliação do desempenho econômico**. Disponível em: <http://www.iseg.utl.pt/~jcneves/papers.htm>. Acesso em: 10 ago 2017.

OLIVEIRA, HANNA CAMILA DANTAS. **Avaliação de empresas: análise da correlação do modelo CFROI e do valor de mercado, em companhias do setor de construção civil listadas na BM&F Bovespa no período de 2009 à 2013**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015

YOUNG, D. S.; O'BYRNE, S. F. **EVA and Value Based Management: a practical guide to implementation**. McGraw-Hill, 2000

PAIVA, W. P. **Métodos de avaliação de pequenas e médias empresas**. Artigo disponível nos Anais do V SEMEAD (Seminários de Administração da FEA/USP). 2001

INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS: AS DIFICULDADES ENFRENTADAS POR UMA EMPRESA DE TINTAS DO BRASIL

RESUMO

A intensificação do processo de internacionalização das empresas pelo mundo é um desdobramento da globalização, sobretudo, a partir da década de 1990. Portanto, os estudos sobre as relações globais, no contexto capitalista são relativamente novos, o que abre caminho para diversas pesquisas, principalmente, as que analisam os impactos locais deste processo. Neste sentido, o presente artigo objetiva identificar as principais dificuldades enfrentadas pelas empresas brasileiras no processo de internacionalização, assim como: conceituar e historicizar o processo de internacionalização das empresas; apontar características das políticas públicas do Brasil que facilitam/atrapalham a internacionalização; e apresentar dados secundários sobre a internacionalização das empresas brasileiras. Este é um estudo de caso, cuja análise pautou-se na abordagem qualitativa dos dados, tendo utilizado como instrumento de coleta o questionário aplicado na empresa escolhida. A partir deste estudo, foi possível perceber que as empresas brasileiras enfrentam diversas dificuldades ao internacionalizar seus produtos, como a falta de apoio governamental, problemas de acesso a novos mercados, problemas cambiais e também um conjunto de barreiras existentes no mercado internacional. O resultado também apontou que o tipo de estratégia usada pela empresa foi a Exportação direta. As dificuldades nesse

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 –
Capoeiruçu - CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

Revista Formadores
VI Congresso Científico
Novas Trilhas Para Novos Rumos

PALAVRAS-CHAVE:

Internacionalização. Exportação. Globalização.

QUIFAMEZZA, Domingos Cândido.; MATEQUE, Reginaldo Raimundo Mauricio. **Internacionalização de Empresas:** as dificuldades enfrentadas por uma empresa de tintas do Brasil. *Revista Formadores - Vivências e Estudos, Cachoeira - Bahia, v. 12, n. 3, p. 96 - 111, mai, 2019.*

processo de internacionalização podem ser minimizados a partir da escolha adequada do país para expansão dos negócios e dos tipos de estratégias adotadas pelas empresas.

1. INTRODUÇÃO

A globalização dos mercados abriu inúmeras oportunidades de negócios as empresas que se internacionalizaram, considerando que a globalização leva as empresas a organizarem suas atividades de suprimento, manufatura, marketing, e outras, de valor agregado, em escala global. Portanto, o processo de internacionalização é um desdobramento da globalização. Ou seja, é um fenômeno de forte impacto na sociedade pois apresenta-se sob diversos aspectos: econômico, político, econômico e social.

Em contrapartida, apesar dessa relação existem dificuldades que as empresas enfrentam para internacionalizar-se, inclusive as brasileiras. Em decorrência, a inserção do Brasil no mercado internacional ainda é muito tímida em comparação com os outros países que vem mostrando um alto nível de competitividade no mercado externo, obtendo um rápido avanço no processo de internacionalização.

Na internacionalização considera-se que a obtenção por parte ou totalidade do faturamento das empresas a partir de operações internacionais seja pela exportação, pelo licenciamento, com aliança estratégicas, aquisição de empresas, em outros pais ou construção de subsidiárias próprias para a distribuição dos produtos vem crescendo nos últimos tempos.

O estudo da internacionalização possibilita uma compreensão maior sobre o mercado internacional. A construção do referencial teórico partiu de uma pergunta inicial ou problema para identificar: Quais as principais dificuldades enfrentadas pelas empresas Brasileiras no processo de internacionalização? Sendo assim, o objetivo geral deste artigo, é identificar as principais dificuldades enfrentadas pelas empresas brasileiras no processo de internacionalização. A fim de atingir o objetivo geral estabelecemos como objetivo específico: Conceituar e historicizar o processo de internacionalização das empresas, apontar características da política pública brasileira que facilita / atrapalha a internacionalização, apresentar dados secundários sobre a internacionalização das empresas brasileiras.

Para a elaboração do trabalho partimos de uma abordagem qualitativa, no modelo de estudo de caso, onde foram usados dados secundários para a construção do referencial teórico, e para a coleta dos dados foi usado o questionário, com perguntas divididas em 3 blocos, o bloco identificação da empresa, o bloco da tomada de decisão e o bloco das dificuldades.

Este artigo está disposto em quatro partes. A seção 1 apresenta a introdução, na seção 2 é apresentado o referencial teórico, que contextualiza a internacionalização das empresas e produtos e, a seguir, as teorias e as barreiras da internacionalização de empresas. A seção 3 apresenta o método e as etapas utilizadas para a realização deste trabalho, onde são definidos os

principais pontos desta pesquisa. A seção 4 apresenta os resultados obtidos por meio da análise dos dados, e por fim, apresenta-se as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 INTERNACIONALIZAÇÕES DE PRODUTOS E EMPRESAS

A globalização pode ser entendida como diferentes conexões e inter-relações nas mais diversas áreas, englobando todas as nações que compõem o sistema mundial atual. O processo de globalização pode estimular a expansão quando facilita a busca de empresas por atividades de negócio internacional e de expansão internacional (CAVUSGIL ET. AL., 2010). Neste contexto, a maior parte das economias mantém fortes relações entre si, de modo que os acontecimentos, principalmente econômicos, ocorridos em um país promovem consequências em diversos outros países. Isso significa que as trocas comerciais se tornaram globais e a necessidade das empresas de expandir seus produtos se tornou uma preocupação/oportunidade. É, portanto, desdobramento da globalização a intensificação do processo de internacionalização das empresas pelo mundo.

De acordo com Souvant (2007, p.22, *apud* CINTRA E MOURÃO, 2005, p.3), a internacionalização pode ser compreendida “[...] como o processo de concepção do planejamento estratégico e a sua respectiva implementação, para que uma empresa passe a operar em outros países, diferente daquele no qual está originalmente instalado para a realização das suas produções e trocas comerciais”.

Dessa forma, a internacionalização da produção, de acordo com Baumann, Canuto e Gonçalves (2004, p. 206), “[...] ocorre sempre que residentes de um país têm acesso a bens ou serviços originários de outro país”. Ou seja, a partir do momento em que pessoas passam a ter a oportunidade de desfrutar em seu país de produtos ou serviços de uma determinada empresa de outro país, estamos falando de internacionalização da produção. O que pode ocorrer apenas através da exportação de seus produtos, ou da efetiva instalação de filiais e/ou indústrias no país de destino.

De modo geral, podemos afirmar que a internacionalização da organização consiste no conjunto de atividades que as empresas realizam nos mercados fora do seu território de origem com objetivo de reduzir as barreiras do mercado doméstico (MOURA; HONÓRIO, 2012). Esta decisão está longe de ser uma das mais fáceis para os gestores, tendo em vista o amplo aspecto de fatores que podem interferir positiva e negativamente a partir da decisão estratégica de operar em mercados internacionais (MATHEWS, 2002).

Para Cech e Luostarinen (1988, *apud* MATHEWS, 2002), a internacionalização pode ser compreendida como o processo de participação crescente nas operações internacionais. Constata-se a partir desta afirmação dos autores que há certo percurso que se inicia com a decisão, passando pela introdução da marca/produto no país destino, passando por diversos

estágios até alcançar a maturidade da marca/produto neste novo local.

Beamish e Calof (1995, p.116) definem como “o processo de adaptação das operações da empresas (estratégia, estrutura, recursos, etc.) a ambientes internacionais”. Já por este olhar é possível compreender que os autores observam a internacionalização como algo natural dentro do ciclo de vida das organizações, tendo em vista que a introdução de determinado produto no mercado interno também gera inicialmente a necessidade de adaptar as operações empresariais.

Nosé Junior, (2005) ao apresentar seu conceito aponta para uma perspectiva mais ampla em relação aos autores anteriores. Segundo ele,

A internacionalização é o momento em que a empresa inicia suas atividades no comércio internacional, mais precisamente principiando sua participação nas exportações. Quando uma empresa pratica a importação, está, de certo modo, internacionalizando-se. Mas sua real internacionalização só ocorre efetivamente quando passa a exportar (NOSÉ JUNIOR, 2005, p. 182).

Fato é que a decisão estratégica de ampliar os negócios, os mercados, seja interna ou externamente ocorre na medida em que é possível mensurar benefícios, e a comparação entre internalizar a produção e internacionalizá-la é que proporciona a escolha das organizações (DUNNING, 1977; GONÇALVES, 2004). Além desta, a literatura da área indica também outras razões, dentre elas destacam-se as necessidades de:

Captar novas tecnologias a produtos e processos; acessar recursos naturais; acessar novos mercados para se beneficiar das economias de escala; reduzir o risco do negócio por meio da diversificação de mercados fornecedores e consumidores; adquirir e desenvolver novas competências de maneira a obter maior conhecimento das necessidades dos consumidores internacionais; explorar a competitividade em custos e diferenciação de produtos; estar mais próximo do cliente final; contornar as restrições estabelecidas por barreiras tarifárias e não-tarifárias (sanitárias, cotas, etc.) (TERMO..., 2009, p. 9).

Mas, mesmo já tendo decidido que fará a internacionalização, outra decisão tão importante que precisa ser tomada, é decidir como esse processo ocorrerá e quais estratégias serão adotadas para se ter sucesso. As organizações podem adotar alguns modelos de entrada nos mercados externo para alcançar os seus objetivos e para realizar as suas trocas comerciais como: a exportação direta e indireta, o licenciamento, franchising, alianças estratégicas, joint ventures e investimento direto. A adoção de qualquer estratégia deve estar sempre em conformidade com o tipo de produto, o tipo de mercado que melhor adequa as condições das empresas (DOWBOR, 2012). Vale salientar que ao decidir por internacionalizar-se a empresa, precisa ter clareza sobre a complexibilidade e os riscos que esta decisão oferece, por essa razão que é necessário estudar as diversas possibilidades existentes para fazer este processo.

Para Kotler (1998) os tipos de internacionalização mais comuns adotadas pelas empresas são:

Exportação indireta: é quando as empresas operam atrás de intermediários internacionais independentes. A mesma requer menos investimento no negócio pois a empresa não precisa de uma força de vendas internacionais ou de um grupo de contatos, e envolve menos riscos.

Exportação direta: a empresa pode realizar a exportação direta de várias maneiras. Pode criar um departamento ou divisão de exportação que execute as atividades de exportação ou criar filiais de vendas em outros países que realizem as vendas, distribuição e as vezes promoção.

Joint ventures: é o processo em que as empresas nacionais e estrangeiras se juntam e formam uma única sociedade com responsabilidade no negócio. Neste caso ela se difere da exportação no sentido em que a empresa se une a um sócio para vender ou fazer marketing no exterior.

Licenciamento: é a forma simples de entrar no mercado externo. A empresa faz acordo com possível licenciado no mercado internacional, oferecendo-lhe o direito de usar um processo de fabricação, marca registrada, patente, segredo comercial ou algum outro item de valor. Portanto sua entrada no mercado apresenta pouco risco.

Investimento direto: o maior investimento num mercado estrangeiro corresponde ao investimento direto. O desenvolvimento de instalações de montagem ou fabricação no exterior. Quando a empresa adquire experiência em exportação e o mercado estrangeiro é grande o bastante, as instalações de produção no exterior oferecem muitas vantagens.

Franchising: é uma forma avançada de licenciamento em que a empresa local (o franqueador) permite que um empresário (franqueado) utilize um sistema de negócios completos em troca de compensações financeiras.

Aliança estratégica: é o processo onde duas empresas unem capitais com objetivos de conquistar novos mercados. A aliança estratégica requer mais recursos do que uma operação de exportação. Porque as duas empresas compartilham (conhecimentos, capacidades, acesso aos canais de distribuição, entre outros) a fim de gerar sinergias e benefícios para ambas.

O fato é que, mesmo havendo modelos previamente estabelecidos, o processo de internacionalização apresenta oportunidades e desafios para as empresas, no mundo dos negócios. Mesmo havendo dificuldades ao se internacionalizar, as empresas devem aproveitar as oportunidades e saber gerenciar as dificuldades que podem surgir, durante o processo, para se fixar no mercado internacional.

Para Dias e Rodrigues (2007), a internacionalização proporciona às empresas, distintas oportunidades que são traduzidas em benéficos para a empresa, como:

[...] ampliação dos mercados consumidores; acesso a maior diversidade de fornecedores de insumos e matérias-primas; acesso a maior diversidade de mercadorias pelas pessoas; acesso a novas tecnologias e a diferentes padrões de produção; ampliação do fluxo monetário entre países; criação de novas alternativas de produção; desenvolvimento de oportunidades de negócios vinculadas às peculiaridades de alguns países (DIAS E RODRIGUES, 2007, p.68).

No processo de internacionalização existe uma ampliação de oportunidades que se faz acompanhar com o crescimento do risco das empresas, mas quando ela possui uma estrutura sólida e um estilo de liderança forte ela consegue reverter as dificuldades em oportunidade, para poder melhorar a sua posição no mercado e conseguir conquistar nossos mercados.

Para Kotler (2000), as dificuldades recorrentes são:

Problemas de câmbio: a alta dívida externa e a instabilidade política e financeira reduzem o valor da moeda de um país; Exigências e burocracia governamentais para entrada de empresas estrangeiras no mercado; Tarifas e outras barreiras comerciais: os governos frequentemente impõem altas tarifas para proteger as indústrias de seu país; Alto custo do produto e adaptação da comunicação: uma empresa que vai se ingressar no mercado externo deve avaliar cada mercado cuidadosamente, conseguir entender a economia, as leis, a política e a cultura de outros países e adaptar seus produtos e sua forma de comunicação às preferências de cada mercado (KOTLER, 2000, p. 390).

Esses problemas muitas vezes têm dificultado as empresas na decisão de internacionalizar-se, e também na escolha dos mercados pretendidos. Tendo em conta que a inserção nos mercados internacionais traz várias dificuldades para as empresas inseridas nesse processo de expansão de sua produção para outros territórios em busca de novas oportunidades.

Oliveira Júnior (2010) agrupou as barreiras enfrentadas pelas empresas nesse processo em três grandes grupos de categorias:

Barreiras internas organizacionais, que dizem respeito a adequação das capacidades e recursos das empresas para atuarem em mercados internacionais. Barreiras situadas no ambiente competitivo brasileiro, relacionadas a adequação da infraestrutura econômica e institucional (incluindo a tarifária e fiscal) à oferta de fatores e a atitudes e características culturais. Barreiras situadas nos mercados de destino, também de natureza econômica, político-institucional e cultura (OLIVEIRA JÚNIOR, MIRANDA, p. 101, 2010).

As empresas enfrentam diversas barreiras no processo de internacionalização, muitas dessas barreiras acabam dificultando a inserção das empresas no mercado exterior, afim de expandir os seus produtos porque dentre essas barreiras algumas são mais significantes como as do ambiente competitivo e as políticas governamentais.

2.1.1 TEORIAS DA INTERNACIONALIZAÇÃO

Existem várias teorias para explicar a internacionalização, mas duas se destacam, especialmente a Escola de Uppsala, e o Paradigma Eclético da produção internacional ou paradigma OLI¹.

A década de 1970, foi marcada com os trabalhos desenvolvidos por Penrose (1962) e Cyertt e March (1963), diversos foram os estudos sobre o processo de internacionalização das empresas, suecas promovidos pela Universidade de Uppsala, diversas contribuições foram trazidos por essa teoria. Uma das contribuições importantes trazidas por essa escola denominada Escola Nórdica de Negócios Internacionais, está relacionada com a transferência do enfoque puramente econômico do estudo de internacionalização, predominante à época, para a análise concomitante com teorias do comportamento organizacional.

1. OLI - Ownership, Location, Internalization.

Essas teorias trouxeram para as firmas o entendimento que os processos cumulativos de aprendizagem é uma complexa rede de recursos, competências e relacionamento. Assim, o estágio do processo de internacionalização da firma não tem base na estrutura deliberada e planejada da análise racional, mas são passos da natureza incremental e aprendizagem sucessiva mediante comprometimento crescente com o mercado estrangeiro, implicando no desenvolvimento orgânico da firma. Esse estudo trouxe uma reflexão sobre o processo de internacionalização e no seu entendimento que parte de um processo gradual onde cada etapa é importante para se conseguir os resultados programados.

O pressuposto Central da Escola Nórdica de Negócios Internacionais consiste, portanto, no argumento de que o processo de internacionalização das firmas ocorre de forma sequencial e incremental, sendo consequência do seu crescimento e saturação da demanda doméstica, aliados as incertezas e imperfeições das informações sobre o novo mercado. Dentre os estágios, destacam-se atividades esporádicas de exportação, uso de representantes e agentes, estabelecimento de subsidiárias de vendas, até implantação de unidades fabris no país hospedeiro.

O mecanismo básico de internacionalização proposto pela teoria promulga que, na medida que o processo evolui, há um maior comprometimento das empresas com atividade internacional, representado pela efetiva alocação dos recursos em um nível de especialização que seria difícil aproveitá-los para outros fins. O processo de internacionalização das firmas, sobre o modelo sequencial de Uppasala, considera o nível de experiência como critério determinante do padrão da expansão global, resultando em uma natureza menos ariscada nas atividades internacionais. Assim, o conhecimento do mercado ajuda a identificar as oportunidades e ameaças associadas a decisão inicial de internacionalização.

O processo evolutivo do pensamento da teoria de Uppasala emerge no conceito de Networks, a partir do momento em que a internacionalização não é vista apenas como uma expansão e transferência de atividades de produção e comercialização para o exterior, mais incorporam a exploração de redes de relacionamento potenciais entre fronteiras. Sob este ponto de vista, o conceito de negócios tem base em relacionamentos específicos com outros atores, externos às organizações, sejam esses estritamente de negócios ou pessoais.

O modelo de Uppasala propõe que o conhecimento das empresas é acumulado por meio da condução de operações internacionais, esse modelo concentra-se na aquisição, na integração e no uso gradual do conhecimento acerca das operações e dos mercados internacionais que conduzem a um comprometimento crescente nas operações (OLIVEIRA JUNIOR, 2010). Quando não há uma sincronia dos estágios para internacionalização esse processo se torna muito mais demorado e difícil de acontecer, sendo assim as empresas devem estar atentas aos estágios existentes no processo.

Já o paradigma eclético ou Paradigma OLI desenvolvido por Dunning (1988; 2008) apresenta elementos das teorias convencionais que pressupõe que as firmas irão se internacionalizar com base na percepção de conseguirem alguma vantagem competitiva, seja em relação a propriedade, localização e internacionalização. As vantagens de propriedades são fatores específicos de firma, tais como propriedades superior de recursos ou capacidades gerenciais, que podem ser aplicadas

competitivamente num países no exterior. As vantagens de localização se dão por decisões de investir em países que oferecem oportunidades de mercado ou de produção superiores. As vantagens de internacionalização se dão para firmas que conseguem conduzir custos de transição por meio de investimentos no exterior. Assim eles empreendem transformações nos processos de forma mais eficiente do que mantendo operações de mercado doméstico.

Do ponto de vista econômico, a principal abordagem é o paradigma eclético da internacionalização que aplica o conceito de custos e transação as decisões da internacionalização da firma tentando explicar quais características das empresas e dos mercados estimulam a internacionalização via Investimento Direto Estrangeiro - IDE, diferenciando esse processo em terno das características do produto e dos mercados. (OLIVEIRA JUNIOR, 2010).

A liberação da saída de IDE ajuda na eliminação das desvantagens e permitir que as empresas aproveitem as vantagens oferecidas fora das suas fronteiras. Para ganhar vantagem competitiva e se diferenciar das demais empresas existentes no mercado. Muitos países desenvolvidos reconhecem a importância da saída de IDE para apropriar a competitividade de sua empresa e o desempenho das suas economias nacionais. Não somente a liberação para sair mais também a criação de um conjunto de ferramentas de políticas para ajudar suas empresas a investirem no exterior (SOUVANTT, 2007 *apud* CINTRA E MOURÃO, 2005).

As firmas utilizam suas vantagens de atuação no exterior de maneiras diferenciadas. De acordo com a Conferências das Nações Unidas para o Comercio e Desenvolvimento – UNCTAD (2006), são objetivos das firmas na situação em que pretendem atuar por meio de IDE:

Busca de mercados (acesso a mercados consumidores);

1. Busca de eficiência (redução de custos, sobretudo de mão-de-obra);
2. Busca de recursos (matérias-primas);
3. Busca de ativos já criados (por meio de fusões e aquisições);
4. Outros motivos (objetivos estratégicos e políticos, redução de risco, hedging anti-cíclico)

2.1.2 INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS

No Brasil, o processo de internacionalização de empresas obteve atenção científica e empresarial a partir da abertura comercial do país, que teve início a partir da década de 90 (KRAUS, 2000). A liberação das normas comerciais e financeiras, bem como a intensificação dos fluxos comerciais e financeiros em geral, entre outros fenômenos da globalização tem acarretado aumento crescente nos investimentos entre empresas originárias não apenas de países desenvolvidos, mas também de alguns países em desenvolvimento, como Brasil.

Ou seja, as empresas inseridas no processo de internacionalização devem adotar tecnologias inovadoras para conquistar novos mercados, sabendo que a tecnologia atua como um meio que auxilia na realização das trocas comerciais entre as empresas. A estreita relação entre comercio exteriores e os investimentos externos diretos torna a internacionalização uma necessidade

para que as empresas possam aumentar a sua competitividade e enfrentar a concorrência internacional (OLIVERA JUNOR, 2010).

Porém, esse investimento ainda é realizado preponderantemente, pelas instituições financeiras e por empresas que utilizam holdings para administração de seus negócios internacionais. Apenas uma parcela reduzida desse investimento é realizada por empresas manufatureiras (ALEM e CAVALCANTI, 2005).

Assim a internacionalização envolveria a movimentação internacional dos fatores de produção sendo apenas necessário que haja uma relação contínua com o exterior. Em outras palavras não bastaria a exportação, mas também seria fundamental a abertura de uma filial no exterior, o estabelecimento de parceria o investimento cruzado entre empresas, acordo de cooperação industrial e/ou comercial ou ainda aquisição de empresas já constituída no país alvo (SOUVANTT, 2007 *apud* CINTRA E MOURÃO, 2005).

De acordo com Santos (2006), as multinacionais tradicionais projetam no mundo o que elas aprenderam nos seus mercados de origem, esta seria a “globalização clássica”, que levaria a um mundo homogeneizado. Assim se estabelece a verdadeira mundialização das empresas, vinculado a um progresso baseado na diversidade.

Em 2002, as principais motivações para internacionalização de empresas brasileiras eram a busca de economia de escala, aprendizado e desenvolvimento de competência para operar em novos mercados internacionais e o desejo de explorar internacionalmente as vantagens da localização do Brasil embora nessa época a questão da economia de escala fosse considerada a motivação mais importante, paradoxalmente ele se fazia notar entre as maiores empresas. As empresas brasileiras já começaram a ver sinal de saturação do mercado doméstico, enxergando nos mercados internacionais oportunidades consistentes de crescimento. A oportunidade apresentada pelo mercado internacional era percebida com maior intensidade pelas empresas produtoras de bens finais e entre empresas de menor portes do que pelos produtores intermediários e empresas de portes maior. (OLIVERA JUNOR, 2010).

De acordo com os estudos da SOBEET (2007, p.41), várias razões, entre outros motivos, justificam ainda essa baixa inserção das empresas brasileiras, como “o histórico de instabilidade macroeconômica e volatilidade da taxa de câmbio real, o tamanho do mercado doméstico, políticas públicas ainda incipientes de incentivo à internacionalização e, não menos importantes, questões culturais”.

Durante muitos anos as empresas brasileiras lutaram bravamente pra colocar seus produtos no mercado internacional a partir de suas fábricas no Brasil. Os objetivos eram mais variados, e com certeza raro são os casos em que se percebeu movimentação planejada e com estratégia definida de expansão global. O caminho tradicional pra internacionalização, era o da evolução natural, meros fornecedores de mercados próximos e conhecidos para outros mercados para além das fronteiras. Os principais pontos fracos das empresas brasileiras sempre fora a baixa competitividade e a pouca experiência dos seus dirigentes para atuarem em ambientes desconhecidos. Esse quadro é resultante da baixa exposição a competição que foi provocada pelo benefício trazido por uma economia fechada e protetora existente no início da década de

1990 teve como objetivo assegurar o desenvolvimento da indústria nacional (SOUVANTT, 2007 *apud* CINTRA E MOURÃO, 2005).

As empresas ainda enfrentam sérias dificuldades no seu caminho para internacionalização, problemas esses relacionadas a falta de pessoas preparadas; mudanças do modelo de governança; criação de mindset apropriada às competências para transformar vantagem comparativa em vantagem competitiva. De qualquer forma independente das dificuldades, nos últimos anos o grupo de empresas brasileiras iniciou movimento de internacionalização com ritmo constante e consistente nas suas ações nesse grupo ainda pequeno estão as empresas Embraco, Embraer, Gerdau, Marcopolo, Natura, Petrobrás, Sabo, Sadia, Tigre, CVRD, Tramontina, Votorantim Cimentos e WEG. A maioria iniciou o processo pelos países da América do Sul. Hoje já encontramos operações na América do Norte, Europa, África do Sul e China, em geral essas empresas incrementaram competências e soluções individuais as suas operações locais para superar as dificuldades de entrada nos mercados (KARL, 2007).

A superação das barreiras tarifárias e não tarifárias locais é também uma forma importante para a realocação das atividades produtivas. Muitas organizações também expandem operações em resposta a concorrência global visando posicionar-se de forma mais adequada nos vários mercados como respostas a invasão competitiva nos de origem, esse processo tem reflexão nos resultados. As empresas brasileiras já começaram a ver sinais de saturação do mercado doméstico, enxergando nos mercados internacionais oportunidades consistentes de crescimento (OLIVERA JUNOR, 2010).

O processo de internacionalização das empresas a brasileiras segundo pesquisas de 2002 as empresas brasileiras tiveram muitas vantagens nesse processo:

- Melhoria do desempenho global da empresa (mais intenso entre produtos e bens finais)
- Maior estabilidade de resultados econômicos e financeiros (maior entre as empresas com faturamento superior a 3 milhões de reais)
- Ganhos em termos de economias de escalas e de escopo (função do porte e maior entre produtores intermediários)
- Menos dependência do mercado doméstico (mais intenso entre os produtores de bens finais)
- Ganhos em termos de Expertise e de tecnologia (bens distribuídos)
- Quanto maior o porte mais forte foram os resultados em termos de valorização de mercado da empresa (p.ex., nas bolsas de valores) (OLIVERA JUNOR, p. 106, 2010).

Tendo como base a exportação, a China é o principal destino dos produtos brasileiros, as empresas que tiveram destaque no ano de 2013, segundo a Secretaria de Comércio Exterior, foram: Vale S.A., Petrobras, Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A., cada uma exportando acima de US\$ 50 milhões (SECEX, 2014).

A partir de 1990, a liberalização econômica na América Latina obrigou as empresas locais a aprimorar produtos e processos de fabricação para competir com as firmas estrangeiras nos mercados globais. Ela teve papel fundamental no estímulo à internacionalização, ao modificar as condições ambientais em que as empresas atuavam, exigindo aumento de competitividade. A decisão de produzir no exterior, em vez de licenciar ou exportar, é fortemente influenciada pela natureza dos ativos intangíveis, que resultam das práticas tecnológicas, de gestão ou de comercialização da empresa.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso. Quanto aos fins, considera-se uma pesquisa qualitativo-descritiva. Segundo Lakatos (2005), esse tipo de pesquisa tem por finalidade o delineamento das características de fatos ou fenômeno. Para o desenvolvimento deste trabalho o método de pesquisa escolhido foi o método qualitativo através de estudo de um caso específico.

Como procedimento técnico, foi adotado um estudo de caso único, pode ser entendido como uma pesquisa sobre um determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade que seja representativo do seu universo, para examinar aspectos variados de sua vida (CERVO E BERVIAN, 2002). Para o levantamento de dados usou-se o questionário como instrumento de coleta de dados, que segundo Cervo e Bervian (2002), este instrumento é a mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com melhor exatidão o que se deseja, ele contém um conjunto de questões, todas logicamente relacionada com o problema central.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA PESQUISADA

A empresa de tintas Industrial foi fundada no dia 23 de fevereiro de 1988. Inicia suas atividades com uma linha básica de produtos tais como cremes, tintas a base d'água e ceras para couro. Com apenas dois funcionários na frente de trabalho, os sócios fundadores conseguiram se estabelecer e organizar os primeiros pedidos em um modesto galpão localizado na rua Vereador Carlos Emílio Kolling, Bairro São Jorge, em Novo Hamburgo (RS). Além dos produtos de fabricação própria, a empresa de tinta ainda contava com a distribuição dos produtos Kemi, da empresa italiana com grande know-how em desmoldastes, que apostou no empenho e na força de trabalho da família Schmidt.

A empresa de tintas ficou neste endereço durante cinco anos, mas o volume de trabalho, o número de clientes e a diversificação dos produtos exigiam instalações maiores. No dia 1º de maio de 1996 iniciaram-se as atividades na então recém adquirida sede da Rua Dom Pedro II, Bairro Canudos, na mesma cidade, endereço onde até hoje permanece operando a matriz. A nova estrutura industrial permitiu à Empresa de tinta consolidar sua liderança no mercado, conquistar uma seleta carteira de clientes e firmar a credibilidade de seus produtos, que se tornaram conhecidos pela sua confiabilidade. Graças a esta confiabilidade, a empresa de tinta estabeleceu alianças muito fortes com seus clientes, contando também com a colaboração de fornecedores qualificados e principalmente com os profissionais da empresa. Esta rede de relacionamentos desencadeou mais experiência de trabalho, avanço tecnológico e crescimento estrutural.

Seguindo uma tendência econômica que anunciava uma grande migração das empresas do polo calçadista gaúcho, a Empresa de tinta Química foi pioneira no seu ramo de atividade no Nordeste do Brasil, inaugurando várias filiais no nordeste em Maranguape (CE), em Juazeiro do Norte (CE), Vitória da Conquista (BA) e Feira de Santana (BA). Através das incertezas do mercado, e superando as dificuldades econômicas e aceitou os desafios, a empresa de tinta cresceu como empresa competitiva sem perder de vista o seu principal produto: “confiabilidade”. Altamente comprometida com seus clientes, fortemente apoiada por seus fornecedores e solidamente firmada na competência dos seus profissionais, a Empresa de tinta se estabeleceu e quer continuar a manter relações éticas, duradouras e responsáveis com todas as partes envolvidas. A empresa de tinta iniciou suas atividades em 1988 industrializando e comercializando produtos químicos para atender as necessidades do segmento calçadista. Paralelamente, a partir de 1996, a Empresa de tinta inicia suas atividades no segmento de tintas industriais, ampliando sua linha de produtos nos mais diferentes segmentos de mercado.

A qualidade dos seus produtos, a assessoria técnica especializada e uma política comercial baseada em princípios éticos, visando a satisfação de seus clientes estabelecendo relações duradouras, fazem da empresa de tinta, sinônimo de qualidade e bom atendimento nos mercados nacional e internacional. Empresa de tinta e conta atualmente com mais de 500 funcionários. Ela atua em diversos mercados como usinas, indústria, plataformas entre outros. A empresa de tinta está presente com seus produtos e soluções em diversos países, e constante processo de ampliação desses mercados. O principal país onde a empresa de tinta, exporta suas matérias primas é o México. A filial em Feira de Santana(BA) está localizada na Avenida Banco do Nordeste, s/n, Galpão 03 - CIS, Feira de Santana - BA, 44010-665, tem 19 funcionários, a indústria instalada em Feira de Santana(BA), ela se dedica exclusivamente na fabricação de tintas para calçados, há 10 anos na região.

4.2 O PORQUÊ DA INTERNACIONALIZAÇÃO

A internacionalização possibilita as empresas uma maior abrangência no mercado internacional, um dos desejos da internacionalização das empresas e levar os seus produtos para onde estão os seus clientes na busca de novos mercados. Assim como corroborando com as perspectivas trazidas por Souvantt (2007, *apud* CINTRA E MOURÃO, 2005) quando ele apresenta a internacionalização como sendo um planejamento estratégico que a empresa adota para se estabelecer em outro país. O bloco II do questionário contava com questões sobre os motivos da internacionalização da empresa, A primeira questão foi sobre os motivo de internacionalizar-se. A internacionalização das empresas de acordo com os teóricos destacaram a busca de novos mercados, busca de recursos, busca de eficiência para captar novas tecnologias a produtos e processos. O estudo realizado com a empresa de tinta constatamos que os motivos mais importantes que levaram a empresa a decisão de internacionalizar-se de acordo com a pesquisa feita foram Valorização da marca, Busca de matérias primas, seguir os clientes, convite de algum parceiro ou contato externo, instituir plataformas de exportação, buscar recursos humanos/mão-de- obra, falta de integralização física e/ou precariedade logica, no caso da América do sul, Elevada carga tributária no brasil, valorização do câmbio brasileiro, melhorar posicionamento competitivo / aumentar a competitividade da empresa, buscar economias de escala, vontade do dirigente, diversificação de riscos, obtenção de maiores retornos no mercado externo, prestar assistência pós-venda, esses foram os aspectos mais mencionado que motivaram a decisão de internacionalização.

A questão 2 procurou saber o motivo da escolha do México e não outro país para a internacionalização. A empresa nesse processo de internacionalização escolheu um país onde as burocracias para entrada dos produtos foram menores para a sua instalação no mercado internacional. Em grau de importância os motivos que levaram a empresa a escolher o México como o principais país foram existência de cluster ou arranjos produtivos locais, grau de desenvolvimento da indústria local/concorrência no local, tamanho e crescimento internacional e regional, benefícios tributários e fiscais no país, acesso a credito no mercado interno do país e estabilidade jurídico-política.

No processo de internacionalização a empresa adotou a ferramenta / metodologia de gerenciamento do processo desde o pedido do produto até o pós-venda, que o possibilitou se estabilizar no mercado de atuação. A empresa estudada adotou o tipo de internacionalização a exportação direta que segundo (Kotler, 1998) a empresa criar um departamento ou um representante em outros países que realizam vendas. Este tipo possibilitou a empresa atingir outros mercados estrangeiros. Pelo fato de ter um representante nesse país para melhorar o seu processo de expansão. A empresa decidiu optar por esta estratégia pela falta de representação. Neste processo de internacionalização a empresa usou recursos próprios, não teve apoio do governo brasileiro financiando essa iniciativa.

4.3 PRINCIPAIS PROBLEMAS E ENTRAVES IDENTIFICADOS

Muitas têm sido as dificuldades que as empresas têm enfrentado no seu caminho para internacionalização. Essas dificuldades podem ser também tratadas como barreiras de mercado, de ambiente e barreiras organizacionais. Nos últimos tempos, apesar das dificuldades enfrentadas no processo da internacionalização, várias empresas conseguiram se estabilizar no mercado, atualmente são referência no mercado nacional e internacionais, como Embraco, Embraer, Gerdau, Marcopolo, Natura, Petrobrás, Sabo, Sadia, Tigre, CVRD, Tramontina, Votorantim Cimentos e WEG. O bloco III procurou responder questões dessa ordem, e em grau de importância as principais dificuldade e entraves são flutuação do real, custo de crédito no mercado interno, competição no mercado externo, ambiente regulatório e institucional do país hospedeiro, dificuldades de transferir as vantagens competitivas da empresa para o exterior, qualificação inadequada dos recursos humanos da empresa.

Nesse processo, as empresas enfrentam diversas dificuldades como problemas de câmbio, alto custo de produto e adaptação da comunicação, exigências e burocracia governamental para entrada de empresas estrangeiras no mercado. A empresa quando começou o processo enfrentou, e enfrenta dificuldades para o transporte e também liberação dos produtos na alfândega, por causa na natureza dos produtos que a empresa trabalho. O controle é muito rigoroso por ser um produto químico. Então, acontece, geralmente, uma demora para liberação dos produtos. Os problemas que a empresa enfrentou no processo de internacionalização, quando começou até os tempos atuais ainda continuam a ser os mesmos. A liberação das transações econômicas internacionais é conseqüentemente acirramento da concorrência mudam de país para países.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

artigo objetivou revisar conceitos de internacionalização e conhecer as dificuldades enfrentadas pelas empresas brasileiras no processo de internacionalização. Uma das questões recorrentes na literatura sobre os negócios internacionais é o estudo das dificuldades enfrentadas pelas empresas no processo de internacionalização. À medida que as empresas brasileiras se internacionalizam, elas usufruem de condições e benefícios que seus concorrentes domésticos não tem acesso.

O presente estudo evidencia que as empresas durante o processo de internacionalização enfrentam dificuldades; relacionados com as políticas, de entrada em um novo país, e de ordem econômica e fiscal. Constata-se que as empresas brasileiras, que atuam no mercado internacional, enfrentaram dificuldades no início do processo, e as novas empresas que desejam expandir os seus negócios para os mercados internacionais ainda enfrentam dificuldades nesse processo.

A escolha de um país para internacionalizar-se é uma decisão chave, pois poucas empresas dispõem de meios suficiente para a execução, por causa das incertezas que pode existir nos mercados. Além do que há diferentes barreiras impostas aos entrantes em cada país. Portanto, as dificuldades enfrentadas pelas empresas no processo de internacionalização dependem do

país onde a empresa deseja expandir os seus produtos.

O artigo identificou, através do estudo de caso, que as dificuldades enfrentadas pelas empresas, citadas no referencial teórico, estão presentes no cotidiano das empresas brasileiras. Assim sendo, os objetivos propostos para este artigo foram alcançados, entretanto, à medida que se aprofundam os estudos, será possível identificar estratégias mais adotadas pelas empresas brasileiras para burlar os entraves à internacionalização.

REFERÊNCIAS

ALEM, A. C.; CAVALCANTI, C. E. **O BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileiras: algumas reflexões**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 43-76, 2005.

BAUMANN, R; CANUTO, O; GONÇALVES, R. **Economia Internacional: Teoria e experiência Brasileira**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2004.

CALOF, J. L.; BEAMISH, P. W. **Adapting to foreign markets: Explaining Internationalization**. *Internacional Business Review*, 4 (2): 115-131, 1995.

CAVUSGIL, S. TAMER. GARY KNIGHT, JOHN R. RIESENBERGER, **Negócios internacionais: estratégias, gestão e novas realidades** São Paulo Pearson Prentice Hall, 2010.

CERVO, Amando Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. São Paulo: Makron Books, 2002.

CINTRA, Rodrigo e MOURÃO, Bárbara. **PERSPECTIVAS E ESTRATÉGIAS NA INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS BRASILEIRAS**. Revista Autor. Nº 53. novembro de 2005. Disponível em: <www.revistaautor.com.br>. Acesso em 07/11/2018.

DUNNING, J. H. (1977) **Trade, location of economic activity and the MNE: A search for an eclectic approach**. In: Ohlin, B., Hesselborn, P.-O.; Wijkman, P.M. (Eds). *The International Allocation of Economic Activity*. London: Macmillan, p.395-418, 1977.

_____. (1988). **The eclectic paradigm of international production: a restatement and some possible extensions**. *Journal of International Business Studies*, 19(1), 1-31.

_____. (2000). **The eclectic paradigm as an envelope for economic and business theories of MNE activity**. *International Business Review*, 9, 2, 163-190.

DOWBOR, Ladislau. **O Brasil na economia internacional**. São Paulo; Atlas, 2012.

GONÇALVES, R. **Teorias do investimento internacional**. In: BAUMANN, R. et al. *Economia internacional*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

KRAUS, Pedro Guilherme. **Modelo de internacionalização de empresas produtoras exportadoras brasileiras**. Tese (doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. 2000.

KOTLER, P.. **Administração de marketing**. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

LAKATOS, Eva Maria: **Fundamentos de metodologia científica do trabalho**. – 6. Ed. São Paulo: Atlas 2005.

MATHEWS, J. A. **Dragon multinational: a new model for global growth**. Oxford University Press, Inc. 2002.

MOURA, M. L. C.; HONÓRIO, L. C. **Características da firma, marketing internacional e desempenho exportador**: um survey com exportadoras mineiras. Revista Alcance, v. 19, n. 2, p. 165-181, 2012.

NOSÉ JUNIOR, Amadeu. **Marketing internacional: uma estratégia empresarial**. São Paulo: Thomson, 2005.

OLIVEIRA JUNIOR, Moacir de Miranda (Org.). **Multinacionais brasileiras: internacionalização, inovação e estratégia global**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2010. 358 p., il., 25 cm. Contém sumário, referências e índice. ISBN 978-85-7780-637-9.

SANTOS, J. F. P. **O desafio multinacional**. In. TANURE, B.; DUARTE, R. G. (Orgs.). **Gestão Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 63 – 79.

TERMO DE REFERÊNCIA: **internacionalização de empresas brasileiras**: Brasília (DF), dezembro de 2009.